



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 30

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 25 de Janeiro de 2006

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (substituído, no decorrer da sessão, pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

Após a leitura da correspondência, passou-se à leitura, debate e votação dum **Voto de Protesto pelo incumprimento que o Orçamento de Estado para 2006 representa em relação à Lei de Finanças das Regiões Autónomas**, apresentado pelo Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), tendo intervindo no debate o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi rejeitado por maioria.

Proferiram intervenções de interesse político-relevante para a Região os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Helder Silva, (*PS*) Costa Pereira (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Nuno Amaral (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), José Eduardo (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência, (*Álamo Meneses*).

Agenda da Reunião:

- Apresentação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Reserva Natural Regional da Dorsal Médio-Atlântica dos Açores”**, feita pelo Sr. Deputado Helder Silva (*PS*).

- **Proposta de Resolução - “Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2003”**.

Após a apresentação feita pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), intervieram no debate os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), José Rego (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Gusmão (*Indep.*), Clélio Meneses (*PSD*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por maioria.

- **Proposta de Resolução - “Recomenda a revogação do Despacho Normativo nº 48/2005, de 11 de Agosto”**, apresentada pelo PSD.

- **Petição - “Pela revogação do Despacho Normativo nº 48/2005, de 11 de Agosto”**, apresentada pelo Sindicato dos Professores da Região Açores.

Sobre estes documentos usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*) e os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Paulo Gusmão (*Indep.*), Catarina Furtado (*PS*), Costa Pereira (*PSD*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

A Proposta de Resolução foi rejeitada por maioria.

- **Proposta de Resolução - “Aperfeiçoamento da formação agrícola para agricultores e técnicos”**, apresentada pelo PSD.

Sobre esta Proposta de Resolução usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), que fez a sua apresentação, Luís Paulo Alves (*PS*), Henrique Ventura (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), tendo sido rejeitada por maioria.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Resolução - “Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da apresentação de um relatório donde constem as medidas já implementadas e das que visam prosseguir tendo em vista o aproveitamento dos recursos eólicos**

dos Açores com vista à produção de energia”, apresentada pela Representação Parlamentar do CDS/PP.

No debate deste pedido de urgência usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Paulo Gusmão (*Indep.*). O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

- Proposta de Resolução - “Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da apresentação de um relatório donde constem as medidas já implementadas e das que visam prosseguir tendo em vista o aproveitamento dos recursos eólicos dos Açores com vista à produção de energia”, apresentada pela Representação Parlamentar do CDS/PP.

Após a apresentação feita pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*Indep.*), Francisco Coelho (*PS*) e Jorge Macedo (*PSD*).

Submetida à votação a mesma foi aprovada por unanimidade.

- Foi aprovado por unanimidade o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Regulamento das Insígnias Honoríficas Açorianas”.

- Foi também aprovado por unanimidade, na generalidade, especialidade e em votação final global, o Projecto de Decreto legislativo Regional - “Regulamento das Insígnias Honoríficas Açorianas”.

- O Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, do Projecto de Decreto Legislativo Regional - “1ª alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 7/2005/A, de 20 de Maio (Orientações de Médio Prazo 2005/2008)”, foi aprovado por unanimidade.

- Projecto de Decreto Legislativo Regional - “1ª alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 7/2005/A, de 20 de Maio (Orientações de Médio Prazo 2005/2008)”.

Sobre este diploma usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), António Marinho (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, por unanimidade.

- Foi aprovado por unanimidade o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Resolução - “Altera o artigo 5º. da Resolução nº 4/2002/A, de 8 de Dezembro”**.

- A **Proposta de Resolução - “Altera o artigo 5º. da Resolução nº 4/2002/A, de 8 de Dezembro”**, foi também aprovada por unanimidade.

- A Mesa da Assembleia apresentou uma **Proposta de Deliberação declarando findo o período legislativo de Janeiro**, a qual foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos)

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.
Vamos proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Emanuel Frias Santos

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gaspar Rosa de Lima
José Manuel Gregório de Ávila
Lizuarte Manuel Machado
Luís Paulo de Serpa Alves
Manuel Avelar Cunha Santos
Maria Fernanda da Silva Mendes
Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de Matos
Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral
Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes Pereira
António Augusto Batista Soares Marinho
António Lima Cardoso Ventura
António Maria da Silva Gonçalves
António Pedro Rebelo Costa
Cláudio José Gomes Lopes
Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses
Jaime António da Silveira Jorge
Jorge Alberto da Costa Pereira
Jorge Manuel de Almada Macedo
José Fernando Dinis Gomes
José Manuel Avelar Nunes
José Manuel Cabral Dias Bolieiro
Luís Henrique da Silva
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte
Pedro António de Bettencourt Gomes
Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, envio do Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Reserva Natural Regional da Dorsal Médio-Atlântica dos Açores”.

Baixou à Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Presidente: Este Projecto de Decreto Legislativo Regional, do PS, será apresentado aqui na altura própria.

Deu entrada na mesa um Voto de Protesto, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para apresentar o voto.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Protesto

Foi publicado no passado dia 30 de Dezembro o Orçamento de Estado para 2006, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro.

O Orçamento de Estado de 2006 é um mau exemplo no cumprimento das obrigações financeiras do Estado para com as Regiões Autónomas.

A Autonomia Política dos Açores e da Madeira foi, desde o início da opção democrática de Portugal, um desiderato nacional de descentralização e de desenvolvimento integral do País, fundado em princípios sólidos de solidariedade, coesão e de subsidiariedade.

Com a Autonomia política e administrativa, o Estado não se desresponsabiliza das suas tarefas, antes assegura mais um parceiro institucional na promoção do progresso de Portugal e das suas Regiões Autónomas.

Na nossa rica história democrática, com trinta anos, a Autonomia foi uma opção política de sucesso comprovado, que não exclui a saudável dialéctica entre o Estado

e as Regiões Autónomas, quer em matéria político-jurídica, quer em matéria financeira.

A transparência da gestão dos dinheiros públicos é um objectivo e um desafio da Democracia.

Aos Governos que passam, quer na República, quer na Região, impõe-se esta exigência, que não pode vacilar perante cumplicidades ou guerras institucionais entre uns e outros, conforme as parcerias ou os antagonismos partidários entre eles.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas, considerada pelo Governo Regional, no momento da sua aprovação, um marco histórico e uma lei estruturante da Autonomia financeira dos Açores e da Madeira, tem como objectivos centrais assegurar, no relacionamento financeiro do Estado com as Regiões Autónomas, transparência, estabilidade e previsibilidade.

Quando o Governo Regional entendeu que a sequente Lei de Estabilidade Orçamental (LEO) era um atentado contra a Autonomia, denunciava o risco do incumprimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, o que, no entanto, não acontecera até ao Orçamento de Estado para 2006.

Com a aprovação do Orçamento de Estado para 2006, registamos o primeiro incumprimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, fazendo recuar o relacionamento financeiro entre o Estado e as Regiões Autónomas à incerteza e à imprevisibilidade.

O seu registo, sob protesto das Regiões Autónomas, deve ser sinalizado pela Assembleia Legislativa, de modo a que este precedente fique marcado pelo protesto e não se repita de futuro.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um protesto pelo incumprimento que o Orçamento de Estado para 2006 representa em relação à Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Horta, 25 de Janeiro de 2006.

Os Deputados Regionais, Clélio Meneses, José Manuel Bolieiro e António Marinho”.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto de protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(* **Deputado José San-Bento** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é evidente, nós não concordamos com os termos deste voto e não o aprovaremos.

Gostava de dizer em relação a isso o seguinte:

Parece que a nova tendência do Partido Social Democrata nos Açores, já manifestada pelo seu líder, é de parlamentarização do debate e da vida política, algo que, aliás, sempre contou com o Partido Socialista e que não aconteceu mais por ausência do PSD.

Estas tentativas de trazer para a Casa-Mãe da autonomia matérias que têm interesse e que devem merecer um debate acentuado, ainda mais na forma de um voto, é uma questão que ao longo do tempo veremos o que é que isto poderá significar em termos do novo posicionamento do Partido Social Democrata.

Em relação ao voto o que nós estamos a assistir é o Partido Social Democrata tentar reescrever a história e aliviar a sua consciência.

É preciso não nos esquecermos que o Partido Social Democrata enquanto teve o seu próprio partido no Governo...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Foi em 1996!

O Orador: Não foi em 1996.

... teve uma postura de completo conformismo em relação àquilo que era ditado pelo governo e pela contenção orçamental em Lisboa.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Já passaram 10 anos, Sr. Deputado.

O Orador: Do ponto de vista do Partido Socialista, nós gostaríamos de reafirmar, quer aos açorianos, quer ao PSD, que podem continuar a contar com o Partido Socialista e com o Governo Regional para uma defesa intransigente dos interesses dos Açores.

Nesse aspecto, gostava de salientar o papel e a postura que o Sr. Presidente do Governo tem tido na defesa dos interesses dos Açores, nomeadamente as matérias referentes ao cumprimento da Lei de Finanças Regionais e em relação a cortes sobre

montantes financeiros que a República deve aos Açores e, portanto, é sobre estas questões que os açorianos se interessam.

Este voto de protesto é uma tentativa fútil de introduzir aqui um aspecto político sobre uma matéria à qual o voto também revela que o PSD tem estado desatento e não conhece a verdadeira realidade sobre esta matéria.

Presidente: Para interpelar a mesa, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era só para saber se o Governo Regional, ao abrigo das normas regimentais, pode ou não intervir nesta fase.

Presidente: O Governo não pode intervir, porque se trata da emissão de votos, que está regulada no artigo 73º do nosso Regimento, designadamente no nº 3 que diz: “concluída a apresentação do voto, cada grupo parlamentar tem direito a usar da palavra até três minutos e as representações parlamentares dois minutos, por uma só vez”.

Portanto, lamento Sr. Secretário Regional, mas não pode ser.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo o embaraço,...

Deputado José San-Bento (PS): Não há embaraço nenhum!

O Orador: ... percebo a aparência de indignação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, só que devo esclarecer que o voto sinaliza propositada e fundamentalmente o incumprimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Podíamos muito bem ter citado o parecer da Comissão de Economia da Assembleia Regional que faz uma referência crítica dizendo o seguinte:

“Em relação às transferências do Orçamento de Estado que não cumprem o estipulado na Lei de Finanças das Regiões Autónomas”.

Este parecer foi aprovado por unanimidade.

Deputado José Rego (PS): É constatado o facto. Não é crítica.

O Orador: É a constatação de um facto e é relativamente a um facto que o PSD se manifesta protestando e entende que era necessário, era essencial para a defesa da autonomia que esta Assembleia se manifestasse.

Quero dizer também que o mesmo parecer diz que as transferências do Orçamento de Estado para 2006 não contemplam verbas para suportar a dívida da Região de 140 milhões de euros.

Deputado José Rego (PS): Não é dívida da Região. É dívida à Região.

O Orador: O mesmo parecer diz que o montante relativo ao PIDDAC, em relação ao ano anterior, baixa 28 milhões...

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Os senhores tiveram oportunidade de dizer o que entendiam sobre este voto e disseram tudo e nada e agora tentam interromper, porque sabem o incómodo que vos causa a falta de solidariedade do Governo da República para com a Região Autónoma.

Secretário Regional da Presidência (Vasco cordeiro): Se não podemos falar, calamo-nos.

O Orador: Pode falar, mas tiveram essa oportunidade e não disseram nada.

(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, vamos ter calma e deixem o Sr. Deputado Clélio Meneses concluir.

O Orador: Podíamos também fazer referência às verbas do PIDDAC que descem 28.137 mil euros.

Podíamos fazer referência a um conjunto de críticas feitas pela Comissão de Economia que, por acaso, tem como Presidente e Relator dois deputados do Partido Socialista.

Deputado José Rego (PS): Não são críticas, são factos.

O Orador: Poderíamos também ter ido mais longe e ter dito, não igual, mas parecido àquilo que o Partido Socialista disse relativamente a outro Orçamento de Estado que não violava sequer a Lei de Finanças Regionais, quando utilizavam referência como “um golpe de Estado contra as autonomias”, “ataque contra as autonomias”, “processo arrogante e autoritário”, “atentado contra a Constituição”, “brutalidade”. Tudo isto foi dito pelo Partido Socialista relativamente a outras circunstâncias não tão graves para a autonomia.

O que nós fizemos foi trazer a esta Assembleia, de uma forma digna e elevada, a oportunidade dos Açores, através do seu primeiro órgão, se manifestar contra uma afronta, contra um ataque à autonomia.

O que dizemos também é que os Srs. Deputados do Partido Socialista não tenham medo de afrontar Sócrates, não tenham medo de defender a autonomia. Defendam a autonomia, defendam os Açores e defendam os açorianos.

Deputados Pedro Gomes e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Cá está um grande exemplo e uma grande oportunidade que o Partido Socialista teve de ser consequente nos discursos e às palavras que dizem que estão sempre a pôr em primeiro lugar os Açores e os açorianos.

Esta foi a primeira oportunidade perdida, foi a primeira oportunidade em que o Partido Socialista demonstrou mais uma vez, neste quadro em que é violada a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que põe em primeiro lugar os interesses partidários e esquece os açorianos. Não é o caso do PSD.

Deputada Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora ao período destinado a intervenções de interesse político-relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com os votos de congratulação e saudação pelo trigésimo aniversário da Universidade dos Açores, ontem aqui aprovados, em que se obteve unanimidade, ficou expresso nesta Câmara o consenso acerca do papel fundamental para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores que aquela instituição tem exercido desde 1976.

Dispensamos, assim, na presente intervenção, os parágrafos de abertura que normalmente seriam necessários para enquadrar a questão que julgamos ser também importante abordar, relativa ao momento de incerteza que atravessa actualmente a única instituição de ensino superior açoriana. Fazemos notar, contudo, que a unanimidade obtida pode vir agora a ser quebrada, o que poderemos constatar quando se iniciar o eventual período de discussão que se seguirá.

Se a unanimidade se mantiver, tanto melhor. Será hora de dar os parabéns à Universidade dos Açores, pois ter-se-á conseguido criar uma plataforma alargada de apoio, através de todas as forças representadas no parlamento açoriano, que lhe será extremamente favorável para ultrapassar a situação crítica que tem vivido nos últimos meses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Universidade dos Açores, durante os seus trinta anos, passou por diferentes cenários a nível da sua tutela. No entanto, desde 1995 que a mesma está a ser exercida pelo Governo da República.

Naturalmente que as condicionantes impostas pela condição insular e tripolar da Universidade, que determinam a existência de fortes constrangimentos, introduzem algumas singularidades de gestão. Além dos custos de insularidade que afectam qualquer entidade que exerça a sua actividade nos Açores, a Universidade confronta-se também com a duplicação, ou triplicação, de utilização de alguns recursos, materiais ou humanos, quer docentes, quer não docentes, que originam o

afastamento em relação a indicadores de referência atingíveis em universidades localizadas em plataformas continentais.

Perante esta situação, a tutela nem sempre tem demonstrado a devida compreensão.

Os governos que, na República, estiveram em funções de 2002 a 2005, da responsabilidade do Partido Social Democrata e do Partido Popular, tiveram em atenção essas contrariedades e, devidamente sensibilizados, asseguraram o funcionamento da Universidade dos Açores em níveis razoáveis, com orçamentos de funcionamento que foram menos constrangidos por fórmulas de financiamento do ensino superior claramente concebidas para as universidades públicas sedeadas no continente português.

Foi também com esses governos que a Universidade dos Açores assinou um contrato-programa, considerado o melhor entre os apresentados pelas universidades portuguesas, atestando o cuidado e o empenho que lhe foram dedicados, bem como a preocupação pela qualidade que a instituição sempre persegue. Também por esse facto, a ele se destinou o valor, de longe, mais elevado entre os assinados com todas as universidades portuguesas, destinado, designadamente, a cobrir parte dos condicionalismos impostos pela sua insularidade e pela sua tripolaridade, consubstanciado num apoio de 4.8 milhões de euros e que vigorará até final de 2007. Refira-se que esta postura foi adoptada num contexto de contenção orçamental e de andamento tímido da actividade económica, pelo menos idêntico ao que actualmente se vive em Portugal.

Contudo, o actual Governo da República, da responsabilidade do Partido Socialista, tem mostrado não ter a mesma sensibilidade em relação à importância da Universidade dos Açores para a Região.

Numa primeira fase, decidiu utilizar uma atitude fria e intransigente e aplicou cegamente uma fórmula de financiamento que não atende à especificidade das universidades de regiões periféricas, designadamente as insulares, sendo ainda mais prejudicial para a dos Açores, devido à sua condição tripolar. Curiosamente, em alguns critérios presentes na fórmula, que medem a qualidade do corpo docente e a capacidade de investigação, bem como a eficiência de graduação, a Universidade

dos Açores conseguiu obter resultados extremamente meritórios, que a colocam em lugares de relevo entre as universidades portuguesas.

Já o mesmo não aconteceu, compreensivelmente, em relação ao critério relativo ao número de alunos que procuram a sua formação universitária na instituição, a que obviamente não é alheia a sua condição insular, estando em clara desvantagem em relação às suas congéneres continentais. Aliás, sendo essa a componente mais forte da fórmula existente, e tendo em conta o princípio de uniformidade utilizado pelo Governo da República, a Universidade nem sequer conseguiu beneficiar de uma pretensa “cláusula de salvaguarda” introduzida para acautelar as especificidades das universidades insulares, pelo que acabou por ser fortemente penalizada.

A aplicação cega e insensível da referida fórmula originou uma redução superior a 11% nas transferências do Orçamento de Estado, entre os anos de 2005 e 2006, quando em relação a todas as outras universidades públicas portuguesas os cortes não atingiram percentagens superiores a 3%. Aquelas transferências, que em 2005 atingiram 16.5 milhões de euros, desceram para 14.6 milhões de euros em 2006, passando a representar um valor que cobre apenas 90% das despesas com pessoal.

O “tombo”, aliás, nem sequer seguiu um princípio mínimo, utilizado no caso das transferências do Orçamento de Estado para o Orçamento da Região em 2006. Estas, não tendo beneficiado do acréscimo correspondente à percentagem de crescimento das despesas correntes, estabelecido pela Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que pela primeira vez não foi cumprida integralmente, pelo menos não foram afectadas por nenhum decréscimo.

Como facilmente se pode depreender, será difícil à Universidade, com este corte significativo, continuar a assegurar os níveis de qualidade no ensino e na investigação científica que normalmente dedica à Região. Ou seja, os Açores, e não apenas a sua Universidade, vêem-se espoliados de recursos fundamentais ao seu desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não foi esta a única “má notícia” que o Governo da República, de responsabilidade socialista, resolveu dar, para o presente ano, aos Açores, através da sua Universidade.

Ao corte profundo no suporte do seu funcionamento, o governo socialista da República decidiu também “oferecer” um desbaste, quase total, no apoio a investimentos fundamentais, em curso nos três pólos da instituição. Ou seja, a tutela, manifestando, mais uma vez, uma insensibilidade total, comprometeu os meios financeiros de que a Universidade necessita para assegurar os mesmos padrões de qualidade que são atingidos pelas universidades beneficiadas por uma localização mais central.

Façamos um pequeno resumo do apoio a investimento que se encontrava já assegurado pelos governos anteriores, através do PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, mas que foi alvo de uma redução drástica.

Refira-se, em primeiro lugar, que escaparam à sanha de “cortes” os edifícios que se encontravam já em construção aquando da preparação do PIDDAC para 2006. Aliás, seria ainda mais vergonhoso se tal acontecesse, embora, nos dois casos em apreço, existam irracionalidades gritantes.

Num deles, que já se encontra concluído neste momento, a Residência e Cantina das Laranjeiras, em Ponta Delgada, a Universidade não dispõe das verbas necessárias ao respectivo equipamento, estando, conseqüentemente, vedada a sua utilização. Faz sentido? Talvez sim, mas apenas para quem “cortou”, provavelmente sem saber muito bem aquilo que estava a fazer.

O outro refere-se ao Complexo Pedagógico do Pólo de Angra do Heroísmo, no Pico da Urze, na ilha Terceira, que estará concluído dentro de sensivelmente dois meses. No entanto, também aqui se esqueceu, não o equipamento, mas a integração desse edifício num conjunto mais vasto que, tendo financiamento assegurado anteriormente, o viu desaparecer, facto a que nos referiremos posteriormente. Ou seja, se apenas for concluído esse edifício, o mesmo de nada servirá enquanto todo o resto do projecto não se encontrar também operacional, ficando essa construção, nova, em processo de degradação progressiva, à espera dos humores da tutela ou de

quem a substituir. É talvez o exemplo mais acabado de uma total irracionalidade e de desperdício de recursos escassos. Não é sequer razoável utilizar-se, em relação a esse edifício, a expressão “este já cá canta”, porque, por si só, de nada irá servir. O projecto é integrado, e só a cegueira explica que quem tomou a decisão não o conhece. Apenas uma palavra pode caracterizar o sucedido: lamentável!

Quanto aos outros investimentos que se encontravam já com financiamento assegurado do PIDDAC, mas que o governo socialista da República decidiu eliminar, ou quase eliminar, a “história” é conhecida e já foi aqui abordada nesta Câmara. De qualquer forma, vale a pena recordar o que está em jogo, alguns episódios à sua volta e as inverdades que têm sido ditas.

Começemos pelo Faial, ilha que nos acolhe e onde se encontra sedeadada esta Assembleia Legislativa, o órgão máximo da autonomia açoriana, embora nem todos lhe confirmam a importância e o respeito que merece.

A aprovação do programa preliminar de transferência das instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas para as antigas instalações do Hospital Walter Bensaúde foi anunciado, presencialmente, pela então Ministra da Ciência e do Ensino Superior, por ocasião do vigésimo oitavo aniversário da Universidade dos Açores. Faço aqui um parêntesis para recordar que, ao contrário do que aconteceu com o aniversário da Universidade nesse ano de 2004, o trigésimo, há dias comemorado, sendo uma efeméride mais marcante, não contou com a presença do actual ministro da tutela. Indisponibilidade de agenda? Talvez! Pouca disponibilidade para os assuntos das universidades? Também uma possibilidade, aliás na linha do que vem acontecendo desde a tomada de posse do actual Governo da República, em que se tem verificado a quase inacessibilidade dos reitores das universidades públicas e dos presidentes dos institutos politécnicos ao ministro da tutela, o que é certamente incompreensível e explica uma parte da insensibilidade demonstrada nos últimos meses.

Voltemos ao DOP.

Aprovada a abertura do concurso de arquitectura em meados de 2004, com abertura de propostas em Agosto e conhecimento do vencedor no último trimestre desse ano, o projecto foi apresentado publicamente em 2 de Março de 2005.

O projecto completo será entregue ainda este mês, ao contrário do que foi vaticinado há dois meses nesta Assembleia pelo Governo Regional, que dessa forma pretendia argumentar com a não necessidade de verbas em 2006 para assegurar o início das obras durante o presente ano. Pois bem, após a aprovação, por parte da tutela, do projecto que será entregue dentro de dias, seguir-se-ia a autorização do concurso subsequente para adjudicação, podendo as obras ter início a meados do ano, momento a partir do qual as verbas do PIDDAC se mostrariam necessárias.

Só que os 2 milhões e setecentos mil euros que se encontravam inscritos em PIDDAC, repartidos em partes idênticas por 2006 e 2007, encontram-se reduzidos a uma verba de cinquenta mil euros no PIDDAC para 2006. Ou seja, 1.9% do que os governos anteriores tinham assegurado. Refira-se que, numa versão inicial, a verba considerada era “zero”, tendo depois obtido aquele valor simbólico numa fase em que as eleições autárquicas estavam ao rubro.

“Magnânimo”, o Governo Regional, quando tardava uma reacção, já que o silêncio a que se tinha remetido em relação ao tema se tornara insuportável, e numa tentativa desesperada de se mostrar solidário com uma instituição fundamental da Autonomia, decidiu, por seu turno, considerar no Plano para 2006 uma verba que não foi além dos mesmos... cinquenta mil euros.

Deve dizer-se que, competindo ao Governo Regional a defesa dos interesses da Região, o desinteresse manifestado foi absolutamente incompreensível.

Sem prejuízo de se poderem verificar algumas alterações nos próximos tempos, dadas as intenções já noticiadas pela comunicação social, o veículo sempre privilegiado da actuação governamental, pelo qual as instituições vão sabendo da evolução de acontecimentos de que deveriam ter conhecimento formal, a verdade é que, neste momento, o apoio ao investimento do DOP se resume a cem mil euros, a serem considerados para efeitos de uma candidatura ao Programa Operacional Ciência e Inovação 2010. Uma solução de recurso, contingente, quer nos valores, quer nos prazos em que poderá dar origem a obra, quando anteriormente se encontrava garantido um valor global para um empreendimento fundamental a um dos departamentos da Universidade mais prestigiados em termos internacionais.

Para o Pólo de Angra do Heroísmo instalou-se um cenário ridículo.

Logo à partida, pela irracionalidade já referida de concluir um edifício cuja utilização é inconsequente sem a conclusão da parte restante, designadamente o Edifício Interdepartamental, a ser construído na mesma zona do Pico da Urze, em Angra do Heroísmo.

Este edifício, imprescindível para assegurar a coerência do projecto global de transferência das instalações da Universidade na ilha Terceira que, nas actuais condições, perfeitamente degradadas, só com enorme esforço tem conseguido sobreviver, salvaguardando, ainda assim, níveis de qualidade de ensino e investigação notáveis, tinha assegurado a verba de 925,000 euros em 2006 e 2007 pelos anteriores governos. Com o actual Governo da República a verba ficou reduzida, pasme-se, a 4,315 euros, ou seja, a 0.5% do valor que se encontrava garantido, aliás sem qualquer suporte lógico em relação ao valor preciso a que se chegou, sabe-se lá através de que cálculos.

Com o referido valor, obviamente que não se poderia dar início à construção do edifício, nem sequer, desculpem-me a comparação, a uma simples casa de banho, e muito menos àquela que ficou célebre, pela sua sumptuosidade, no gabinete de um mediático Ministro da Cultura de um antigo governo socialista da República.

O projecto deste edifício, refira-se, será entregue oportunamente, pelo que também a meados do presente ano, depois da devida aprovação e consequente autorização de abertura do concurso de adjudicação, a respectiva obra poderia ser iniciada.

Quase incontável é também a verba que o actual PIDDAC destina à Sede dos Serviços de Acção Social e Cantina de Angra do Heroísmo, igualmente imprescindível face à lógica de integração dos novos edifícios do "campus". O seu projecto encontra-se já pronto e aprovado, restando apenas a autorização para abertura do concurso de adjudicação. A verba afecta pelo actual PIDDAC dispensa comentários adicionais: 1,000 euros. Fica, apenas, a precisão da sua conversão para a antiga moeda, para melhor percepção do ridículo: 200 contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para finalizar, lembremos alguns episódios, uns recentes e outros nem tanto, que se têm associado a este tema.

Um deles tem a ver com a ingenuidade que ainda atacava um deputado da bancada socialista desta Assembleia quando, em Junho passado, dizia que as transferências ao abrigo da Lei de Finanças Regionais não iriam ser afectadas, o que era extremamente importante, afirmando também que não iria verificar-se “a paralisação dos investimentos do PIDDAC”. Senhor Deputado José San-Bento, o tempo demonstrou que o Governo da República não deu resposta à incontestável boa-vontade que demonstrou há cerca de meio ano.

O outro ocorreu já em Outubro, quando o Senhor Prof. Doutor Fagundes Duarte concluiu que não existia qualquer intenção de se retirar do PIDDAC a verba prevista para o DOP, depois de, como deputado socialista à Assembleia da República, ter ido “saber o que se passava”. Neste caso, uma vez que o artigo de jornal em que a afirmação foi feita estabelecia uma relação com as eleições autárquicas que ocorreram dias depois, ficámos com dúvidas em relação aos seus propósitos. Admitimos, no entanto, que os canais de informação entre o Governo da República e aquele representante dos Açores no parlamento nacional não se encontravam bem oleados.

Mais recentemente, as declarações proferidas à comunicação social pelo Senhor Presidente do Governo Regional, aquando da Sessão Solene de comemoração do 30º aniversário da Universidade dos Açores, suscitariam diversas considerações. Escolhemos apenas duas.

A primeira decorre do facto de se ter referido à qualidade duvidosa da gestão da Universidade dos Açores. Para além da inoportunidade, ou talvez indelicadeza, por o ter feito na casa para a qual fora convidado, é curioso constatar que as “pedras atiradas” chocam com inúmeras situações periodicamente divulgadas, que se podem caracterizar como “telhados de vidro” de diversos departamentos do Governo Regional.

A segunda refere-se ao apoio dado em 2005 pelo Governo Regional à Universidade, de que deu conhecimento nesse mesmo dia e local. Para chegar a um montante expressivo de “meios mobilizados” para a Universidade, considerou as verbas correspondentes à aquisição de serviços do Governo Regional à instituição. Obviamente que esse facto só confere trunfos à Universidade, pelo reconhecimento

dos bons serviços que presta, mas é bom que não se confundam, nem os conceitos, nem os açorianos.

Será que é razoável considerar o valor dos lápis comprados pelo Governo Regional a uma qualquer papelaria da Região como um apoio governamental a essa entidade empresarial? Obviamente que não, ou estaríamos no reino da fantasia e da ilusão, mais ainda do que aquelas que são sucessivamente propagandeadas pelo Governo Regional e pela sua máquina publicitária.

Por outro lado, recorrendo à ironia, porque não juntar ao valor bombástico indevidamente referido como apoio à Universidade, os valores, integrados nos vencimentos auferidos por funcionários do Governo Regional, correspondentes às propinas que estes têm de pagar para que os seus filhos frequentem a Universidade?

Haja bom senso!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A falta de sensibilidade que tem sido demonstrada pelo Governo da República está, efectivamente, a colocar em causa o funcionamento e o futuro de uma instituição que, a custo, se conseguiu tornar uma realidade que se tem mostrado fundamental na formação de quadros superiores e na investigação científica nos Açores.

O PSD reafirma a sua total solidariedade com a Universidade dos Açores, contesta a actuação castradora do Governo da República e reclama do Governo Regional uma verdadeira posição na defesa dos interesses da nossa Universidade e dos Açores.

A manutenção da incerteza que paira actualmente sobre a Universidade seria escandalosa. Por isso, acreditamos que possam surgir algumas soluções a breve trecho, até perante as intenções que têm surgido na comunicação social, de que o Governo Regional e, talvez, o próprio Governo da República, já não se podem descartar.

Devemos referir, contudo, que não são soluções pontuais, analisadas e decididas caso a caso, aquelas que permitem que uma instituição com a importância, a responsabilidade e a dimensão da Universidade dos Açores possa prosseguir a sua actividade de forma planeada e devidamente pensada.

Consideramos que, sendo legítimo pensar num tratamento equitativo das universidades portuguesas, o que significa o reconhecimento das especificidades de cada uma delas e, concretamente, das que caracterizam a Universidade dos Açores, deverá haver um quadro perfeitamente definido para o relacionamento a estabelecer, quer com o Governo da República, quer com o Governo Regional. Sem que isso signifique qualquer desresponsabilização, designadamente do Governo da República, a intervenção do Governo Regional deverá obedecer a esse princípio.

É isso que julgamos ser mais favorável, quer para a Universidade, quer para a Região.

Temos a certeza, no entanto, de que quaisquer novos desenvolvimentos que agora possam ocorrer, vêm, para todos os efeitos, a reboque.

O Governo Regional manifestou tardiamente a solidariedade que se lhe exigia desde o início do “ataque” do Governo da República à Universidade dos Açores, sendo perfeitamente indesculpável a cumplicidade partidária que inicialmente privilegiou. Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência e os Srs. Deputados Helder Silva e Costa Pereira.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Universidade dos Açores não é nenhuma papelaria que venda lápis e o Governo Regional não compra lápis à Universidade dos Açores.

A Universidade dos Açores é simplesmente a única instituição de dimensão assinalável que faz investigação nos Açores e aquilo que o Governo Regional financia, junto da Universidade dos Açores, são trabalhos de investigação, são trabalhos de um gabarito técnico que não são adquiríveis em qualquer papelaria, nem em qualquer outra empresa da Região.

Portanto, o relacionamento financeiro entre a Universidade dos Açores e o Governo Regional estão a um nível que não é o nível que o Sr. Deputado aqui tentou colocar.

Por outro lado, também gostaria de dizer ao Sr. Deputado que da parte do Governo Regional não houve, não há, nem haverá qualquer desinteresse pelos assuntos da Universidade, antes pelo contrário o Governo Regional tem demonstrado sempre e continuará a demonstrar um grande empenho na resolução dos problemas da Universidade e é desse empenho e dessa vontade de colaborar com a Universidade dos Açores que resultou só no ano de 2005, e volto a repeti-lo, 11,4 milhões de euros de transferências directas ou indirectas do Governo Regional. Repare-se que este valor comparado com 16,5 milhões de financiamento do Governo da República, são valores semelhantes na sua magnitude.

Não é uma percentagem pequena, não é 0,5, nem 3,4, nem as percentagens que o Sr. Deputado aqui citou. É um valor extremamente significativo para o funcionamento da Universidade, é um valor que quase duplica a capacidade de funcionamento da Universidade dos Açores.

Se a Universidade dos Açores vivesse apenas com o financiamento que recebe do Governo da República não poderia de forma alguma ter a actividade que tem tido, não podia de forma alguma manter os elevados padrões de investigação, de trabalho, de colaboração e de serviço à sociedade civil açoriana que a Universidade tem mantido.

Porque sou professor, e com muito orgulho, da Universidade dos Açores, gostava de dizer que a Universidade é uma instituição basilar nos Açores, é uma instituição que ombreia na sua importância com todas as outras instituições do nosso regime autonómico e da parte do Governo Regional tem havido e haverá sempre essa compreensão. É por causa disso que o Governo Regional tem, nas devidas alturas,

nos devidos momentos, manifestado a sua solidariedade e dado o seu apoio prático para resolver as questões com que a Universidade dos Açores se confronta.

Por outro lado, também gostava de dizer, até porque sou professor num dos pólos mais pequenos da universidade, que este discurso da tripolaridade é um discurso que não faz sentido. O problema da Universidade dos Açores não é um problema de tripolaridade, é um problema da sua situação insular e da sua dimensão.

O que nós temos é uma Universidade que está numa sociedade muito pequena que não chega aos 250 mil habitantes. Esse é que é o problema básico da Universidade dos Açores.

A Universidade deve ser tripolar e todos os seus pólos podem e deveriam ser viáveis. É tudo uma questão de dimensão e é esse problema de dimensão que nos falta atingir.

Eu, como professor do pólo de Angra, e creio que também os meus colegas do pólo da Horta também devem sentir, não admitimos sermos os culpados dos problemas da Universidade dos Açores. Não é por a Universidade dos Açores ser tripolar que ela tem problemas.

Existem problemas que são estruturais e que são inerentes, quer à sua integração no sistema do ensino superior do País, quer à própria estrutura da sociedade açoriana e é por causa dessa estrutura e desses problemas estruturais que a Universidade dos Açores precisa, merece e tem que ter um apoio e uma atenção especial.

Nós que somos responsáveis pelo funcionamento da sociedade açoriana (Governo e Parlamento dos Açores), compete-nos encontrar nos Açores as soluções necessárias para resolver este problema que é um problema estrutural e que nunca será ultrapassado, porque é ditado pela demografia e pela geografia.

Seria bom que deixássemos de andar a apontar o dedo à tripolaridade como se ela fosse a fonte de todos os males.

Quanto à questões que o Sr. Deputado aqui falou e particularmente à questão de vir a reboque ou de ir à frente, o Sr. Deputado provavelmente saberá dos contactos que têm sido mantidos e das reuniões que estão marcadas, porque só isso é que explicará a sua intervenção.

Eu não quero entrar aqui numa discussão de quem é que vai a reboque de quem, mas há coisas que devem ser ditas e todos devem saber.

Quanto à questão do relacionamento com o Ministério da tutela, tem havido um relacionamento estreito e há questões que estão em vias de ser ultrapassadas e que serão em devido tempo. O Sr. Deputado sabe isso tão bem como eu e, portanto, escusava ter feito parte da intervenção que fez. Trouxe para aqui um tema importante e concordo com a maior parte da intervenção que fez.

Quero-lhe dizer que apreciei trazer este assunto aqui, porque é um assunto que deve ser aqui discutido, mas houve alguns laivos que eram perfeitamente escusados, porque o senhor sabe tão bem como eu o que está a acontecer.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Termino rapidamente, Sr. Presidente.

As duas questões concretas, que devem ser aqui faladas têm a ver com os financiamentos para a Horta e para Angra.

O Governo Regional, aquando da discussão do Plano e Orçamento aqui nesta câmara, manifestou a sua posição que já foi reiterada por diversas vezes, quer ao Ministério, quer ao Sr. Reitor.

Será objecto de assinatura dos devidos contratos em devido tempo. O assunto está a ser ultimado e a nossa garantia mantém-se.

Não será por causa da não inscrição no PIDDAC das verbas necessárias, que haverá atraso nas obras, ou seja, quando a Universidade dos Açores estiver em condições de adjudicar as obras elas sê-lo-ão, porque o Governo Regional assumirá a componente nacional que estiver em falta nessa altura e, portanto, não há risco das obras se atrasarem por causa disso.

É evidente que nós preferíamos uma intervenção financeira maior do Governo da República. Preferíamos que o Governo da República suportasse todos estes custos, porque a Região já está a contribuir de forma muito significativa para a Universidade dos Açores, mas fazemos com muito gosto esta contribuição, embora o Governo Regional tenha manifestado, em devido tempo, ao Governo da República o seu desagrado pela não inscrição da totalidade dessas verbas.

Também compreendemos que a situação financeira do Governo da República não lhe permitia ter outra solução e nesse contexto, exclusivamente nesse contexto, o Governo Regional decidiu assumir para as obras da Horta e de Angra a componente nacional do financiamento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(* **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu procuro evitar participar nestes debates sobre a Universidade por uma razão muito precisa e que tem a ver com as minhas dúvidas sinceras sobre aquilo que é a mais valia para a Universidade, de a politizarmos aqui ou fora deste espaço e, sobretudo, quando o fazemos de forma muito mal sustentada.

Eu tenho visto, pelo contrário, que há da parte do PSD uma apetência, diria, quase crónica, para utilizar a Universidade dos Açores como instrumento político na Região. Isto é recorrente e é verdade.

Aliás, não só é verdade, como é também igualmente verdade que esta questão das instalações da Universidade é uma questão que, se a minha memória não me falhar, tem neste momento 17 anos e a situação do Departamento de Oceanografia e Pescas, que é aquela que eu conheço melhor, iniciou-se em 1989. O eleito agora Presidente da República era, na altura, Primeiro-Ministro.

Durante dois anos a Universidade dos Açores esteve em discussão, envolveu projectos, como voltou a fazê-lo mais recentemente e ficámos enleados em projectos durante dois anos, até que um belo dia a questão das novas instalações da Universidade se esfumou.

Eu, muito sinceramente, evitei sempre, não obstante aquilo que são as minhas responsabilidades políticas na Região, antes governativas e como deputado agora, estar a prejudicar aquilo que eram aparentes avanços, porventura duvidosos, relativamente às instalações da Universidade dos Açores.

O Sr. Deputado disse e é verdade, houve vários ministros, e eu acompanhei-os, tais como o Dr. Lynce, Ministro do Ensino Superior na altura, que esteve aqui na Horta em vésperas de eleições e a Ministra que lhe sucedeu ainda no governo de Durão

Barroso e depois continuou no governo de Santana Lopes, que também esteve aqui na Região, e eu procurei, de forma muito sóbria, não obstante as responsabilidades políticas que tive e tenho, acompanhar essas visitas.

Vir para aqui dizer que os ministros vieram e que agora não vêm, quando nós sabemos porque é que eles vieram e porque é que agora não vêm, parece-me uma coisa um pouco desnecessária.

Eu penso que esta apetência por politizar a Universidade dos Açores, que é a casa de alguns de nós, não me parece que possa surtir muito bons resultados.

Depois também há uma coisa espantosa a meu ver, que é o seguinte: não só se esquece aquilo que foram as promessas feitas e não foram cumpridas, como se esquece aquilo que foi cumprido precisamente durante o Governo da República do Eng^o. Guterres. Isto é: quando é que a Universidade dos Açores teve os maiores avanços da sua história em termos de infra-estruturas? Era o Eng^o. Guterres Primeiro-Ministro da República. Isto foi considerado em Ponta Delgada e os Srs. Deputados nada dizem sobre o assunto.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Eu não pretendo estar aqui, como é óbvio, a defender absolutamente nenhum ministro. Agora o que eu pretendo é tornar evidente aquilo que são as contradições do discurso da bancada da oposição que, para mim, são mais que evidentes. Isto não pode continuar e não pode manter-se.

Os Srs. Deputados, sobretudo no momento em que não apenas o actual Governo da República, como, mais do que isso, o Governo da Região se prontifica a disponibilizar os recursos financeiros necessários aos avanços dos pólos que falta concretizar na Universidade dos Açores, vêm dizer que o Governo da República não pôs o dinheiro, quando os governos da República nunca puseram dinheiro nenhum para a Universidade. Não me lembro de haver dinheiro em PIDDAC nem em nenhum orçamento para a Universidade.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor andou muito tempo fora da Universidade.

O Orador: Mais uma ou duas notas que eu quero aqui deixar.

A primeira tem a ver com o corte da Universidade dos Açores.

É óbvio que eu, talvez mais do que o Sr. Deputado, defendo que a Universidade dos Açores tem que ter os recursos necessários para o seu bom funcionamento, mas fazer exercícios de malabarismo para nos demonstrar que houve uma redução de 11% nas verbas alocadas à Universidade, quando nós sabemos que as verbas foram tiradas a “saca rolhas” à ex-Ministra da Ciência, em vésperas de eleições, para uma situação muito específica que foi contratualizada com a Universidade e que era precisamente reforçar compromissos financeiros da Universidade que não foram devidamente previstos.

Deputado António Marinho (PSD): Não sabe do que é que está a falar. Posso-lhe garantir que não sabe.

O Orador: Eu sei do que é que estou a falar, porque estive presente na assinatura do protocolo que aconteceu aqui na Horta com a Sra. ex-Ministra da Ciência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Helder Silva disse que fica constrangido quando fala da questão da Universidade e que não gostava de tratar desses assuntos aqui na Assembleia. De facto, por aquilo que disse, o melhor era não ter dito nada, nem se ter levantado para falar deste assunto, porque o senhor entrou numa contradição absoluta, o senhor pôs em causa e disse que detestava que na Assembleia se politizasse as questões da Universidade.

Deputado Helder Silva (PS): Não disse que detestava. Está a pôr na minha boca coisas que eu não disse.

O Orador: O senhor na sua intervenção não fez outra coisa senão politizar a questão da Universidade. O senhor o que quis dizer foi que os governos socialistas tinham tratado bem a Universidade e que os ministros Pedro Lynce e Maria da Graça Carvalho, que, por sinal, foram aqueles dois ministros que resolveram de forma

factual o problema das instalações dos pólos da Universidade dos Açores, não fizeram nada.

O Sr. Deputado Helder Silva já se esqueceu do governo de Guterres, já se esqueceu de Mariano Gago que disse que o DOP era a “menina dos seus olhos” e que acerca dele fez zero.

O senhor tem a suprema lata de vir dizer que esses ministros não resolveram nada, com os compromissos que assumiram em sede de PIDDAC. Por amor de Deus, Sr. Deputado!

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Depois há também uma questão que é um erro profundo no seu raciocínio, porque nós não estamos a politizar a Universidade, nós estamos a reivindicar uma decisão política sobre a Universidade que é preciso tomá-la e essa decisão política foi tomada pelo anterior Governo da República, da coligação PSD/PP, e exarou-a em sede de PIDDAC e pôs lá as verbas.

O que os senhores não são capazes de fazer é ter influência para a decisão política e por isso os senhores vêm falar da questão de politizar a Universidade como se isso fosse para viabilizar essa situação.

Portanto, a decisão é política e por isso estamos no órgão correcto para pressionar uma decisão política.

E mais:

O senhor andou às voltas, mas não respondeu ao que era fundamental responder.

O senhor está de acordo com os cortes que foram verificados no PIDDAC? Isso é que é fundamental dizer. O senhor está de acordo? Acha bem que, de vários milhões que existiam, se reduza para 50 mil? O senhor diga se acha bem. É este o desafio que lhe coloco.

Vamos imaginar, Sr. Deputado e Sr. Secretário Regional, que o Governo da República era ainda do PSD/PP...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Graças a Deus que não é!

O Orador: ... e que tinha sido esse governo que tinha decidido retirar essas verbas que estavam inscritas no PIDDAC e que se destinavam à Universidade dos Açores. Vamos imaginar que depois dessa decisão ser tomada e conhecida o que é que não

teria sido dito pelo Governo Regional de Carlos César e do Partido Socialista. De certeza que diriam: “era golpe de Estado, era um brutal ataque à autonomia e à Universidade”, mas, infelizmente, só porque o Governo da República é do Partido Socialista, nós só temos um discurso tão suave, tão doce, tão compreensivo para os problemas do País, que até temos dúvidas, e sinceras dúvidas, de que, primeiro que o Partido Socialista e primeiro que o Governo da República, estão os Açores, está a Universidade e está a nossa dignidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Cultura e Ciência (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de assistir aqui, em duas intervenções seguidas, um pouco a uma tentativa de reescrever a história.

É preciso não esquecer que hoje a Universidade dos Açores dispõe num dos seus pólos instalações que estão ao nível das melhores instalações do País. É preciso também não esquecer que essas instalações mereceram um enorme investimento que foi, infelizmente, concentrado apenas num pólo, investimento esse que foi feito, exactamente, durante o Governo do Partido Socialista do Eng.º António Guterres.

Se há alguns governos que se podem orgulhar de ter investido na Universidade dos Açores, são exactamente os governos da República do Partido Socialista.

É preciso também não esquecer que não foi decisão desse governo a repartição geográfica dos investimentos...

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... e esse problema é um problema fundamental hoje para a Universidade dos Açores e coloca em risco a existência de alguns dos pólos da Universidade dos Açores. Essa é que é a questão essencial e é uma questão que, infelizmente, aconteceu e que é preciso agora corrigir, enquanto é possível fazê-lo, porque se ela não for corrigida rapidamente não haverá correcção possível, porque uma

universidade não existe sem alunos, uma universidade não existe sem ter uma inserção na vida da comunidade que a rodeia e, obviamente, essa inserção não pode acontecer em instalações como aquelas que existem em Angra e na Horta.

Esta é que é a realidade e a verdade é que nós temos hoje uma universidade que é absolutamente assimétrica. Tem do melhor concentrado num pólo e tem do pior dividido pelos outros dois. É isto que é preciso corrigir e essa é uma responsabilidade que cabe à Universidade em primeiro lugar, mas é também uma responsabilidade que nós, enquanto responsáveis políticos nos Açores, temos agora que assumir e que corrigir, garantindo que os investimentos aconteçam nos pólos que não foram beneficiados e não continuar a concentrar o investimento no mesmo sítio.

Quanto à questão de assegurar ou não os financiamentos, os compromissos foram assumidos e sobre isso estamos conversados.

Deputado António Marinho (PSD): Isso é que falta conversar, Sr. Secretário.

O Orador: Quanto à outra questão que ficou esquecida e que tem a ver com o lançamento atempado dos concursos, cá estaremos e veremos o que acontece, mas a nossa aposta é no sentido de que não haja um dia de atraso no lançamento dos concursos de Angra e da Horta por causa destas questões. É isso que nós queremos fazer, estamos empenhados e faremos todos os possíveis para que esse seja o desfecho e que finalmente se consiga resolver problemas que são muito antigos. Não é apenas com palavras nem com contratos-programa, que podem ser os melhores do País, que se resolve o problema da Universidade dos Açores, porque 4 milhões e tal não é nada comparado com os 11,4 milhões que só no ano de 2005 o Governo Regional, em colaboração com a Universidade, dispendeu. É dinheiro que ajuda, mas não é isso que resolve os problemas.

Deputado António Marinho (PSD): Continua a falar dos 11 milhões de euros?

O Orador: O outro problema que foi aqui trazido, e que é importante que se leve até ao fim e que a nossa discussão o esclareça de vez, tem a ver com o relacionamento financeiro entre a República e a Universidade e o relacionamento financeiro entre a Administração Regional e a Universidade.

Se há alguma coisa que o Sr. Deputado disse e com a qual eu me identifico totalmente é que nós não podemos viver no relacionamento financeiro casuístico.

De facto, a Universidade dos Açores merece e tem que ter um financiamento que seja enquadrado em regras firmes, seguras e previsíveis. É esse o grande esforço que tem que haver na relação entre a Universidade dos Açores e a sua tutela e a Universidade dos Açores e a Administração Regional. É isso que, nos tempos mais próximos, estamos empenhados em ultrapassar.

É necessário criar um enquadramento estável, um enquadramento que seja perfeitamente previsível para ambas as partes e que permita à Universidade dos Açores, com segurança, fazer os investimentos que tem que fazer e que permita dar aos seus pólos da Horta e de Angra a dignidade que eles merecem e a dignidade que eles precisam para sobreviver. É isso que está em causa neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões faladas, quer por parte do Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência, quer pelo Sr. Deputado Hélder Silva, vou ter alguma dificuldade em tocar todas, mas vou tentar, pelo menos, dizer as mais importantes.

Começo por aquilo que o Sr. Secretário acabou de referir relativamente à garantia que o Governo Regional dava que cá estaria para se substituir ao Governo da República. Essa garantia seguramente não era a participação por parte da entidade nacional (neste caso o próprio Governo Regional) numa candidatura ao Programa Operacional de Ciência e Inovação 2010. Não era essa a garantia relativamente àquilo que existiu no passado.

Quando fala dos projectos e diz que “aqui estaremos para ver se eles estão prontos”, os projectos vão estar prontos, Sr. Secretário.

Aquilo que o Sr. Secretário referiu aqui em Novembro passado, e fiz nota disso na minha intervenção, foi dizer: “não pensem nisso, porque os projectos nunca mais estão prontos e que o dinheiro não vai ser preciso em 2006”. Vai ser preciso em 2006, porque os projectos relativos ao DOP vão estar prontos ainda este mês, o que

significa que, aprovados e depois do lançamento do concurso para a adjudicação, levaria a que as instalações do DOP poderiam iniciar-se antes de Junho,...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo de Meneses*): Era bom que fosse verdade.

O Orador: ... o que significaria que o valor de 1.320 mil euros, que está inscrito em PIDDAC para este ano, relativamente ao DOP, poderia começar a ser aplicado já este ano.

A verdade é que se o senhor tem 50 mil no PIDDAC, mais os 50 mil que o Governo Regional meteu no Plano, o que perfaz 100 mil, em primeiro lugar não vai conseguir fazer nada e terá que colocar mais dinheiro para fazer a mesma candidatura do mesmo montante ao POSI 2010 e, em segundo lugar, não vai ter a possibilidade de iniciar a obra em Junho e com o PIDDAC podia fazê-lo.

O mesmo se passa com a Terceira em que tinha inscrito para este ano 400 mil euros e para o próximo ano 520 mil e tem actualmente 4.315 euros. Isto é de loucos!

O senhor, por mais que queira, não vai conseguir pôr a obra em andamento, tal como se encontrava garantido através daquilo que estava inscrito em PIDDAC. Isso é perfeitamente claro.

Quanto à questão da tripolaridade até me parece que o Sr. Secretário, a determinada altura, se estava a manifestar contra a tripolaridade. Eu nunca pensaria que o Sr. Secretário estivesse contra a tripolaridade, mas que pareceu, pareceu.

Quando o senhor disse que o problema da Universidade não é a tripolaridade, não é o problema, mas é um problema da Universidade dos Açores.

Relativamente às pessoas que falaram aqui, quer o Sr. Secretário da Educação e Ciência, Álamo de Meneses, quer o Sr. Deputado Helder Silva, ambos Professores da Universidade dos Açores, eu tenho que vos dizer que já não estão há muito tempo na Universidade e não sabem o que lá se passa. Sabem o que politicamente vos chega, do resto não sabem.

Relativamente à tripolaridade, Sr. Secretário, posso-lhe dizer que em 2003 há um estudo aprofundado...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo de Meneses*): Eu conheço-o.

O Orador: ... sobre os valores que correspondem aos custos de tripolaridade e aos custos de insularidade.

Relativamente ao contrato-programa há um estudo exaustivo que foi feito para tentar dimensionar os custos da tripolaridade.

Presidente: Agradecia ao Sr. Deputado que concluisse.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Curiosamente o Sr. Secretário não falou nas despesas de funcionamento, o senhor não falou num corte de 11%, quando o corte nas outras universidades foi de 3%, nas despesas de funcionamento da Universidade dos Açores para este ano da responsabilidade de um Governo do Partido Socialista, que se encontra na República, e da responsabilidade de um ministro que não recebe as universidades e os institutos politécnicos, um ministro perfeitamente autista e, como autista que é, não conhece a realidade e não a conhecendo só pode ser insensível aos problemas.

Portanto, a Universidade dos Açores vive da incerteza, porque a sua tutela não quer saber daquilo que se passa dentro da universidade, mas o mais grave é um Governo Regional que está ao lado, que acha que a universidade é uma instituição que deve ser acarinhada, privilegia o seu relacionamento partidário com o Governo da República ou, pelo menos, numa primeira fase. Volto a repetir: A reboque está a querer resolver os problemas. Foi tarde!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Serei breve.

O Sr. Secretário Regional porventura não terá falado nos cortes orçamentais da Universidade, mas eu falei e falei com conhecimento de causa.

Tive, como disse, presente na assinatura do protocolo entre a Sra. Ministra Maria Graça Carvalho e o Magnífico Reitor da Universidade. Essa assinatura decorreu

precisamente aqui nesta cidade da Horta e a título excepcional foi atribuído um montante financeiro à Universidade dos Açores para resolver um problema financeiro que decorria de obras que não tinham sido devidamente orçamentadas pela Universidade, designadamente no pólo de Ponta Delgada. Isto provocou um problema na Universidade e quando se sobe a esse montante atribuído e depois se compara com o montante atribuído este ano é que se consegue chegar a um número que representa um corte de 11% na Universidade dos Açores.

É óbvio que ninguém mais do que eu pode defender aquilo que é a necessidade de reforço e de alocação financeira necessária à Universidade para o seu devido funcionamento. Agora, a melhor forma de o fazer não é, na minha opinião, com malabarismos financeiros. Não é dessa forma. A melhor forma de o defendermos é demonstrando aquilo que são as necessidades e ninguém melhor do que o Magnífico Reitor para o fazer e para o defender junto do Governo da República.

Por outro lado, não posso deixar de referir que há aqui um problema que resulta de um vício de análise de todo este processo.

Quando a bancada do PSD, e os Srs. Deputados António Marinho e Costa Pereira, tendem apenas a olhar para aquilo que é a verba alocada ou não no PIDDAC, é óbvio que estão a viciar esta análise toda. Foi precisamente isso que eu procurei demonstrar.

O que é importante não é a verba alocada ou o protocolo de fazer o projecto, mas a vontade expressa de resolver o problema.

A Universidade dos Açores tem carta branca para avançar com o seu processo. O Departamento de Oceanografia e Pescas está a concluir o projecto para o novo edifício e não me parece que haja aqui qualquer tipo de obstáculo a que o processo de concurso decorra, que as obras se iniciem e que seja financiado.

Deputado António Marinho (PSD): E o dinheiro? Onde é que está o dinheiro?

O Orador: Você está preocupado com o dinheiro quando o Governo já disse que, se houver alguma lacuna ou alguma falha, financia.

O senhor está preocupado com quê?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer, Sr. Deputado António Marinho, que se há alguém que tem um empenho grande na tripolaridade dos Açores sou eu. O Sr. Deputado pode acreditar e pode ter a certeza que a tripolaridade é para mim e creio que para muita gente, uma questão essencial.

Gostava também de dizer ao Sr. Deputado que aquilo que eu quis dizer e aquilo que quero voltar a repetir é que estamos todos fartos, mas principalmente aqueles que trabalham nos pólos mais pequenos da Universidade dos Açores, de ver a tripolaridade como o bode expiatório de todos os seus problemas. A tripolaridade não é o problema essencial da Universidade dos Açores.

Há muitas universidades que são multipolares, a universidade dos Açores pode ser tripolar e podia ser quadripolar que não é por causa disso que a Universidade dos Açores tem um problema. O problema da Universidade dos Açores é de dimensão e a defesa da tripolaridade e do enraizamento dos pólos da Horta e de Angra é uma defesa essencial que passa pelo abandono destas desculpas de que todos os males da Universidade dos Açores é porque existem os pólos de Angra e Horta. Se assim é, a conclusão lógica para todos é amputar esse cancro e resolve-se o problema.

É isso que nós não podemos admitir, Sr. Deputado, que aconteça e não podemos admitir que se transforme num discurso oficial cada vez que se fala na Universidade dos Açores.

O problema da Universidade dos Açores não é a existência do pólo da Horta nem do pólo de Angra, mas é um problema que tem a ver com a sua implantação numa sociedade com a dimensão demográfica como a nossa tem e é para esses problemas que tem que existir soluções especiais.

Quero fique muito claro: a Universidade dos Açores é uma universidade tripolar, a sua presença em Angra e na Horta é um traço essencial do seu carácter, porque senão não seria a Universidade dos Açores e a sua presença em Angra e na Horta são aspectos que neste momento e no futuro imediato têm que ser atendidos para que ela se enraíze e ganhe força e para que nós, de uma vez por todas, abandonemos este

discurso lamechas de que a Universidade tem problemas porque é tripolar. Existem muitos problemas, mas este é o menor que a Universidade dos Açores tem.

O grande problema da Universidade dos Açores é o problema de recrutamento de alunos, é um problema de dimensão, é um problema de dar utilidade às grandes infra-estruturas que tem nalguns sítios, ao grande valor que tem em termos recursos humanos e que precisa de utilizar plenamente. Esse é que é o grande desafio e o grande problema. É um problema de mobilização de capacidade, é um problema de dimensão. É isso que nós temos que resolver.

Era bom que nós retirássemos a desculpa de que quando as coisas correm mal é porque é tripolar. Eu, como professor e como director que fui do Departamento de Ciências da Universidade dos Açores, nunca me senti como sendo o problema da Universidade dos Açores.

A outra questão que é bom que fique também aqui muito clara é que nós temos que falar seriamente e com realismo quando falarmos em lançamento de obras.

Sr. Deputado, quando o senhor recebe um projecto feito neste mês ou no que vem ou que recebeu ontem, não interessa, não se esqueça que daí até ter uma obra iniciada vai um longo percurso que é complexo, é um percurso que demora o seu tempo. Há prazos legais estabelecidos para concursos públicos.

Portanto, Sr. Deputado, aquilo que eu lhe quero dizer e reafirmar é que espero muito sinceramente, porque tenho um grande empenho, quer do ponto de vista institucional, enquanto membro do Governo, quer do ponto de vista pessoal, em que estas coisas se resolvam e esse empenho é que não se perca um dia neste processo por razões que tenham a ver com o financiamento. Que não se perca um dia e que o lançamento dos concursos prossiga com a celeridade que as normas legais aplicadas permitem e mesmo que as coisas corram muito bem, o Sr. Deputado conte com pelo menos seis meses desde o momento em que se publicou o anúncio até que possa adjudicar uma obra e mais um mês ou dois até que obtenha o visto. O Sr. Deputado não se esqueça disto.

Isto são as questões normais que tanto afectam a Universidade dos Açores como afectam qualquer departamento do Governo Regional ou o Governo da República, porque a lei é a mesma e aplica-se igualmente a todas as situações.

Que fique muito claro, Sr. Deputado, que da parte do Governo Regional há todo o empenho em que estas obras não se atrasem e que de uma vez por todas passemos das palavras aos actos. Já se investiu muito na Universidade dos Açores.

A Universidade dos Açores construiu durante a governação do Eng^o. Guterres, e volto a repeti-lo para que a história não esteja aqui a ser reescrita, teve o maior investimento da sua história e um investimento consolidador, só que o aplicou apenas num pólo e essa é uma questão que não se pode agora voltar atrás.

A Universidade dos Açores não se pode queixar de falta de investimento. O investimento foi feito e está lá para toda a gente o ver. Basta passar pela Rua da Mãe de Deus.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputados António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Srs. Membros do Governo:

Eu penso que não vale a pena alongarmo-nos muito mais, porque a questão está perfeitamente clara e está tão clara quanto isto:

Quando o Sr. Deputado Helder Silva dizia há bocado que nada vai ficar por fazer, porque o Governo Regional vai avançar com o dinheiro, vai avançar com o dinheiro para quê? Para uma candidatura a um programa financiado por Fundos Comunitários? Não vai financiar como se as verbas do PIDDAC tivessem lá garantidas. Portanto, não é a mesma coisa. Isto liga-se com outra questão que o Sr. Secretário da Educação e Ciência acabou de falar que é relativamente à exequibilidade da obra em função dos prazos previstos na legislação que têm que ser cumpridos. Por isso é que eu lhe fiz uma estimativa e como deverá compreender eu não a fiz à toa.

Quando eu digo que o projecto do DOP poderia ser iniciado caso tivesse cá a verba, poderia e não tenha dúvidas, porque com a lentidão dos processos lançados pela Secretaria Regional da Educação e Ciência, acredito que isso não fosse possível. Se for pelos seus prazos acredito que não fosse possível, agora se for pelo cumprimento dos prazos tal como se verificou, por exemplo, em relação ao complexo da Ilha Terceira, era perfeitamente possível ter obra em Junho do edifício interdepartamental

no Pico da Urze, na Terceira, como era perfeitamente possível ter obra talvez em Março relativamente à sede dos Serviços Sociais e Cantina de Angra do Heroísmo, ou seja, entre Março e Junho tinha esses três edifícios a funcionar.

Quanto a atribuírem a paternidade dos bons edifícios existentes no pólo de Ponta Delgada ao Eng.º. Guterres só posso dizer que é anedótico. Em 1998 foi o Eng.º. Guterres que a inaugurou e o que ele fez para aquilo foi zero.

Relativamente ao Sr. Deputado Helder Silva ouvi o que disse e devo dizer-lhe que não conhece e não sabe o que é que é o contrato-programa.

Peço-lhe desculpa, mas tenho que lhe dizer isto desta forma uma vez que também disse de uma forma que não foi muito correcta.

Deputado Helder Silva (PS): Não fui mal educado!

O Orador: Não foi mal educado, mas teve a mostrar uma clareza do contrato-programa e disse isso com uma tal propriedade que só lhe posso dizer que não é para nada daquilo que o senhor disse. Se quiser digo-lhe as três vertentes do contrato-programa. Acho que não vale a pena e não nos interessa aqui.

Relativamente a mais valia de politizar esta questão, obviamente que existe mais valia em politizarmos esta questão. Vamos falar sobre isto.

Não vamos em nada ser penalizantes para a Universidade dos Açores pelo facto de aqui estarmos a falar disso.

Só vamos dar um apoio para que o problema da Universidade dos Açores se resolva. Pelo menos da nossa parte nós queremos é ver os problemas da Universidade dos Açores resolvidos e se falarmos da questão poderemos interceder ou dar uma força junto do Governo da República para ele cumprir aquilo a que está obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Vou terminar já, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Helder Silva diz que isto começou há 16 ou 17 anos. Pode ter começado há 16, 17 ou 51 anos, mas o que é certo é que no PIDDAC para 2006 e 2007, aprovados pelos governos do PSD, estava lá escrita uma verba e os senhores tiraram-na e puseram em risco os investimentos que são fundamentais para o pólo onde o Sr. Deputado Helder Silva pertence e para o pólo onde o Sr. Secretário pertence.

Deputado Hélder Silva (PS): Pertenço e estou aqui descansado!

Deputado António Marinho (PSD): É porque não está lá

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer mais uma tentativa de esclarecer o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Já não lhe posso responder.

O Orador: Quero esclarecê-lo do seguinte:

Quer o investimento seja feito com o financiamento do PIDAC, quer seja feito com qualquer outro financiamento, no que diz respeito à componente nacional ele seria sempre candidatado e aproveitaria sempre as verbas do mesmo programa comunitário.

Deputado António Marinho (PSD): Não é verdade, Sr. Secretário. Isso é válido para o pólo da Terceira.

O Orador: Sr. Deputado, não existe qualquer diferença entre fazer o investimento através da componente nacional oriunda do Governo da República ou da componente nacional oriunda do Governo Regional, porque aqueles edifícios serão sempre co-financiados pela União Europeia através do mesmo programa. É esta realidade que está subjacente a todo esse processo.

Era isto que estava previsto. O Sr. Deputado já está há demasiado tempo fora da administração e talvez não saiba isso.

Deputado António Marinho (PSD): Como deverá compreender, eu fui colher informações antes de vir para aqui fazer a intervenção.

O Orador: Eu percebi que o Sr. Deputado tinha muitas informações internas, porque sabia das reuniões que estavam a decorrer e o que se ia fazer.

Sr. Deputado, que fique bem claro que tudo faremos, e é isso que interessa para a Universidade dos Açores e para os açorianos, para que as obras não se atrasem por razões de natureza financeira.

Gostava de dizer também que o Sr. Deputado fez aqui um cenário muito otimista - não lhe quero dizer um cenário rosa, porque sei que o Sr. Deputado não cede a persuasão – no sentido de que era possível iniciar uma obra em não sei quantos meses.

Todos nós sabemos da forma como as coisas decorrem e sabemos com é que os concursos são conduzidos.

Sr. Deputado, aquilo que é importante, e é isso que interessa que fique aqui bem claro, é que da parte do Governo Regional haverá o acompanhamento e o esforço necessário para que, por razões financeiras, a Universidade dos Açores não veja esses seus investimentos atrasados.

Quanto ao prazo do lançamento das obras, espero que ele aconteça tão depressa quanto possível. Só tenho pena que não tivesse acontecido há 5 anos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há quem considere a Saúde como um território de saberes e práticas tecnológicas produtoras de distintas maneiras de cuidar em saúde, envolvidas na construção de homens e mulheres cada vez mais autónomos e qualificados para apostarem na produção de vida, enquanto valor de uso inestimável para si e para os outros, em todas as formas de expressão e dimensão. (Emerson Elias Merhy: Interface – Comunic., Saúde, Educ, v6, n11, p.131-4 ago 2002).

Esta seria, a grande missão da Saúde, e por conseguinte o seu constante desafio, à semelhança de outras áreas do conhecimento, neste mundo cada vez mais global e globalizante.

Quando nos referimos a determinados saberes e práticas em Saúde, muitas vezes entendemos que - devido ao âmbito da sua aplicação face à grandeza do macro

processo que visa medidas de impacto generalizado, ou de maior visibilidade - salientar certos passos dados parece não pertencer a categoria das coisas valorizáveis.

Na verdade as mudanças em Saúde requerem que muitas delas se façam por pequenos passos, para que a inovação tenha viabilidade de sucesso sem rupturas, e os reajustes e correcções necessárias, se façam na decorrência da acumulação de pequenas tensões provocadas no agir.

Tensões naturais, quando a acção ou medida tomada assenta nas necessidades dos utilizadores, sejam eles doentes, utentes ou clientes, em vez de virada para si mesma enquanto acto tecnológico, isolado ou inserido num dado serviço, ou, então, no sentido de interesses pessoais, comerciais, ou de grupos específicos – corporativos ou não.

Agir na clareza do objectivo produção de saúde no sentido enunciado, e no âmbito que entendemos como um ideal social em que a vida de um é igual à de todos – independentemente de se estar a falar de esferas de intervenção pública ou privada é o caminho da Saúde a continuar a perseguir na nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como referi, por pequenos passos se concretiza a diferença, se vão construindo novas arquitecturas nascidas de saberes e de práticas mais recentes, onde as necessidades dos cidadãos têm respostas de maior qualidade, ao mesmo tempo que se racionalizam recursos humanos, técnicos, tecnológicos e financeiros, contribuindo para a melhoria dos resultados em saúde, no que respeita a sua efectividade, não se restringindo, desse modo e somente, à eficácia e eficiência.

Estou a falar do modelo integrado de Urgência implementado com a abertura das novas instalações do Serviço de Atendimento Urgente do Centro de Saúde de Ponta Delgada, no passado dia 15 deste mês, que tem a seu cargo a população dos concelhos da Lagoa e Ponta delgada.

Trata-se de um investimento no valor de 493 505,00 euros, realizados na construção de um equipamento, que vem na senda da concretização dos objectivos do Governo Regional, no que concerne à construção de novas infra-estruturas de Saúde.

No que a esta matéria respeita, como se pode verificar pelas propostas de Resolução do Governo Regional, já aprovadas, e os grupos de trabalho constituídos, responsáveis pelo arranque das tarefas conducentes à construção dos Centros de Saúde de Ponta Delgada, Santa Cruz da Graciosa e Madalena, em concomitância com a continuidade das tarefas relativos ao novo hospital de Angra do Heroísmo e à Casa de Saúde de São Miguel, para além das sempre indispensáveis beneficiação e conservação das unidades de saúde existentes, a política é no sentido de um grande esforço financeiro para o seu cumprimento.

No caso do Serviço de Atendimento Urgente do Centro de Saúde de Ponta Delgada, não se trata da simples inauguração de um novo equipamento, essencial (é certo!) para proporcionar instalações condignas às tarefas ali realizadas, mas antes, o acréscimo de mais valias com a introdução de inovação, no seu funcionamento.

O facto do Serviço de Atendimento Urgente de um Centro de Saúde estar a funcionar em “paredes meias” com um hospital representa, por si só, enormes vantagens, nomeadamente quanto a racionalização dos recursos humanos e tecnológicos, para além dos benefícios para os doentes. No entanto, não é a essa diferença que me quero referir, e sim ao modelo integrado de triagem e dos cuidados de urgência do âmbito da clínica geral-medicina familiar e dos pertencentes aos cuidados hospitalares, com a aplicação das mesmas normas acreditadas, pertencentes as constantes do Protocolo de Manchester.

Para além desse aspecto, acresce referir a apresentação e disponibilização em suporte digitalizado dos exames complementares de diagnóstico e terapêutica, realizados no decurso do atendimento de ambos os cuidados clínicos, o que permite benefícios de todo o tipo para os doentes e para o sistema.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A introdução de normas, já testadas, no que respeita a inúmeros e diferentes procedimentos que determinado acto clínico requer, para que atinja os objectivos esperados, ou seja, que lhe seja reconhecido o resultado a que se destina – visa a introdução de mecanismos de Qualidade e ao mesmo tempo promove a cultura de autoavaliação e respectiva responsabilidade.

Aristóteles já dizia que a “excelência não é um acto, mas um hábito”, o que quer dizer que a Qualidade não acontece por acidente, tem de ser planeada (Joseph M. Juran).

A introdução de modelos de acreditação de Qualidade, nomeadamente o do King's Fund Healty Service, como se está proceder no Hospital de Ponta Pelgada, serviços clínicos e todos os outros, e o Programa MoniQuor, da responsabilidade do Instituto da Qualidade da Saúde, em 7 Centros de Saúde, é o exemplo do caminho que se está a percorrer na implementação padrões e processos de Qualidade em Saúde.

É verdade que muitas vezes se fala em Qualidade em Saúde e verdadeiramente não se sabe do que se está a falar, importa, por isso, anunciá-la para que, relatando-o, essa se (re)inscreva como uma das medidas imprescindíveis, a dar continuidade, já que a sua implementação exige mudanças, por vezes drásticas, de procedimentos de todos os intervenientes em saúde, quer se trate de hospitais ou centros de saúde.

Estas verdadeiras revoluções silenciosas requerem dos responsáveis pela sua introdução nos Serviços um trabalho árduo e contínuo, no que respeita à conquista dos sujeitos alvo das intervenções de mudanças que a introdução de sistemas desse tipo acarretam.

A introdução de Sistemas de Qualidade permite a racionalização de recursos com ganhos em saúde, através da conformação e controlo da actividade clínica, tecnológica e administrativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assim como a introdução de Sistemas de Qualidade são medidas de grande alcance produtoras de mais valias para todos – sistema e cidadãos -, a informatização do SRS é outro projecto essencial.

O Sistema de Informatização da Saúde – Açores Região Digital, é um projecto ambicioso, de demorada e complexa instalação, mas ao mesmo tempo desafiante para as próprias empresas do ramo (é de salientar que todas as multinacionais com experiência na área concorreram) devido à amplitude do programa, das diversas componentes a interligar, que vão desde a clínica, à administrativa, à gestão económico-financeira, à nossa descontinuidade territorial e respectivas tipologias das

unidades de saúde, e, ainda, à Saudaçor, cujas propostas (7) de aquisição do Software estão já em face de análise.

Este projecto é a peça complementar deste puzzle que transformará o Serviço Regional de Saúde num sistema transparente de informação fidedigna e de qualidade, desde a componente clínica, passando pela administrativa até a financeira. Seremos, estou certa, os primeiros, no nosso país, na área da Saúde a estarmos ligados em rede com esta dimensão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O caminho faz-se caminhando, não há dúvidas!, mas hoje, mais que nunca é necessário acrescentar mais valias como a Qualidade no produto cuidados de saúde, como garantia de se atingir os objectivos da Saúde, e adicionar conhecimento, informação e transparência ao sistema, só possível com instrumentos estratégicos como o da informatização.

Dar a conhecer estes projectos em execução é, em nosso entender, importante para que não se fique com ideias substractivas e distorcidas, tomando algumas parcelas pelo todo, para que a cada carência ainda existente não se deixe de correlacionar outras que estão a ser colmatadas, os projectos ainda por concretizar se visualize os em realização, para que se conheça o que de verdadeiramente estruturante se está a executar no Sector da Saúde, na nossa Região.

Estas são realidades que a todos deve orgulhar porque aos açorianos diz respeito e dos Açores se trata. É uma tarefa fundamental para nós da área da saúde, para este Governo e para o Grupo Parlamentar do PS.

Disse!

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para possíveis esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Amaral para uma intervenção.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretário Regionais:

Quero começar por saudar, todos os técnicos de saúde que trabalham nos nossos Centros de Saúde e Hospitais e gostaria de deixar um expressivo sinal de reconhecimento, pela intervenção das pessoas e das entidades responsáveis pela melhoria do sistema de saúde nestes últimos anos.

Com os Governos do Partido Socialista, a política de saúde permitiu, a par com o desenvolvimento económico e social, um conjunto de realizações notáveis na saúde dos açorianos, através do crescimento da cobertura da população, da melhoria do acesso e do aumento do número de profissionais de saúde.

Penso que todos reconhecem que não é fácil a sua missão e sabem, de há muito, o que representa cuidar de quem sofre. Esse é um dos motivos da estima e da consideração que todos devemos ter por estes profissionais.

A preservação e mesmo o reforço dessa especial atenção que cada criança, cada mulher ou cada homem doente espera deles, é provavelmente uma das chaves para melhorar a confiança dos açorianos na qualidade dos cuidados de saúde. Acredito que os profissionais de saúde querem empenhadamente tomar esta chave nas suas mãos. Porém a sociedade está cada vez mais exigente, não procura informação, a que se junta alguma demagogia por parte daqueles que tudo fazem para criticar os governantes, na ânsia de amealhar mais uns votos.

Ao contrário dos velhos do Restelo, que ainda pairam por aí, temos excelentes profissionais de saúde, dispomos de bons equipamentos, modernizámos consideravelmente as instalações hospitalares e dos centros de saúde e o Governo afecta à saúde um valor crescente do seu orçamento.

Temos consciência que a confiança dos cidadãos ganha-se com resultados concretos: o encurtamento dos tempos de espera para consultas, intervenções cirúrgicas ou exames complementares; a maior disponibilidade do seu médico de família; a consulta com hora previamente marcada; a saúde dentária integrando o pacote básico de cuidados básicos prestados aos cidadãos, são alguns exemplos...

Apesar de todas as dificuldades de percurso, os governos do Partido Socialista, permitiram à generalidade das pessoas a obtenção de melhorias significativas em praticamente todos os níveis de saúde. Todos nós nos devemos sentir mobilizados para que a confiança dos cidadãos, em especial dos doentes no seu sistema de saúde, se reforce e que a resposta dos serviços se aproxime das suas expectativas e das suas efectivas necessidades. É o que este governo tem feito e vai continuar a fazer, para uma melhor qualidade de vida de todos os Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Enganem-se aqueles que de uma maneira demagógica e às vezes pouco séria, afirmam que a resolução dos problemas da saúde é da inteira responsabilidade do Governo Regional. Porque a responsabilidade é de todos, todo o empenho é pouco; toda a acção é urgente; toda a participação é bem-vinda.

Em todo este processo, os governos não podem estar ausentes, mas também não podem estar sós. Torna-se necessário intensificar uma resposta plural a um problema da maior complexidade: escolas, universidade, instituições públicas e privadas, empresas, organizações juvenis e outras, juntas de freguesia e câmaras municipais, todos devem ser chamados a colaborar.

Dirijo uma palavra muito especial às igrejas e confissões religiosas. Gostaria de ver reforçado o papel destas entidades, pois têm uma acção importante na sociedade e podem contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas. E aqui gostaria de dar 2 exemplos de como a sua acção pode ser fundamental principalmente nos meios rurais onde todos se conhecem: os casos do alcoolismo e da violência doméstica.

Por outro lado a intervenção das autarquias pode ser determinante para o êxito de um processo de mudança. As autarquias, em geral, possuem um conhecimento adequado das realidades locais, uma ligação muito próxima com a comunidade e com as suas

instituições, podendo assim, contribuir para soluções de maior efectividade, num sector onde, cada vez mais, são necessárias escolhas.

Permitam-me que destaque apenas dois aspectos presentes nesta reflexão: existe já na sociedade uma generalizada aceitação da necessidade de um maior e mais efectivo investimento no campo da prevenção. Esta é a chave do problema e todos o devemos saber. Depois, os cidadãos necessitam de informação para que de uma forma responsável possam escolher. Nada melhor para transmitir mensalmente informação, como o Boletim Municipal, pago com dinheiros públicos, em que há espaço para as fotos presidenciais, mas também para informações úteis, que mudem certos hábitos de vida e contribuam para uma população mais saudável.

Outra das iniciativas das autarquias podia ser a aquisição de uma unidade móvel de saúde, apoiada por enfermeiros, para percorrer o concelho de lés a lés, evitando assim que muitas pessoas se desloquem ao centro de saúde, principalmente os mais idosos, para fazer pequenos tratamentos, assim como esta equipa faria a saúde escolar. Penso que este serviço prestado às populações é menos dispendioso que certos conjuntos musicais ou certas obras de interesse duvidoso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Nesta minha intervenção gostaria de vos transmitir algumas informações sobre alguns estudos realizados a nível mundial e do continente, que nos devem fazer reflectir e unir esforços para que todos dêem o seu contributo para uma sociedade mais saudável, que todos desejamos.

«As doenças cardiovasculares representam cerca de um terço de todas as mortes no Mundo. São o principal assassino mundial com 17,5 milhões de mortos por ano»

«Nas próximas décadas, nos países de baixo e médios rendimentos, o peso das doenças cardiovasculares duplicará, com profundas consequências económicas e sociais»

«De acordo com os especialistas, as doenças cardiovasculares custam anualmente mais de um trilião de dólares»

«Os estudos mais recentes apontam para a existência de cerca de 500 mil diabéticos em Portugal e que pode chegar ao milhão em 2020. Na Europa mais de 50 milhões

de pessoas sofrem de diabetes e estima-se que 100 milhões estejam em situação de pré - diabetes»

«Em todo o Mundo mais de um milhão de novos casos de cancro da mama são registados anualmente e mais de 400 mil mulheres morrem em cada ano, sendo de 130 mil o número de mortes na Europa»

«aproximadamente, uma em cada nove mulheres desenvolverá cancro da mama numa determinada fase da sua vida»

«cerca de 40% dos utilizadores de antibióticos admitem não cumprir o horário da toma e igual número afirma não respeitar a duração do tratamento»

«o excesso de peso é um problema que afecta quase metade da população portuguesa, estimando-se que a obesidade atinja já cerca de 1 milhão e 450 mil portugueses»

Em Portugal «cerca de 65 % das mulheres e 38 % dos homens utentes dos centros de saúde possuem um perímetro abdominal excessivo, facto que agrava significativamente o risco cardiovascular»

«tendo em consideração as recomendações europeias para o perímetro abdominal, 65 % das mulheres observadas registaram um valor igual ou superior a 88cm, ou seja, têm um risco muito elevado de doença cardiovascular. O número sobe para 82,9 % se o perímetro abdominal for igual ou superior a 80cm, valor que traduz risco elevado»

«no sexo masculino, 38% possuem um risco muito elevado, com um perímetro abdominal igual ou superior a 102 cm. Se se baixar a “fasquia” para os 94 cm, medida que corresponde a risco elevado, a percentagem atinge os 66,3%»

«na Região de saúde de Braga, faltam 72 médicos de família e 75 enfermeiros e o número de utentes sem médico de família ronda os 109 mil, gastando-se em média por ano 4 milhões de euros em horas extraordinárias com pessoal médico e de enfermagem»

Como podem verificar os problemas e os gastos com a saúde irá afectar todos os países em geral, não só devido aos casos que mencionei, mas também às várias epidemias que aparecem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretário Regionais:

Em meu nome e de todos os Nordestenses, quero agradecer ao senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Governo Regional, todo o empenho e carinho que demonstraram para conosco, ao colocarem mais um médico de família no Centro de Saúde do Nordeste, que pela primeira vez na sua história tem 4 médicos de família. O trabalho em equipa promovido pelo Centro de Saúde do Nordeste, numa concepção aberta e flexível, adaptando os seus modelos aos utilizadores, bem como os projectos inovadores, de sua iniciativa, tem contribuído para a melhoria do acesso, da qualidade e da eficiência dos cuidados que presta, contrariando assim o discurso de que nada está bem, da direita a necessitar de acompanhamento médico, tendo em conta os problemas dos seus progenitores.

Um Centro de Saúde que tem inscritos 5699 utentes, distribuídos por 4 equipas multidisciplinares de saúde, constituídas por um médico, um enfermeiro e um administrativo, prestando um atendimento personalizado e humanizado, tendo assim toda a população o seu médico de família!

Nestes últimos anos os Nordestenses têm no seu Centro de Saúde um serviço de atendimento permanente e enfermaria a funcionar durante 24 horas. Acesso a consultas de Fisiatria, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Saúde Oral, realçando a recente contratação de um Médico Dentista, responsável por um programa de prevenção e tratamento de cáries dirigida à população infantil e juvenil, gratuito. A recolha de produto biológico para análise duas vezes por semana. Usufruem também de consultas de Saúde Infantil, Saúde Materna, Saúde Escolar, Saúde do Adulto, Planeamento Familiar e de Acções colectivas ou personalizadas de promoção da saúde e prevenção da doença, nas áreas da Tóxico-dependências, Tabagismo, Sida, Saúde Oral, Diabetes e Hipertensão Arterial.

Gostaria de realçar o programa pioneiro na área da reabilitação de crianças deficientes ou em risco, desenvolvido neste Centro de Saúde, que foi distinguido com o Prémio Azevedos – Humanização da Medicina - o maior galardão do género em Portugal.

Por isso quando se afirma nesta Casa que não se verificam melhorias na Saúde, apesar do aumento dos gastos, vindo daqueles que dizem que se estivessem no governo resolviam os problemas da saúde, mas que têm dificuldades em arranjar um verdadeiro líder, o conselho que lhes dou, é dirigirem-se ao Centro de Saúde mais próximo e fazerem a terapia contra a partidarite convulsa.

Muita saúde para todos.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às palavras finais do Sr. Deputado, eu estava em crer que ele em vez de descrever o Centro de Saúde de Nordeste, esta a descrever a Clínica Maio dos Estados Unidos, tal é a eficiência do Centro de Saúde de Nordeste, mas realmente quando nos vimos aqui congratular neste Parlamento com o aumento de mais um médico de família, quando necessitávamos de muitos mais, prova bem o estado em que a saúde está.

Deputado Nuno Amaral (PS): A si não lhe interessa, mas aos nordestenses interessa de certeza.

O Orador: O Sr. Deputado em vez de se ter dado ao trabalho de ir buscar as estatísticas mundiais do perímetro de cintura de todas as cidadãs deste mundo e os índices de mortalidade por doenças cardiovasculares, tem dados a respeito do que se tem investido na Região Autónoma dos Açores e eu pergunto: o que é que se investiu para a prevenção das doenças cardiovasculares? Onde é que está o programa de promoção e de prevenção das doenças cardiovasculares?

Diabetes: onde é que está esse programa da prevenção?

Obesidade: basta ir a uma escola e dizer aos meninos: vocês agora não comem batatas fritas nem doces. É a única medida que eu vi. Onde é que estão estes três

programas fundamentais, para não irmos mais longe, previstos no Plano Regional de Saúde desde 2004 e ainda não se implementou? Estamos à espera de quê?

Sobre a taxa de mortalidade das doenças cardiovasculares eu julgo que o Sr. Deputado não se esqueceu dos números, nem se esqueceu dos números sobre as diabetes. Quantas vezes mais morre um diabético açoriano do que morre um diabético continental? Isto para não falar num europeu. Morremos três vezes mais que os continentais! Esqueceu-se das estatísticas?

Ninguém está aqui a fazer a apologia da desgraça ao contrário do que o Sr. Deputado veio aqui dizer. Agora o que criticamos são os maus investimentos e ainda recentemente temos um exemplo disto que é a não determinação da tutela destas matérias. É isso que nós queremos e ninguém quer a má saúde. Todos nós lutamos por mais e melhor saúde. Não tenha dúvida disso.

Agora, é dever do Governo implementar políticas correctas de saúde e, pelo menos, implementar o que já está previsto. Nem isso são capazes e vêm anunciar coisas que não fazem nenhum sentido, não são inovadoras em nada, como a última portaria sobre as convenções, que ainda vamos ver o que é que vai dar. Tenho o benefício da dúvida.

Sr. Secretário, comece pela complementaridade entre as unidades de saúde, aliás, recomendação do Sr. Presidente do Governo aquando da inauguração do serviço de urgência em Ponta Delgada. Temos muitos exemplos por onde podemos ir.

Sr. Deputado, fico muito satisfeito que no seu concelho as coisas corram muito bem. Oxalá pudesse dizer o mesmo do meu, mas não posso, porque tem o centro de Saúde de um lado onde as cadeiras estão avariados, uma rua ao meio e um hospital do lado de cima que tem duas cadeiras vazias do lado da tarde. O Sr. Secretário é incapaz de resolver este assunto e as crianças continuam sem cuidados de saúde quando estão dois médicos dentistas do lado de baixo que não estão a fazer o seu trabalho, porque não o podem fazer.

O Sr. Presidente do Governo foi bem claro nas suas recomendações para a rentabilização de recursos humanos e a rentabilização de equipamentos técnicos. Não se faz porquê? Eu ficaria muito satisfeito que o meu concelho também pudesse ser igual ao seu. Infelizmente não é.

É a maternidade; são as caldeiras do Hospital de Angra que não têm capacidade para aquecerem a água toda; são os electrocardiogramas que foram para Lisboa. Amanhã não sei o que é que vai ser. Todos os dias existe um problema.

Portanto, vamos resolver os problemas graves que existem...

Presidente: Sr. Deputado, já terminou o seu tempo. Agradecia que concluísse.

O Orador: Terminei já, Sr. Presidente.

... e depois passamos à questão das auditorias que também temos muito que falar sobre essa matéria.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Nuno Amaral.

(*) **Deputado Nuno Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu na minha intervenção, ao contrário do que muitos dizem, tentei fazer ver que o problema da saúde nos Açores não é só do Governo Regional, terá de ser um problema de todos nós. Agora, por exemplo, quando nos nossos jornais sai notícias destas: “beber água nos Açores pode ser um risco para a saúde”, e temos câmaras municipais que nada fazem para esta melhoria, é muito complicado. Não pode ser o Governo Regional que tem que andar a fazer o tratamento da água. Todos temos que colaborar para a melhoria da saúde. O Sr. Deputado sabe melhor do que eu que um idoso que beba água contaminada pode ter que ficar internado dois ou três dias no Centro de Saúde e tudo isso são despesas com a saúde que os senhores criticam.

Por outro lado, a nível dos médicos dentistas em penso que nós não estamos assim tão mal. Temos apenas quatro centros de saúde sem médico dentista.

Se nós olharmos para o Continente, nove em cada dez centros de saúde não têm saúde oral.

As coisas têm vindo a evoluir e os senhores vêm para aqui dizer que está tudo mal.

Eu tenho o direito de trazer para esta casa um centro de saúde que, antes de se criticar, deviam ir lá e visitá-lo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já visitei, Sr. Deputado.

O Orador: Gostou?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Gostei, sim senhor.

O Orador: O concurso esteve aberto e o senhor podia ter ido para lá. A cadeira lá existente pelo menos está sempre a trabalhar.

Também gostava de saber o que é que o senhor esteve a fazer quando a cadeira esteve avariada? Não me diga que esteve parado! Podia pelo menos ter metido férias, porque seis meses parado o senhor perde a sensibilidade nas mãos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É muito complicado.

O Orador: Penso que a minha obrigação é trazer para aqui também os bons exemplos.

A colocação de mais um médico de família no Centro de Saúde do Nordeste para si, se calhar, não lhe faz diferença nenhuma, mas para os nordestenses e nomeadamente para os profissionais de saúde que lá trabalham dá-lhes muito jeito, porque, como sabe, muitas vezes os médicos andam em formação aqui e além e há sempre um médico que fica de serviço o que é muito bom.

Quanto ao resto, o Governo, ao contrário do que o senhor diz, está no bom caminho. Abriu agora mais um centro de saúde junto ao Hospital de Ponta de Delgada e há outras medidas que estão a ser tomadas que, se calhar, outros governos não teriam coragem de tomar.

O Sr. Secretário não está assim há tanto tempo no Governo, mas julgo que está no bom caminho...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está há 10 anos. A não ser que no início de cada legislatura inicie novo período.

O Orador: ... e vamos continuar. Não vimos para aqui trazer nuvens negras, porque isso em nada melhora a saúde dos açorianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Que o Sr. Secretário está há pouco tempo todos nós já tínhamos dado por isso, mas também todos nós já tínhamos dado por isso, porque o que vem de trás parece que é tábuas rasas e o exemplo disso é o Plano Regional de Saúde. O Sr. Secretário já está

em funções desde 2004 e já estamos em Janeiro de 2006 e ainda não vi uma única medida daquele Plano que esteja a ser implementada.

Sr. Deputado, o que se fez até aqui é para fazer tábua rasa? O que estava previsto fazer-se, é para não se fazer? Vem dizer que a culpa não é do Sr. Secretário, pois minha é que não é de certeza. Não é do Sr. Secretário, é do Governo!

Se há alguém que já elogiou a saúde oral deste Governo fui eu. Nessa matéria estou completamente à vontade. Elogiei porque acho que é uma boa política e vai no bom caminho, embora com alguns solavancos do Sr. Secretário, mas com jeitinho ele vai lá. É preciso também dar-lhe um bocadinho de tempo. O exemplo dos solavancos é o exemplo triste do Centro de Saúde e do Hospital de Angra. É um exemplo lamentável.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Tenho pena de não poder responder para mostrar aqui nesta Assembleia, a si e aos Srs. Deputados, a realidade.

O Orador: Ao contrário do que se fez em Ponta Delgada não se aproveita recursos humanos e técnicos em Angra do Heroísmo. Isso é que é a verdade e não há nenhum impedimento para que não se possa fazer. Aliás há um...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Não vá por esse caminho, Sr. Deputado.

O Orador: Eu fico à espera que o senhor resolva o assunto, porque é esse o seu dever. Esse assunto foi levantado há quase um mês e prolongar essa questão por mais um mês ou mês e meio é lamentável. O Sr. Secretário não a resolve porque não quer. Essa é que é a realidade.

As parcerias com as câmaras, Sr. Deputado Nuno Amaral, estamos de acordo em termos de parceria e nós também defendemos que os municípios devem ter um papel importante na prestação de cuidados de saúde em parceria com o Governo. Há áreas que realmente podem ser úteis e podem ajudar. Concordamos plenamente com isso. Continuo sem resposta e sem saber porque é que o senhor não utilizou os dados do Serviço Regional de Estatística sobre a mortalidade, as doenças cardiovasculares, etc. e por que é que os programas previstos pelos anteriores secretários ainda não

estão implementados. O Plano Regional de Saúde é de 2004/2006 e já estamos no início de 2006. Para quando?

O Sr. Secretário faz fuga para a frente e esquece-se do que está programado e bem programado para trás e não consegue implementar no terreno. É a isso que o senhor tem que responder.

Onde é que estão os programas de prevenção das doenças cardiovasculares, de obesidade, da diabetes e por que é que já não foram implementados? Vem-se agora com fugas para a frente, com as convenções que não vão ter resultado prático na maioria das nossas ilhas nem na maioria dos nossos concelhos.

A pergunta que se coloca é esta: Se as coisas já estão planeadas, se já se detectou o problema, por que é que não se combate?

Quanto ao dinheiro, Sr. Secretário...

Presidente: Agradecia que concluísse Sr. Deputado.

O Orador: ... há exemplos de desperdício todos os dias, infelizmente. São medidas pequeninas que se podem perfeitamente tomar e racionalizar as coisas e tornar a gestão mais eficiente, com melhores cuidados e às vezes com menos dinheiro.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passado um ano e alguns grãos de areia, como se diz na minha terra, desde que aceitei o desafio de representar a Ilha das Flores nesta Assembleia Legislativa, com a responsabilidade e esperança de que, de alguma forma, contribuiria para o progresso e desenvolvimento destas nove Ilhas e em particular da Ilha pela qual fui eleito, encontro-me hoje capaz de fazer um balanço da minha actividade, bem como da actividade do Governo Regional suportado pelo Grupo Parlamentar de que faço parte.

Sendo assim, é tempo de dizer que nos últimos nove anos o Governo Regional do Partido Socialista tem sabido adoptar uma estratégia de desenvolvimento sustentado para o Arquipélago, permitindo acentuar o crescimento económico de forma

convergente e harmoniosa, procurando sempre reforçar a coesão económica e social dos Açores.

Só é possível alcançar tal desiderato adoptando políticas de fomento ao desenvolvimento sustentável que encontraram forma e aplicação com a aprovação, em Junho do ano que findou, da proposta de Decreto Legislativo Regional que criou o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, sendo neste momento um dos instrumentos mais adequados para proporcionar o desenvolvimento económico e social integrado do nosso Arquipélago.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ciente de que as marcas do progresso não são ainda tão evidentes na Ilha das Flores como em outras, onde o crescimento económico é visível e o investimento das empresas privadas já é uma realidade atrevo-me a dizer que estamos a continuar a mudança das Flores para melhor, com estabilidade, com segurança e com inovação, fazendo com que esta seja mais uma das nossas Ilhas a acompanhar o progresso e o bem-estar que estamos a construir para os Açores.

É pois, com este objectivo que se encontram a decorrer actualmente obras de grande vulto financeiro e de grande importância para o desenvolvimento económico-social da Ilha das Flores, como sejam os investimentos:

- Na reparação do molhe do porto das Lajes das Flores, que passará a contar com um novo cais acostável de 94 metros, obra que tem um custo estimado em 11,5 milhões de euros;
- Na Estrada Regional Lajes – Santa Cruz, cuja 1ª fase já está concluída com um custo de 2,8 milhões de euros, estando a 2ª fase já adjudicada por um valor equivalente, sendo que para 2006 estão previstos investimentos superiores a 3,5 milhões de euros na recuperação das estradas das Flores.
- Na nova aerogare do aeroporto de Santa Cruz – um investimento na ordem dos 2,5 milhões de euros que deverá estar a funcionar em pleno no próximo mês de Março, uma “aerogare de futuro” como disse o Secretário Regional da Economia, referindo-se à obra que vem responder ao incremento que se vem verificando na frequência de ligações com as Flores;

- No Centro de Saúde, com a criação da Unidade de Medicina Física e Reabilitação que inclui ampliação das instalações e aquisição de equipamentos, com um custo de cerca de 350 mil euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estas são as decisões com maior impacto orçamental, para a Ilha das Flores, mas o desenvolvimento não se faz só com obras físicas de betão e alcatrão, promove-se com políticas económicas e sociais como sejam:

- Instalação da Biblioteca Pública Municipal de Santa Cruz das Flores, integrada na Rede Regional de Leitura Pública;

- Criação do Gabinete de Apoio ao Empreendedor;

- Apoio na aquisição de equipamento lúdico para o “Girassol”, uma creche/jardim-de-infância que tem uma frequência de cerca de 55 crianças;

- Instalação de uma grua de 16 toneladas no porto de pesca das Lajes, compatível com a dimensão das novas embarcações de pesca;

- Construção no mesmo porto de um edifício para recolha de pescado;

- Montagem de novos equipamentos de produção de gelo e de conservação de pescado na Lota de Santa Cruz;

- Implantação de um parque de retém e exposição de gado, no valor de 80 mil euros, que irá permitir um bom desempenho em actividades relacionadas com o trânsito de animais, defesa sanitária, organização de leilões, e outras acções no âmbito da pecuária;

- 2ª Fase da obra de protecção da orla costeira de Santa Cruz, que abrange o troço compreendido entre o Porto Velho e o Porto das Poças;

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estes e outros investimentos em grandes obras que serão iniciadas e efectuadas nesta Ilha, ainda durante esta Legislatura 2004/2008, permitem-me estar optimista quanto ao futuro, permitem-me pensar que quem vem dizer que não se cumprem os manifestos apresentados, quem vem enunciar obras que estão esquecidas na Ilha das Flores, são os mesmos que durante anos nada fizeram por esta Ilha.

No entanto se me perguntarem se não há mais nada para fazer, se não é necessário mais nada para a Ilha? Claro que sim, sempre! Será sempre necessário mais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com esta consciência do que há para fazer e do que queremos que ainda se faça, que os deputados eleitos pelo Partido Socialista na Ilha das Flores, pretendem empenhar-se sempre na defesa do melhor para os Açores, solidários e apoiantes deste Governo mas nunca conformados com questões que privem o bem-estar da população que representam.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Lembro que o PSD e o PP já esgotaram o seu tempo e que o Governo tem apenas um minuto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais, solicita um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Retomaremos os nossos trabalhos às 15,00 horas.

(Eram 12 horas e 30 minutos)

(Neste momento o Sr. Presidente retomou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Vamos entrar na **Agenda da Reunião.**

Como se recordam foi lido hoje na correspondência a entrada de um diploma do Partido Socialista e, de acordo com uma solicitação que me foi feita, nos termos do artigo 81º do Regimento, o autor tem o direito de apresentar o projecto.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Hélder Silva para fazer a apresentação do diploma.

Deputado Hélder Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta a esta Assembleia um Projecto de Decreto Legislativo Regional no âmbito daquela que é a intenção por mim manifestada desde algum tempo a esta parte, algo que se iniciou ainda quando Secretário Regional do Ambiente e que me parece que é um projecto de interesse regional.

O Projecto basicamente tem como objecto e como intuito o ordenamento e o controle da crescente exploração de zonas e espécies marinhas no Arquipélago dos Açores, com o objectivo de prevenir a degradação dos recursos e de procurar compatibilizar a conservação do património natural com actividades humanas.

Tem também o objectivo de preservar diversos níveis e componentes naturais de biodiversidade que é, aliás, um objectivo internacional, no âmbito das Nações Unidas e que é uma matéria que tem hoje uma relevância primordial ao nível ambiental, tanto ao nível regional como nacional e internacional.

Estas áreas marinhas são áreas que têm tido um diminuto acompanhamento e conhecimento científico em muitos pontos do globo, mas com o aumento desse conhecimento têm vindo a ser crescentemente objecto também de intervenção ao nível político e de classificação.

Um dos principais objectivos que temos e que pretendemos alcançar com este Projecto de Decreto Legislativo Regional é não só, mas também o de proteger um bem natural importante que possuímos ao longo da cordilheira médio atlântica, refiro-me concretamente às fontes hidrotermais que têm sido também objecto de intervenções tanto ao nível político como também ao nível científico e de trabalho por parte da Universidade dos Açores.

Trata-se de habitats que suportam comunidades únicas que têm uma elevada biomassa que assenta em produtores primários (bactérias) mas que em seu torno apresentam um conjunto vasto de outras espécies, algumas endémicas que encontramos apenas nestas áreas, mas algumas outras que nelas se concentram e que a estes habitats se adaptaram, designadamente mexilhões, poliquetas, camarões, caranguejos e muitos peixes de profundidade.

Para além das fontes hidrotermais a cordilheira média atlântica apresenta do ponto de vista geomorfológico estruturas únicas, elevações submarinas, montes submarinos, bancos, pináculos, enfim, um conjunto vasto de estruturas, hoje reconhecidamente relevantes do ponto de vista ambiental e este é um relevo que tem sido manifestado pela Região, mas que é reconhecido cada vez mais por organizações internacionais, designadamente a UNESCO, com a qual a própria Região desenvolveu alguns trabalhos tendentes a uma futura classificação desta área, mas também a World Wide Fund, uma organização internacional ligada à protecção ambiental que tem tido também muito interesse e muito empenho na classificação destas áreas.

Estas elevações submarinas apresentam uma importância que não é apenas ambiental, e isto é evidente, têm também um relevante interesse económico, particularmente para a Região Autónoma dos Açores e é nelas sobretudo que se desenvolve a pesca dos Açores.

Nós temos uma pesca mais artesanal que se concentra em torno das nossas ilhas, mas temos cada vez mais uma pesca mais distante, com embarcações que se afastam da orla costeira das ilhas e que fazem a exploração de alguns recursos pesqueiros em montes submarinos, em bancos, em pequenos pináculos que existem na subárea Açores da Zona Económica Exclusiva e, portanto, há aqui também um interesse que é relevante do ponto de vista económico.

Para além disso, penso que este é também um projecto interessante na perspectiva europeia. A Europa tem nos Açores uma enorme plataforma oceânica e aquilo que são preocupações europeias crescentes ao nível da protecção deste nosso mar comum, obviamente que devem ter nos Açores uma preocupação mais relevante.

Também defendo, como sempre defendi, que estas preocupações devem vir de dentro para fora, a exemplo daquilo que aconteceu com o Pico, hoje Património da Humanidade.

Para nós conseguirmos obter o reconhecimento internacional e o estatuto internacional de áreas protegidas, de áreas de interesse ao nível ambiental, naturalmente que temos que começar por o reconhecermos nós próprios. Penso que este passo que propomos que se dê, através da aprovação futura deste diploma na Assembleia Legislativa Regional, é um passo importante tendente a um futuro reconhecimento e a um estatuto internacional desta reserva que se propõe, passe a ser classificada.

Esta proposta enquadra-se em lei nacional, designadamente o Decreto-Lei 19/93, de 23 de Janeiro, que criou o novo quadro de classificação das áreas protegidas a nível nacional e que foi adaptado no mesmo ano, pelo Decreto Legislativo Regional nº 21/93/A, à Região Autónoma dos Açores, sendo depois alterado pela publicação do Decreto-Lei 227/98, de 17 de Julho.

Basicamente aquilo que se passa é que, embora a Região não tenha competência para legislar em matérias de natureza económica, hoje inserida neste espaço europeu, tem-no ao nível ambiental, porque a União Europeia remete para os Estados a capacidade de legislarem e assegurarem a preservação ambiental dos seus ecossistemas e dos habitats que possuem e por sua vez o Estado, através dos diplomas que citei, basicamente aquilo que faz é remeter para a Região a competência a este nível.

Portanto, se é verdade que nós estamos impedidos de legislar sobre a nossa zona Económica Exclusiva e sobre a sub-área Açores a um nível de impacto económico, tal não é verdade ao nível ambiental. Aliás, há um precedente a esse nível na Região. Como sabem o Recife Dolabarate, vulgo Ilhéus das Formigas, que é uma área *offshore*, é hoje classificado com um estatuto regional e está classificada como área marinha protegida.

Feita esta introdução, resta-me acrescentar que este diploma propõe a Classificação da Reserva Natural Regional da Dorsal Médio-Atlântica dos Açores, demarca uma área para esta reserva com uma superfície de 160.475 km², que se estende ao longo

da Cordilheira Médio Atlântica. Porquê da Cordilheira Médio-Atlântica? Porque é ao longo desta Cordilheira que se concentram, como acabei de referir, estes pináculos e montes submarinos.

É também ao longo desta Cordilheira Médio Atlântica que ao nível internacional tem sido manifestado um grande interesse e empenho de várias organizações, designadamente da própria UNESCO, em ver os Estados que se situam sobre esta Cordilheira, que não apenas Portugal e a Região Autónoma dos Açores, mas também, a Norte, a Islândia, que está muito empenhada em trabalhar connosco, futuramente, uma eventual candidatura à UNESCO.

É importante que a classificação se concentre sobre esta área.

Esta reserva englobará a coluna de água e os fundos subjacentes bem como os recursos aí existentes, prolongando-se ao longo de 7º em latitude, de Sul para Norte, e entre 1,5º e 4,5º em longitude.

Portanto, é uma área considerável, em termos percentuais, da sub-área Açores, é uma área que não abrange a costa de nenhuma das ilhas, centrando-se basicamente entre o Grupo Central e o Grupo Ocidental.

Os limites da reserva vêm fixados nesta proposta e na carta que a acompanha.

Os objectivos do estabelecimento desta reserva são os de promover a conservação e valorização dos recursos naturais aí existentes, de promover a gestão e salvaguarda desses recursos marinhos, de contribuir para a ordenação e disciplina das actividades científica, turística, comercial e de exploração pesqueira, de promover a implementação de uma rede consistente de áreas marinhas protegidas nos Açores e também de aprofundar os conhecimentos científicos sobre as comunidades insulares e marinhas.

É proposta uma estrutura de gestão para esta reserva, sendo proposto uma comissão directiva e um conselho consultivo.

São descritos no artigo 6º a composição e funcionamento da comissão e no artigo 7º a sua competência.

Também são descritos a composição e funcionamento do conselho consultivo e competência do mesmo.

Há um conjunto de interdições que, sem prejuízo da elaboração de um plano futuro para gestão desta área, já vêm propostas e são designadamente a interdição nesta área de Reserva Natural Regional da alteração da morfologia dos fundos submarinhos, a captura, apanha ou obtenção de exemplares de quaisquer espécies animais sujeitas a medidas de protecção em qualquer fase do seu ciclo biológico, bem como a perturbação ou destruição dos seus habitats, a introdução de espécies zoológicas, infestantes ou não, a lavagem de tanques de embarcações, a deposição ou lançamento de dragados, inertes, lixos, detritos, entulhos ou outros resíduos sólidos, a recolha de qualquer elemento de valor arqueológico ou geológico e também a utilização de artes de pesca que sejam reconhecidamente prejudiciais ao habitats marinhos, como sejam as redes de arrasto e as redes de emalhar de profundidade.

Exceptuam-se no disposto, aquilo que sejam actos e actividades necessárias à preservação, valorização e ordenamento da área protegida.

Há um conjunto de actividades que ficam sujeitas, e estão descritas no artigo 11º, a autorização, designadamente a realização de eventos desportivos, nomeadamente pesca desportiva ou desportos náuticos motorizados, afundamento de embarcações no interior da área da Reserva Natural Regional, passagem de embarcações, e eu sublinho este ponto, **passagem de embarcações que transportem cargas potencialmente danosas para as comunidades e habitats marinhos existentes, cujo risco de prejuízo ambiental e económico seja considerado elevado.** Este é um daqueles pontos que penso que contribui para afastar da rota da nossa sub-área Açores aquilo que são embarcações que comumente passam na nossa Zona Económica Exclusiva e que, nalguns casos, podem ser passagens de risco por aquilo que são os conteúdos das cargas que transportam.

Todas as embarcações que pretendam desenvolver actividades de pesca comercial na área ou outras quaisquer actividades dextractivas em consonância com os objectivos de gestão do esforço de pesca da Direcção Regional com competência em matéria de pescas.

São também estabelecidas contra-ordenações, fiscalização e é, conforme dizia, prevista a elaboração de um plano de ordenamento para esta Reserva Natural

Regional que será dotado de um regulamento, no termos legais, e que se propõe seja elaborado no prazo de um ano a contar da data da publicação deste diploma.

Basicamente era isto que nesta fase me propunha apresentar. Ficarei disponível para algumas questões que queiram dirigir-me.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo inscrições, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução - “Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2003”**.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónomas dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à Conta de 2003 gostaríamos, nesta apresentação breve, de referir alguns factos concretos.

Em primeiro lugar, a existência de um saldo primário de 7,6 milhões de euros, o que demonstra o equilíbrio que foi conferido às contas de 2003.

Uma taxa de execução do Plano de Investimentos de 92,5%, um dos valores percentuais mais altos até então - não são palavras minhas, são palavras do Tribunal de Contas - e um superávit de funcionamento entre as despesas e as receitas. Esta é uma citação do relatório do Tribunal de Contas. Portanto, esta questão do superávit já vinha, afinal, referida pelo Tribunal de Contas, desde 2003.

Em relação à receita, esta totalizou 999 milhões de euros.

A receita, deduzida as contas de ordem, foi de 707 milhões de euros, menos 2,2% que no ano anterior.

Regista-se uma boa execução no âmbito das receitas fiscais e das transferências do Orçamento de Estado e salienta-se, do ponto de vista de peso relativo, as receitas

fiscais com 60%, as transferências do Orçamento de Estado com 31% e as transferências da União Europeia com cerca de 6%.

Em termos de taxa de execução, e conferindo o bom grau de previsibilidade dos documentos orçamentais apresentados em 2003, saliente-se que as receitas fiscais tiveram uma taxa de execução de 97,9% e as transferências do Orçamento de Estado de 99,8%.

Em termos de despesa, o total de despesa, deduzindo as contas de ordem, foi de 707 milhões de euros.

Em termos de grandes áreas, o funcionamento teve 70% com 495 milhões de euros, com uma taxa de execução de 93,3% e uma taxa de crescimento, em relação ao não anterior, de 2,2%.

O plano de investimentos atingiu 212 milhões de euros, um peso relativo de 30% e, como foi referido, com uma taxa de execução de 92,5%.

Em termos de classificação económica, as despesas com pessoal tiveram apenas um crescimento de 0,3%, totalizando 249 milhões de euros.

As transferências tiveram um crescimento de 5,7%, situando-se esse crescimento derivado essencialmente do grande acréscimo nas transferências para o Serviço Regional de Saúde que nesse ano de 2003 cresceram 7%, totalizando 78,6% do total das transferências.

Os encargos da dívida pública decresceram 16,3%.

As aquisições de bens e serviços correntes decresceram 3,7% e as aquisições de bens e serviços de capital decresceram 4,9%.

A dívida pública manteve-se, ao nível de 2002, nos 275 milhões de euros, o que representou um encargo financeiro de 7,6 milhões de euros. Em termos estruturais é esta a realidade.

Em relação à análise conferida pelo relatório do Tribunal de Contas, gostaríamos de destacar os seguintes factos:

Conforme foi referido, há uma significativa melhoria na estrutura das despesas do Plano.

Não há recurso a empréstimo bancário.

Há um melhoramento significativo da gestão do património e da sua inventariação.

Há um superávit de funcionamento.

As despesas de funcionamento mais os encargos da dívida são cobertos em 90% com recursos próprios da Região e houve um decréscimo dos encargos assumidos e não pagos de 14,8% em relação ao ano anterior.

Em relação aos aspectos que o Tribunal de Contas considera que devem ser aperfeiçoados e melhorados, gostaria de dizer que os seis primeiros pontos são questões técnicas que entretanto foram acolhidas pelo Governo e resolvidas tecnicamente em termos de apresentação de documentos.

No que concerne à existência de apoios considerados sem enquadramento legal devidamente ajustados, esse montante é cada vez menor, conforme é referido, e a sua evolução é, nesse aspecto, também positiva nos anos seguintes.

A existência de 49 acções sem execução não é relevante tendo em conta que a execução do Plano é de 92,5% e conseqüentemente o peso relativo dessas acções é perfeitamente insignificante.

Consideramos que, sendo uma observação, não incide nada de negativo o facto de metade do Plano ser executado por outras entidades que não o Governo Regional. É a demonstração da vitalidade de um conjunto de sectores e de apoios a áreas fundamentais da administração.

Também existe aqui algumas observações que nós consideramos que são aspectos que, além de terem sido progressivamente aperfeiçoados, também não têm em si uma conotação negativa que ponha em causa estes documentos.

Para concluir, nesta abordagem inicial, penso que o exercício de 2003, que agora analisamos, foi um exercício equilibrado, foi um exercício onde se correspondeu, do ponto de vista de investimento público, a um montante extremamente significativo, que teve conseqüente impacto no desenvolvimento económico e social e houve uma significativa contenção do ponto de vista das despesas de funcionamento, quer na componente de despesas com pessoal, quer particularmente na componente, que é menos rígida, de aquisições de bens e serviços e as aquisições de bens de capital.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Depois de todas estas pretensas virtudes, vem o resto. É algo que nós já estamos habituados, é algo que também já fizemos aqui há uns meses atrás em relação às contas de 2001 e 2002.

Poderiam aqui ser ditas algumas das virtudes. Algumas das recomendações acolhidas, o Sr. Vice-Presidente teve oportunidade de referir algumas delas.

Podíamos falar na apreciação desta conta, da falta de invocada por parte do Tribunal de Contas, de elementos de explicação em relação a muitas matérias e em relação a muitos números. É o próprio relatório do Tribunal de Conta que o refere.

Em relação a muitas matérias há falta de clareza e se assim é, obviamente temos que colocar aqui a seguinte questão: a quem é que interessa esta falta de clareza?

Referido explicitamente também por parte do Tribunal de Contas, há falta de critérios, designadamente em relação à atribuição de subsídios. Isto é uma questão que se vem repetindo ano após ano. É algo que provavelmente interessa a alguém. É também uma conclusão que temos que tirar, porque se há uma situação que se repete, alguém está interessado em que haja falta de clareza e falta de critérios nesta matéria e seguramente que é a quem os atribui a tal falta de clareza e de transparência.

Em relação à falta de critérios em geral referidos noutros pontos do relatório do Tribunal de Contas, não tenhamos dúvidas que existem critérios escondidos, pelo menos do comum dos mortais, ou até, o que é mais grave, que são escondidos, pelo menos, relativamente a este lado daqui da câmara.

Portanto, há um não querer partilhar informação relativamente à aplicação do dinheiro que é de todos os açorianos e cabe-nos aqui denunciar esta situação, porque não estamos a falar do dinheiro que cada um de nós traz nos bolsos, estamos a falar do dinheiro que é gerido pelo Governo Regional e que todos os açorianos e designadamente esta câmara têm o direito de conhecer os critérios com que o mesmo é aplicado.

Há falta de enquadramento legal de muitas despesas, designadamente subsídios e penso que não é muito razoável dizer-se que está cada vez melhor, está a ser cada vez menor, mas não tem que ser cada vez menor, tem que haver um enquadramento legal para todos os subsídios atribuídos. Esta é que é a questão.

Há a eterna classificação das despesas de investimento como despesas de funcionamento. É também uma questão assinalada pelo relatório do Tribunal de Contas. Sobre esta questão cabe-nos mais uma vez dizer que o Governo Regional continua a esconder e vai continuar a esconder, tal como sabemos em relação a 2006, como tivemos oportunidade de denunciar, quando aqui discutimos o Plano e Orçamento para 2006. Isto é: vai continuar a haver despesa de funcionamento a ser erradamente classificada como despesa de investimento. Sabendo-se já, à partida, que isso vai acontecer, podemos considerar que isso é o descaramento levado até às últimas consequências.

Há falta de análise dos impactos da aplicação de recursos financeiros o que traduz seguramente a não vontade de corrigir erros, ou seja, se fosse feita a análise deste impacto permitir-se-ia não reincidir em erros cometidos no passado, aplicar melhor as verbas que são de nós todos e pensamos, nesta matéria, que há vontade de servir interesses que, pelo menos, para nós não nos parecem claros.

Continua a haver despesa feita sem cabimento orçamental, o que é uma questão que eu diria que é do mais gritante que pode haver nesta matéria, ou seja, é uma pura ilegalidade que continua a ser desenvolvida por parte do Governo Regional, designadamente na área da saúde, despesa essa que não obedece a um dos princípios orçamentais básicos.

Há falta de controlo, há falta de acompanhamento e o Tribunal de Contas refere-o claramente. Eu diria que é o despesismo instalado a toda a prova, é o dinheiro que é oferecido pelo Governo Regional, uma vez que estamos a falar aqui em apoios sem controlo, o que contraria regras mínimas de gestão de dinheiros públicos. Se o dinheiro é atribuído, tem-se que controlar o que é feito com ele.

Há uma aridez enorme, o que se repete todos os anos, no acolhimento das recomendações por parte do Tribunal de Contas, o que evidencia a falta de humildade do Governo Regional em acatar recomendações que lhe são feitas por forma a tentar gerir melhor os recursos públicos. Isso, aliás, ficou perfeitamente claro em meados de Junho do ano passado, quando foi entregue ao Sr. Presidente da Assembleia o parecer do Tribunal de Contas, nas declarações do Sr. Presidente do Governo quando praticamente minimizou aquilo que vinha do Tribunal de Contas e

disse que não estava minimamente preocupado e que em relação a algumas matérias que eram referidas muito explicitamente pelo Tribunal de Contas, era coisa que não o preocupava, isto é, manifestando a vontade de continuar exactamente a seguir o mesmo caminho, embora esse caminho estivesse a ser sujeito a alertas por parte do Tribunal de Contas.

Portanto, há uma falta de vontade para fazer melhor e não transparece a existência de maior vontade de passar do ilegal para o cumprimento da lei nos casos em que isso se verifica. Sempre que sai um relatório do Tribunal de Contas a desvalorização é sempre, normalmente, o que consta da reacção do Governo Regional àquilo que o Tribunal de Contas faz. Acho que fazem mal.

O que é verdadeiramente novo, mais importante, mas também mais preocupante neste parecer do Tribunal de Contas, em nosso entender, é a irresponsabilidade total que transparece em função do agravamento descontrolado da dívida pública da Região e quando digo dívida da Região, não estou a falar em dívida do Governo Regional.

A dívida do Governo Regional efectivamente nem pode ser superior a partir da Lei de Estabilidade Orçamental e tem que se manter nos mesmos 275 milhões de euros. A não ser assim, os senhores estariam a cometer uma ilegalidade. Eventualmente seria mais uma.

Eu estou a falar é da dívida da Região e não da dívida do Governo Regional e a dívida da Região, seja feita pelo Governo Regional, seja feita por outra entidade pública, é dívida da Região, mas há uma realidade que tem a ver com a criação de determinados instrumentos, e provavelmente ainda teremos oportunidade de falar deles aqui, para os quais a dívida é remetida, ou seja, como eu não posso fazer vou criar aqui ao lado uma entidade que se pode endividar e não está sujeita às regras definidas na Lei de Estabilidade Orçamental.

Aquilo que se passa é que em relação a estes instrumentos claramente existia uma coisa.

Já que estamos a falar de citações do Tribunal de Contas relativamente a determinadas matérias, e as palavras não são minhas, são do Tribunal de Contas, convém que olhem para a página 29 onde diz: “dívida indirecta-avales” e em cima

está a dívida directa, isto é, o conceito de dívida indirecta aceite pelo Tribunal de Contas, aceite por nós, aceite pela doutrina, aceite pelos governos regionais dos Açores até 1996 e aceite pelos governos regionais dos Açores de 1996 a 2004.

Curiosamente em 2005 não sei o que se passou, mas os avales deixaram de ser dívida indirecta, ou seja, as entidades públicas que se financiam junta de outras instituições, sendo estas entidades públicas, deixaram de contar para a dívida da Região e o que é certo é que em 2003 esse montante da dívida indirecta, consubstanciado nos avales, era de 130 milhões de euros.

No final de 2005, números do Orçamento da Região para 2006, da responsabilidade do Governo Regional, a estimativa era que fossem 399 milhões de euros, o que é três vezes superior no final de 2005. Relativamente à dívida indirecta, os senhores em três anos triplicaram-na.

Potencialmente no final de 2006, com a autorização do limite de mais 110 milhões, pode chegar em termos potenciais a 499 milhões, o que significa que pode quase quadruplicar a dívida indirecta e em termos globais a dívida pública directa e indirecta pode praticamente dobrar.

Esta é a realidade aceite da nossa parte, é a realidade aceite pelos teóricos da matéria; só não é a realidade aceite pelo Governo Regional dos Açores em 2005 e para 2006. Esta é a verdade. Por mais que queiram contestar isto, estão a entrar num processo perfeitamente ridículo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Teremos hipóteses de voltar a falar mais sobre esta questão, mas queria só referir, ainda em relação à dívida, que estamos aqui a falar em dívida da Região. São entidades públicas regionais que têm estas responsabilidades e, para além desta, ainda teríamos muito que falar relativamente a outras formas alternativas de como o Governo se endivida e que não aparecem completamente claras.

Teremos hipótese de ao longo do tempo, ir verificando, aliás, designadamente os valores relativos aos encargos assumidos e não pagos, que transparecem desta Conta de 2003, evidenciam um avolumar dos calotes por parte do Governo que são perfeitamente claros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) **Deputado José do Rego (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

A execução orçamental relativa ao ano de 2003, desenvolvida num clima de fortes restrições orçamentais, num ambiente nacional de recessão económica, atingiu na sua generalidade os objectivos definidos pelo Governo Regional que conseguiu, no limite das suas possibilidades, minimizar de modo significativo, na Região, a influência de choques externos à Região.

Assim sendo, vê-se o rigor orçamental praticado em 2003 e um elevado grau de execução do plano de investimentos previsto, salientando-se assim a segurança na condução do equilíbrio das finanças públicas regionais.

Em termos globais gostaria de fazer uma análise à receita. Esta evidenciou um bom comportamento, tendo as duas principais fontes de financiamento do Orçamento Regional, as receitas fiscais e as transferências do Orçamento de Estado, registado taxas de execução bastante próximas dos valores orçamentados.

Saliente-se que as receitas fiscais registaram uma taxa de execução de 97,9% e as transferências do Orçamento de Estado de 99,8%.

Relativamente à despesa global, esta teve uma taxa de execução de 89,9%, evidenciando uma taxa de crescimento negativa de 5,6%.

As despesas de funcionamento do Plano, os dois grandes agregados da despesa, mantiveram o mesmo peso relativo em 2002.

Saliente-se ainda que nas despesas com pessoal houve um ligeiro acréscimo de 0,3% relativamente a 2002, evidenciando-se aqui uma política de contenção neste tipo de despesas.

Relativamente à despesa global importa ainda distinguir que as funções sociais, em 2003, foram as que mais verbas viram aplicadas. Se em 2002 as despesas com estas funções apresentavam 44,7%, em 2003 estas passam para 49,2%.

Em relação ao plano de investimentos da Região registou-se uma execução de 212,1 milhões de euros, menos 2,1 que em 2002, mas apresentando uma taxa de 92,55% de execução, sendo a terceira maior taxa de sempre de realização do plano de investimentos da Região.

Importa referir que o Plano de 2003 canalizou parte significativa das verbas para a concretização de objectivos como a dinamização, o crescimento e a capacidade da economia regional e aumentar os níveis de eficiência dos equipamentos, das infra-estruturas de desenvolvimento, objectivos estes que incluem sectores como a agricultura, as pescas, o turismo, o comércio, a indústria e o artesanato, bem como os sistemas de incentivos ao investimento privado dos transportes, da energia e da ciência. Nessa área foram investidos cerca de 45% das verbas do plano de investimentos.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Marinho gostaria de fazer alguns comentários.

No que diz respeito ao relatório do Tribunal de Contas, as suas conclusões e recomendações, é certo que muitas destas têm sido e serão acatadas pelo Governo Regional. Foi dito pelo Sr. Vice-Presidente.

Quando o senhor diz que o Presidente do Governo Regional afirmou que não tinha qualquer valor, não tem sido esta a política do Governo Regional. Está espelhado no próprio relatório do Tribunal de Contas que tem havido progresso em determinadas áreas e uma das que o senhor aqui falou e o próprio Tribunal de Contas também fala, é a relacionada com os subsídios. Aprovamos aqui uma regulamentação na área de subsídios, como já o tínhamos feito no passado, porque quando o Partido Socialista chegou ao Governo a regulamentação nessa área era nula, ou seja, zero.

Se formos ver hoje a quantidade de regulamentos que existem em termos de subsídios na Região, nós temos enquadramentos completamente diferentes daqueles que existiam no passado e continuaremos a melhorar nesta área.

Relativamente a esta área não queremos lições do PSD, porque a nossa história é diferente e deve ser, e é, salientada pelo próprio Tribunal de Contas.

Em relação ao endividamento e aos respectivos avales, eu gostaria de fazer o seguinte comentário:

Quanto ao endividamento sabemos perfeitamente que este ano e o que passou foram anos em que a dívida pública da Região foi zero...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): *Muito bem!*

O Orador: ... e, portanto, o endividamento líquido não pode aumentar e ficou nos 275 milhões.

Em relação aos avales, julgo que discutir aqui hoje mais uma vez esta questão, gostaria que visse o quanto importante foram e que fizesse uma análise aos avales de 2003 e verá quanto eles contribuíram para o desenvolvimento da nossa Região.

Os avales de 90 milhões de euros concedidos em 2003 foram para duas áreas importantes da nossa Região, uma para a EDA, empresa esta que tem feito investimentos importantes na energia. Hoje esta empresa tem o valor que tem e nós conhecemos o desempenho dela na Região Autónoma dos Açores, quando no passado nós sabemos quais as críticas de todas as ilhas dos Açores e hoje só pontualmente a EDA tem falhado em algumas áreas. Foi importante a avaliação por parte do Governo Regional à EDA.

A segunda área importante de avales em 2003 teve a ver com a SPRHI e para investimentos no Faial e Pico relacionados com o sismo de 1998.

Face a isso acho que o Governo contribuiu de uma forma importante para o desenvolvimento da nossa Região com esses dois avales.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por, em primeiro lugar, desculpar alguns excessos de linguagem e penso que de palavras pouco adequadas que o Sr. Deputado António Marinho tem caracterizado as suas intervenções.

Em segundo lugar, dizia que a grande avaliação às Contas de 2003, que hoje apresentamos, foi feita pelos açorianos nas eleições de 2004 e o grande avaliador das Contas da Região de 2003 foram todos os açorianos e a resposta dada foi clara, objectiva e sem quaisquer dúvidas. Sobre isso não temos mais nada a dizer.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Entrando em algumas questões focadas gostaria de dizer que o Sr. Deputado António Marinho confunde classificação económica com classificação funcional.

O senhor diz que está por provar o impacto desta Conta no desenvolvimento económico e social dos Açores. Veja ao nível de emprego, veja a evolução do Produto Interno Bruto, veja todos os indicadores macro-económicos e tem a resposta efectiva sobre o impacto destas contas.

Sr. Deputado António Marinho, eu não sei se o senhor alguma vez geriu alguma empresa. Pelos visto não. Não sei se o Sr. Deputado António Marinho teve alguma experiência de gestão em alguma empresa. Penso que não, mas quando falar terá oportunidade de dizer se já teve alguma experiência empresarial de alguma empresa e quais os resultados obtidos.

Também gostaria de dizer que em qualquer empresa, como sabe, é um bom acto de gestão obter financiamentos para executar os investimentos, desde que o encargo desses financiamentos seja inferior à rentabilidade que os mesmos geram.

Portanto, o conceito de financiamento numa lógica empresarial não é necessariamente um conceito negativo. Aliás, se o fosse todos os bancos fechariam e muito provavelmente todas as empresas estariam fechadas.

Concentrando-me na questão essencial que se está aqui a colocar, objectivamente a questão dos avales, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, para desmistificarmos completamente esta matéria, que a Região concede avales com um único objectivo, tendo em conta o *ranking* da Região, ou seja, a sua classificação em termos de grau de risco nos mercados financeiros internacionais.

A concessão de um aval por parte da Região reforça as condições de segurança dos financiamentos sobre o qual esse aval incide e ao reforçar as condições de segurança e ao reduzir o risco, implica automaticamente que essa operação de financiamento tenha menores encargos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E a dívida?!

O Orador: Objectivamente a concessão de um aval, seja a empresas únicas, seja a empresas que neste momento têm, por exemplo, 49% de capital privado, ou empresas que inclusivamente já estão totalmente privatizadas, tem, do ponto de vista económico e do ponto de vista financeiro, um objectivo positivo, que é dar maior credibilidade a essa operação, reduz o seu risco e consequentemente os encargos financeiros dessa mesma operação.

Por isso, não entrando nas confusões entre autorizações de avales da Assembleia Legislativa Regional e os montantes desses avales efectivamente executados, que são outras contas baralhadas que não vale a pena entrar neste momento, o que gostaria, em primeiro lugar, de dizer é que o aval em si da Região resulta automaticamente num benefício para as entidades a quem é concedido, mas resulta também numa receita para a própria Região, porque a Região cobra 0,1% de comissão de aval, pelos avales concedidos.

Em relação à evolução de 2003 para 2005, aqui falada, vamos analisar em pormenor as quatro entidades a quem foram concedidos avales entre 2003 e 2005.

SPRHI - Sociedade da Reconstrução, que bem se lembram, recuando ao ano de 2003 e neste casa foi muito debatido, o processo de reconstrução teve em risco de continuar por falta de solidariedade do Governo da República e foi considerado objectivamente necessário recorrer a um financiamento para, com rapidez, acabar o processo.

O que é extraordinário é que os senhores consideram, pelos vistos, que não se devia ter concedido um aval para financiar a reconstrução do Faial e do Pico, mas consideram justo e correcto, em 1980, obrigar as famílias da Terceira, de S. Jorge e da Graciosa a se endividarem durante 25 anos para pagarem elas próprias, com os seus orçamentos e com as suas dívidas, o processo de reconstrução e neste momento não acham correcto que o Governo Regional tenha concedido um aval a uma empresa de capitais exclusivamente públicos para financiar essa mesma reconstrução.

Portanto, a vossa incoerência nesse modelo é completamente contrária.

A segunda entidade a quem foi concedido avales foi à EDA. Qualquer empresa como a EDA, prestadora de serviço público e com grande necessidade de investimento, tem necessariamente que recorrer a financiamento.

Qualquer empresa eléctrica, em qualquer parte do mundo, tem necessidade de recorrer a financiamentos para fazer face ao seu investimento, porque não é com as receitas correntes, as receitas de prestação de serviço num ano, que se consegue investir para melhorar, para aumentar a sua capacidade produtiva, para gerar mais

proveito, para ter maior rentabilidade. É assim em qualquer empresa eléctrica do mundo. Por que é que não há-de ser na EDA?

Aqui estão 60 milhões de euros que, através do aval da Região, conseguiram obter empréstimos muito mais baratos.

A única questão aqui de se conceder ou não aval era a seguinte: se não se concedesse, o custo desse financiamento era mais alto. Sabem quem é que pagaria esse custo? Seriam os consumidores, porque os encargos seriam superiores e consequentemente iriam repercutir-se sobre os consumidores.

A concessão de um aval à EDA levou a uma necessidade de financiamento para aumento da capacidade produtiva necessária e consequentemente os encargos desse financiamento foram mais baixos e a estrutura de custos da EDA foi menor e quem beneficiou com isso foram os consumidores finais, ou seja, todos os açorianos.

Outro aval foi concedido à Saudaçor. Esta questão é muito clara, curiosamente copiada recentemente pelo Governo da República e com o apoio de todos os analistas económicos e de todos os operadores da área económica.

Consideravam justo e correcto estarmos a enriquecer a Associação Nacional de Farmácias, pagando 12% de encargos sobre a facturação e fornecimento? Não era muito mais correcto, do ponto de vista económico, renegociar com um aval da Região, em empréstimo que ficou 7,5 pontos abaixo do SPREAD, ou seja, com uma taxa de encargos na ordem dos 2% em vez de pagar a 12% com esta operação.

Com este aval que os senhores tanto criticam, nós reduzimos cinco vezes os encargos decorrentes do fornecimento do Serviço Regional de Saúde.

Foi ou não uma boa medida de gestão? Pelo menos quem faz isso, é considerado por todos os analistas económicos do País como uma boa e corajosa medida de gestão.

Quem não gostou deste boa medida de gestão foi quem beneficiava desses rendimentos, que era A Associação Nacional de Farmácias.

Portanto, os senhores têm que definir se estão a defender os açorianos, se estão a defender a redução dos encargos do Serviço Regional de Saúde, ou se estão a defender os interesses de uma determinada associação.

Último aspecto: 18,5 milhões para as Administrações Portuárias.

Aliás, faço um parêntesis para dizer que foi grande a expectativa de se ter criado seis empresas de capitais públicos nos Açores em 2003. Curiosamente cinco delas corresponderam à extinção de três Administrações Portuárias e do Instituto de Gestão Financeira da Saúde e, portanto, foi uma mera substituição e não um aumento.

A única empresa efectivamente criada de raiz foi a da reconstrução e já falámos sobre isso.

Em relação às Administrações Portuárias acham ou não correcto que, reformulando a rede portuária da Região, criando mais operacionalidade e maior rentabilidade, esses financiamentos tenham também o aval da Região e conseqüentemente uma redução nos seus encargos e, ao reduzir esses encargos financeiros, está-se a reduzir os custos da operacionalidade dos portos dos Açores, a reduzir a necessidade de aumento de custo da prestação de serviço aos operadores privados e com isso também a reduzir as decorrentes razões de descompetitividade da economia regional em relação à sua estrutura portuária? Esta foi também uma boa medida de gestão.

Portanto, é comprovado que em qualquer das utilizações de avales da Região resultou benefícios para os açorianos, para aqueles que tinham necessidade de rapidamente ver as suas casas reconstruídas, para todos os consumidores de energia eléctrica, para os utentes do Serviço Regional de Saúde e para todas as empresas e utentes da estrutura portuária regional.

Por isso os senhores podem querer continuar a discutir se a dívida é indirecta, se é ou não dívida da Região. O facto é que os açorianos comprovaram em 2004.

É esta a realidade. São estes os bons objectivos de gestão comprovados em todas estas áreas. De 2003 a 2005 o aval da Região foi criteriosa e rigorosamente aplicado para benefício de todos os açorianos.

Se quiserem continuar a discussão de conceitos, citando livros e professores daqui e dali, podemos continuar com ela, mas penso que não é isso que interessa aos açorianos. O que interessa aos açorianos é o rigor, a transparência e a boa gestão dos recursos públicos que, estando nós a analisar a Conta de 2003, foram devidamente comprovados pela larga maioria dos açorianos quando deram um reforço da

confiança a este Governo Regional nas eleições de 2004. É esta a realidade, é esta a avaliação que é importante e penso que passámos com grande distinção.

Muito obrigado.

Voices da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, eu julgo que o senhor foi infeliz no argumento que utilizou de que o julgamento é feito pelos açorianos, ou seja, a legalidade pouco importa, é pouco relevante, o que interessa é o julgamento que os açorianos fazem.

O Sr. Vice-Presidente disse no início e voltou a reafirmar no fim: a legalidade é pouco relevante, o que interessa são os açorianos que nos julgaram em 2004 e votaram massivamente em nós.

Sr. Vice-Presidente, espero que as coisas tomem algum rumo, porque esses argumentos já os ouvi em outro lado e se não me falha a memória foi ali para os lados de Felgueiras.

Portanto, era bom que se tivesse algum cuidado a usar esse tipo de argumentos.

Deputado Nuno Amaral (PS): E para os lados do Avelino.

O Orador: Os senhores vão no mesmo caminho do Avelino, da Felgueiras e do Major. É pena que o admitam, mas pelos vistos é isso que os senhores querem. É pura e simplesmente o julgamento popular que os senhores querem. Para os senhores o Tribunal de Contas é uma figura decorativa. Foi isso que aqui ficou dito.

Sr. Vice-Presidente, foram 22 as recomendações do Tribunal de Contas e uma delas tem a ver com a aprovação de legislação que regule a totalidade da atribuição de subsídios, tornando os sistemas mais transparentes. Cá está a tal transparência que o Tribunal de Contas recomenda e que o senhor falou há bocadinho. O senhor acatou esta? Está fundamentada, mas não está acatada.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Já estão regulamentados.

O Orador: Outra das recomendações tem a ver com a afectação do pagamento de despesas do funcionamento com verbas do Plano. Já está resolvido? É para continuar? Ficam as mordomias? Pagamos o funcionamento? Com este dinheiro subsidiamos o quê, Sr. Vice-Presidente?

Estas são palavras do Tribunal de Contas. Está legitimado pelo voto, Sr. Vice-Presidente, mas está aqui escrito.

Quanto às contas e à reconstrução, eu lembro-me que em 2003, quando aqui estava, fazia votos para que ela não se estendesse até 2004. Pelos vistos já vai em 2006, com aquele instrumento fundamental que é a SPRHI, SA. Quando é que ela começou?

O Sr. Secretário José Contento disse que a reconstrução era para acabar em 2002, passou para 2004 e já estamos em 2006 e ainda não está concluída. Grande eficiência da SPRHI, SA.

Quanto à SAUDAÇOR, o Sr. Vice-Presidente arranje outros argumentos que este das farmácias, embora válido, já está gasto, já não tem “solas”. Arranje outro e dê mais exemplos da poupança da SAUDAÇOR, porque o da farmácia nós já conhecíamos. É uma boa medida, sim senhor. Estamos de acordo. Arranje outros que eu também gostava de saber e o Sr. Vice-Presidente, naturalmente, que vai arranjar.

Os Srs. Membros do Governo andam ultimamente a referir muita literatura e dá-me a impressão que o Sr. Vice-Presidente anda a ler é muita literatura sobre magia que é para fazer uns truques para ver se esconde estas coisas, mas não está a dar certo.

O meu receio é que o Sr. Presidente, Carlos César, em vez de oferecer um livro ao Dr. Clélio Meneses sobre o oculto, ofereça-o a si, Sr. Vice-Presidente, e o senhor passe a ocultar as contas e ficamos completamente a zero. Será esse o caminho do Governo? É isso que se quer Sr. Vice-Presidente?

Para já, fico por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero dizer o seguinte:

Se a minha experiência anterior foi numa empresa, se foi na administração pública ou noutra sítio qualquer, isso é rigorosamente uma questão que nada tem a ver com o que se passa nesta Assembleia Regional, assim como eu também não quero saber daquilo que o senhor fez anteriormente, porque não tem interesse. O senhor discuta a Conta da Região de 2003 e não argumente que em Outubro de 2004 algo aconteceu que legitima tudo.

Portanto, discuta as coisas, contrarie aquilo que lhe dizem, porque isso é que é o debate. Quanto à minha experiência anterior, seguramente, até pela diferença de idade, é muito maior do que a sua; incomparavelmente maior do que a sua.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Não é muito mais novo.

O Orador: Sr. Presidente, nós somos da mesma idade e sabemos o que é estar próximo dos 50 anos.

Incomparavelmente é muito maior do que a sua, agora, se é melhor ou pior, isso é outra questão.

O senhor não se preocupe com a minha experiência anterior que eu também não me preocupo com a sua.

Centrando o debate na questão dos avales, que é extraordinariamente importante, eu acho que o senhor evoluiu positivamente e porquê? Porque acabou por chegar à conclusão que o engano que tinha introduzido nos orçamentos de 2005 e 2006, afinal de contas já não interessa muito se é dívida indirecta se não é, ou seja, está a chegar à conclusão que realmente não consegue tapar os olhos a ninguém só por deixar de ter um ante-título na parte dos avales. Obviamente que o avales eram dívida indirecta e continuam a sê-lo, quer queira, quer não queira. O senhor não faz teoria. Pode fazê-la qualquer dia e pode convencer, só que até agora, na classificação de dívida indirecta, apenas conseguiu convencer esses senhores que estão aí.

Aliás, acho muito estranho ter convencido o Sr. Presidente do Governo Regional, porque ele foi responsável por oito orçamentos onde estava lá a dívida pública indirecta e só nos últimos dois é que decidiu tirar. Terá sido o Sr. Vice-Presidente que o convenceu? Se foi, fez algo que o antigo Secretário Regional das Finanças não teve capacidade para o fazer. Esta é a verdade incontestável.

Eu acho que o senhor está a evoluir positivamente e a pouco e pouco vai lá chegar.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Nós não fazemos outra coisa senão aprender.

O Orador: Ainda em relação à concessão dos avales, que eles são considerados como dívida indirecta, penso que finalmente chegámos a acordo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não chegámos.

O Orador: Não chegámos?! Eu acho que o senhor é um caso perdido nessa matéria. Relativamente a se os avales são bons ou se são maus, haverá alguns que serão positivos, agora há uma verdade irrefutável, é que todos são dívida e a dívida cresceu naquele montante.

Alguns serão bem aplicados? Com certeza que serão. Outros são pessimamente aplicados? Com certeza que são. Outros desorçamentam completamente? Quanto a isso não há dúvidas e basta olharmos para o Tribunal de Contas que, no ponto 19 das observações negativas, que são em número de 24 - e já agora aproveito para dizer que são 12 as positivas - diz o seguinte e passo a citar:

“A criação de novas empresas (seis em 2003), cuja participação no capital social, directa e indirecta, é tida pela Região em 100%, desenvolvendo actividades antes exercidas pela administração directa, potencia uma objectiva desresponsabilização da Administração Regional, bem como práticas de desorçamentação.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Totalmente em desacordo.

O Orador: O Sr. Presidente está em desacordo com o Tribunal de Contas, mas a verdade é que lá está. O senhor tem todo o direito de estar em desacordo, agora tem é que ter argumentos válidos para não concordar. É esta a questão.

Lendo também na página...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O senhor já fez projectos para as câmaras municipais. Nunca pensou nisso?!

O Orador: O Sr. Presidente não faça esse “passeio” por outros lados para sairmos da discussão da Conta de 2003. Nós estamos aqui a discutir a Conta de 2003, Sr. Presidente. Podemos perfeitamente falar dessas outras coisas, mas não é agora.

Relativamente à legalidade na atribuição de subsídios, o relatório do Tribunal de Contas é perfeitamente claro. É só uma questão de saber ler.

O Tribunal de Contas faz uma recomendação, aliás, vem de ano para ano, relativamente a aprovação de legislação que regulamente a totalidade da atribuição de subsídios, tornando o sistema mais transparente, de forma a potenciar uma melhor aplicação dos dinheiros públicos.

Para além da questão da dívida pública, que penso que neste momento só o Sr. Vice-Presidente do Governo é que não concorda, a verdade é que a Conta de 2003 evidencia falta de transparência, evidencia má aplicação de dinheiros públicos, evidencia ilegalidades, questão da qual os senhores não podem fugir, porque o Tribunal de Contas assim o refere e da vossa parte não houve uma contestação séria com argumentos para refutar aquilo que o Tribunal de Contas conclui.

Relativamente a uma questão referida pelo Sr. Vice-Presidente do Governo que disse que tanto foi bom aquilo que a gente fez - não interessa se ilegal ou não - que em Outubro de 2004 o povo deu-nos a vitória. Isso é falta de argumentos.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O Sr. Vice-Presidente não disse ilegal ou não!

O Orador: Disse também que a evolução de muitos indicadores macro-económicos assim o comprova. Não é a discussão que estamos aqui a ter.

Quais é que são esses indicadores? Aqueles que o senhor manda cá para fora através do GAGS. Aqueles que o senhor divulga, esquecendo aqueles que estão mal? Isto dava “pano para mangas””

Os senhores não venham outra vez com o cenário das nuvens negras e tudo o mais, porque há indicadores macro-económicos na Região que estão em péssima evolução. Não tenhamos dúvidas disso...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... e se os senhores não tiverem a vossa máquina propagandística a funcionar e se analisarem séria e correctamente os números, têm que admitir e não é vergonha admitir que alguma coisa está mal. Porquê não assumir que alguma coisa vai mal? Há números que são perfeitamente claros e que não deixam dúvidas para ninguém.

Só uma última questão relacionada ainda com a dívida que acho que é importante.

Sr. Deputado José do Rego, na reunião da Comissão de Economia em que analisámos a Conta de 2003, - isto para vermos um pouco a relação que se estabelece entre o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista - o exercício que foi feito no relatório, a propósito da dívida indirecta, o contorcionismo que houve para ali para não chamar dívida indirecta, porque o Vice-Presidente vai ficar chateado connosco se a gente considera isto dívida indirecta. Chamaram aquilo de uma maneira, depois chamaram de outra, andaram à frente e atrás só para não chamarem dívida indirecta e depois estampam no relatório da Comissão, o que é espantoso, é o quadro com a dívida. Do Tribunal de Contas só diz lá claramente: Dívida indirecta-avales.

Quanto ao resto o senhor andou ali a contorcer-se como quem diz: não crie esses problemas ao Sr. Presidente da Comissão de Economia e aos elementos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Comissão de Economia. Deixe-os trabalhar à vontade e livremente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate que está a ser feito em torno da Conta da Região tem, de facto, um elemento essencial e em nada é paralelo à importância do documento que é apresentado e que tem a ver com a questão da dívida indirecta ser dívida ou não.

Antes de mais quero ressaltar que este documento tem elementos positivos de evolução, como é reconhecido por todos. Sou daqueles que acham por bem os avales que foram feitos, nomeadamente para os fins a que se destinavam.

Sou daqueles que concordo com o Sr. Presidente do Governo Regional quando levanta a questão das empresas municipais, agora em coerência com tudo isso e em ter votado a criação de algumas dessas empresas em termos regionais, que quando são aqui trazidas...

Deputado António Marinho (PSD): Já assinou a ficha?!

O Orador: Não assinei a ficha, mas também não esqueço a outra parte das empresas municipais e julgo que o debate deve ser feito no seu todo, porque é essa a nova realidade nos dias de hoje que, de facto, devemos debater.

A Conta, como documento, julgo que é positiva, tem muitos elementos bons, mas há essa nova realidade que é a desorçamentação daquilo que estamos a ver, que politicamente os açorianos já deram o seu aval aos avales feitos, é verdade, concordaram com as medidas do Governo, com a solução dos problemas dos açorianos e deram uma esmagadora maioria ao Partido Socialista. Esta parte é indiscutível.

Agora, isto não significa que o documento que estamos a analisar não seja feito de forma total e global.

Aquilo que importa aqui é saber uma questão tão simples quanto esta: afinal quanto é que devemos, porque as empresas não são caboverdianas, não estão afectas aos Estados Unidos e, portanto, são os Açores que devem. Se alguém perguntar aos açorianos o que é quem quer saber de qualquer conta de gerência, o que importa saber é quanto se deve, se o saldo é positivo ou é negativo. É uma questão simples.

Por isso julgo que, até em coerência com o discurso do Governo Regional, quando se traz aqui as empresas que têm por fim a eficiência e não a desorçamentação, ficava bem também deixar aqui expresso o que são avales, que a Região é fiadora, mas fiadora noutros moldes que não os moldes normais da fiança e, portanto, que a Região é indirectamente responsável por essa dívida, seja para um bom ou mau fim, como perguntava o Sr. Deputado José do Rego se se deve somar tudo, pois quando nós fazemos uma dívida no banco eles não perguntam se usámos bem ou não o dinheiro. Se estamos devendo, estamos devendo e é preciso somar tudo. A Conta é isso mesmo, é somar tudo e assumir com naturalidade para que não se comece a caminhar a nível regional ou municipal para a fuga ao controle democrático daquilo que são as contas da Região, sendo que é positivo utilizar esses mecanismos, agora isso não deve significar que não seja, de uma forma clara, dito qual é a nossa responsabilidade.

Penso que isso sendo assumido dá mais clareza e mais naturalidade a que a outras situações que seja necessário caminhar por esse rumo das empresas públicos, pois que assim seja feito, porque todos sabemos que, de facto, o responsável pelas finanças aqui virá, noutros moldes, mas sempre dizendo que assume aquilo que está a ser feito, embora paralelamente por uma questão jurídica.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. e Srs. Deputados:

Gostaria de começar por saudar a intervenção do Sr. Deputado Paulo Gusmão que penso que colocou algumas questões também no seu devido espaço.

Se me permitem a primeira abordagem que gostaria de fazer era de retirar alguma confusão que existe na análise que foi aqui feita e das conclusões que pretenderam fazer com que o Governo tenha dito sobre o relatório do Tribunal de Contas.

O que nós estamos a falar sobre abordagens do Tribunal de Contas são observações. Não estamos a falar de violação da legalidade e as observações, a esmagadora maioria delas, têm apenas juízos de mérito que podem e devem ser discutidos.

Nunca questionámos, nem questionamos, qualquer questão do ponto de vista de legalidade abordada pelo Tribunal de Contas. Temos a legitimidade, isso sim, de considerar que as matérias onde existe observações, que são subjectivas e que revelam juízo de mérito, podemos ou não concordar com elas. É esta matéria que nós estamos a discutir, que podemos concordar e os senhores não ou os senhores concordarem e nós não. Nós não estamos a falar aqui de falta de respeito pela legislação.

Se virem, das 24 observações, a sua maioria são observações que não referem a violação de qualquer enquadramento legislativo, são questões de recomendações.

O segundo aspecto que é importante assumir pelo Governo é que qualquer documento é sempre sujeito a melhoramentos, a aperfeiçoamentos e a correcções.

Estes documentos são feitos por seres humanos, que não são seres perfeitos e têm a consciência que é sempre possível aperfeiçoar, melhorar e corrigir.

Indo à questão concreta dos avales/dívida indirecta, que nome é que vamos chamar, a questão que se coloca objectivamente é que, o que a Região concedeu, foi um aval e ponto final.

A dívida colocada é dívida que até pode ser ou não de empresas públicas. Colocamos a questão da EDA concretamente. A EDA era 100% de capitais públicos.

Neste momento é de 50% de capital público. Ora, passando 49,9% para capitais privados vamos considerar que continua a ser dívida pública o montante anteriormente contraído pela EDA, quando 49,9% da posse da empresa e consequentemente da dívida contraída, pertence a privados?

Com que objectivo é que a Região concedeu um aval a essa empresa, que por acaso que neste momento já detém 49,9% e não é pública? Vamos continuar a dizer que é dívida indirecta pública numa empresa que já não é pública?

Em relação à Verdegolf, que também tinha um aval quando a Região tinha 93%, neste momento é uma empresa totalmente privada. Vamos continuar a considerar que esse empréstimo é dívida pública da Região? Penso que não, penso que criteriosa e objectivamente o conceito de aval é o conceito da terminologia que deve ser abordada.

Se os senhores quiserem chamar dívida pública indirecta, chamem, mas estamos a falar de realidades distintas.

Para terminar esta abordagem, só mais uma questão.

Temos todos que clarificar uma matéria. Não podemos ter sobre estas questões dois conceitos, não podemos ter um conceito quando se trata da gestão de um sector público empresarial, a participação pública quando é do Governo Regional e analisarmos isso num sentido, ou quando é duma câmara municipal que é maioritária do partido da oposição, já analisamos duma forma completamente contrária.

A objectividade de critérios e a forma como se aborda estas questões que estamos aqui a analisar devem ser feitas da mesma forma, consoante se analisa uma realidade ou outra e, infelizmente, vejo alguns Srs. Deputados a aplaudirem situações de criação de empresas em autarquias, que não discuto, e perante situações idênticas do Governo Regional a criticá-las. Isso sim é uma incoerência.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego para uma segunda intervenção.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de tecer mais alguns comentários a algumas afirmações do Sr. Deputado António Marinho feitas neste debate.

Eu gostaria que ficasse claro que para nós não há avales bons e avales maus. Quando eu disse que soma, não soma tudo a meu ver.

Quando eu fiz referência a duas empresas distintas em relação a 2003, qualquer um dos avales contribuiu para o desenvolvimento da Região nas várias áreas, quer a SPHRI, quer a EDA e, portanto, esses avales são importantes e todos eles contribuem para o desenvolvimento destas empresas e indirectamente para o desenvolvimento da Região. Quem o diz são os que analisam a economia da Região a nível internacional.

É desolador o Sr. Deputado António Marinho e o líder do PSD virem hoje dizer que a Região está num caos pelo endividamento quando a Região, no *ranking* internacional, está colocada na posição quase máxima, relativamente àqueles critérios que o senhor conhece como eu e que vem dar razão a que a nossa Região vive uma saúde financeira que nos dá credibilidade externa e vemos um PSD em constante nuvem negra e de nuvem negra vai de modo a que esta Região parece que só anda para trás.

A nossa Região em termos de saúde não tem calotes como o senhor diz, em termos da linguagem que o senhor utilizou aqui.

Este não é um Governo que oferece dinheiro a quem passa na rua. O que este Governo faz é transferências para privados com critérios claros.

Se formos ver, na área da economia temos um sistema de incentivos claro para as nossas empresas.

Se o senhor está contra o sistema de incentivos para as nossas empresas, diga-o aqui.

Se está contra as transferências na área da agricultura para os nossos agricultores, diga-o aqui.

Se está contra as transferências na área da solidariedade social, em que desempenham funções importantes na nossa Região, diga-o aqui.

São estas as transferências que este Governo faz. Não é um desbaratar de dinheiro público, aquele dinheiro que o senhor diz que é seu, que é meu, que é de todos os açorianos, mas é para o desenvolvimento desta terra, que o senhor quer tanto como eu, feito por estas entidades que são públicas ou particulares e que estão empenhadas no desenvolvimento dos Açores.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Eu não posso ouvir o senhor falar constantemente em falta de transparência, quando tem, nesta casa, maneira de saber tudo o que quiser do Governo Regional, através de requerimento. Dá a ideia de que este Governo arruma as coisas para o senhor não saber. Diga aqui aquilo que não sabe e este Governo ou esta bancada responder-lhe-á.

Deputado António Marinho (PSD): Se eu não sei, como é que digo?

O Orador: Se não sabe pergunte. Não sabe é o que é que quer.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor nem sequer acredita naquilo que está a dizer.

O Orador: Eu sei o que estou a dizer. O senhor é que diz que tudo é encoberto.

Finalmente, como já disse aqui, o PSD tem sempre para o Governo uma imagem e para outras áreas da governação tem outras ideias. As empresas públicas, nas vossas palavras, são más para o Governo e são boas para as câmaras municipais.

Eu continuo a dizer que, em relação a empresas públicas, nas várias classificações jurídicas, há deputados na vossa bancada que fizeram estatutos para empresas municipais e elas são boas onde quer que estejam ao serviço das suas comunidades. No nosso caso estão ao serviço de todos os Açores. No caso de qualquer autarquia ao serviço de cada concelho.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho. Dispõe de três minutos.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelo desafio feito pelo Sr. Deputado José do Rego que me desafiou aqui a criticar os apoios que são dados às empresas, aos agricultores e às Instituições Particulares de Solidariedade Social, etc.

Os que eu conheço posso criticar se são bem ou não atribuídos, agora não posso criticar os que não conheço.

Deputado José do Rego (PS): Pergunte!

O Orador: Não tenho que perguntar.

O Tribunal de Contas também não os conhece como diz claramente aqui em algumas das observações feitas.

Por exemplo:

- há um mapa que não foi apresentado;
- são omissas as referências aos critérios de atribuição de subsídios e ao orçamento consolidado no sector público administrativo;
- tanto o relatório de execução do Plano como a Conta da Região nada dizem sobre a aplicação das verbas transferidas e os efeitos no desenvolvimento económico e social;
- o mapa apresenta a despesa desagregada ... dificultando uma análise mais objectiva da despesa pública.

Quem é que mais deveria ter acesso à informação senão o Tribunal de Contas para elaborar o seu parecer?

Obviamente que o senhor fala, porque tem a informação privilegiada que nós não possuímos.

Relativamente aos critérios é isso que se passa, não tenha dúvidas. É o Tribunal de Contas que o diz.

Portanto, não tente atirar areia para os olhos das pessoas. O senhor está fazendo o seu papel, mas todos sabemos que não é isso que se passa.

Só mais duas questões:

Quanto ao pacto das observações o Sr. Vice-Presidente diz que não há ilegalidades e eu vou ler só três ou quatro:

“6. - A classificação de despesas em determinados agrupamentos económicos, apoios financeiros, transferências do Plano e na Segurança Social nem sempre

obedece ao estabelecido no regime jurídico do código de classificação económica na receitas e despesas públicas”. Ilegalidade.

“7. - Sem cabimento 100 milhões de euros, 23% do total dos apoios financeiros atribuídos não tiveram enquadramento legal ajustado às correspondentes finalidades”. Ilegalidade.

“8. - A atribuição destes apoios fora da esfera do legalmente estabelecido. Além de discricionária, é potencialmente violadora dos princípios constitucionais, da igualdade, de proporcionalidade, de justiça e imparcialidade”. Ilegalidade.

“14. - Os encargos assumidos e não pagos pela administração directa totalizaram ... dos quais 12,4 milhões não tinham cabimentação orçamental, situação que é passível de gerar responsabilidade financeira nos termos da b), do nº 1, do artigo 65º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto”. Mais haveria.

Portanto, há ilegalidades, e não são meras sugestões, que subsistem de uns anos para os outros e aquilo que os senhores deveriam fazer, se quiserem ter uma actuação no quadro da lei, era acatar as recomendações e as observações do Tribunal de Contas e resolverem no ano seguinte.

Como se vê passam de uns anos para os outros e não as resolvem.

Uma última questão:

Eu só queria aqui lembrar um título de jornal que diz: “Lei de Finanças Regionais não deve ser tocada”. Acho muito bem.

Sobre criação de sociedades anónimas e a sua proliferação no seio da Administração Regional e Local, Roberto Amaral - o Sr. Presidente do Governo conhece-o bem, porque foi seu Secretário das Finanças durante 8 anos - lançou um “aviso à navegação” e diz: “se não houver controlo sobre as mesmas elas podem gerar pequenos problemas que somados podem resultar num grande problema ou sarilho”.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é um aviso às câmaras municipais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria, sobre esta matéria, dizer o seguinte:

É evidente que o Governo Regional, como não podia deixar de ser, respeita, e em especial no que diz respeito ao regime de enquadramento financeiro, as indicações, os relatórios e as sugestões do Tribunal de Contas. Agora, há duas situações que devem ser perfeitamente diferenciadas.

Por um lado, aquilo que no entender do Tribunal de Contas, e temos que respeitar, é a persistência de situações de deficiente tratamento legal, de potencial ilegalidade ou mesmo ilegalidade, que vamos corrigindo progressivamente, e é bom notar que o Tribunal de Contas reconhece o aperfeiçoamento contínuo da gestão financeira da Região. É bom não esquecer isso.

Outra coisa são situações em que não nos sentimos obrigados a seguir propostas de políticas na área financeira do Tribunal de Contas ou concordarmos com alguns juízos de mérito por parte do Tribunal de Contas.

Por exemplo o Sr. Deputado António Marinho teve oportunidade de citar uma consideração do Tribunal de Contas relativamente à empresarialização do sector público administrativo.

Pois eu sou adepto dessa empresarialização, por razões operativas e por razões de transparência, exactamente ao inverso da posição do Tribunal de Contas. Essa é uma posição política deste Governo e não é uma posição ignorada pelos açorianos.

Essa é a posição política de muitas autarquias, cujos candidatos, alguns deles eleitos presidentes de câmaras, candidataram-se anunciando a constituição de empresas públicas municipais, mistas ou de capitais públicos.

Portanto, sobre esta matéria o Tribunal de Contas pode entender de uma forma, nós entendemos de outra.

Quando constituímos essas empresas, constituímo-las com finalidades precisas e na presunção de que a sua utilização será mais proveitosa do ponto de vista da eficácia e da eficiência da Administração Pública.

Portanto, este é um exemplo de como é possível ter uma opinião diferente do Tribunal de Contas e tendo essa opinião diferente não cultivar a ilegalidade nem uma rebelião em relação às directrizes que devemos acatar em matérias que são estritamente legais.

Quanto às questões relativas aos avales, à dívida indirecta ou à não dívida indirecta, eu deixo essa parte académica ao seu superior critério.

Para mim a questão é simples: o que é um aval? Todos os açorianos sabem o que é um aval. Não é o Sr. Deputado que vai ensinar aos açorianos o que é um aval, nem somos nós que vamos dizer aos açorianos que um aval é uma coisa que não é.

Toda a gente sabe porque recorre muitas vezes na sua vida a um empréstimo para comprar uma casa e que lhe pedem um fiador e essa pessoa, no fundo, avaliza o empréstimo que essa família faz. No entanto, é essa família que recorre ao empréstimo que tem que pagar, embora saiba que se não pagar o avalizador vai pagar.

É essa a situação em que a Região está, ou seja, faz avales e se essas empresas não pagarem, os açorianos terão que pagar ...

Deputado António Marinho (PSD): Essas empresas são públicas. São dívidas públicas!

O Orador: ... mas essas empresas são empresas públicas de todos os açorianos e, além disso, temos um historial no que diz respeito a avales da Região em que nunca responsabilidades dessa natureza foram atribuídas ao Governo Regional.

Além disso também temos o maior partido da oposição que faz um bom juízo sobre cada um dos avales que o Governo Regional decidiu.

Também, além disso, temos uma situação que é da maior preocupação do Governo que é a de ter assegurado que toda essa política de avales não se revelou danosa no presente nem representa um risco para a Região no futuro.

Os senhores têm que perceber, como perceberam os vossos companheiros de partido quando geriram esta Região, especialmente depois da quebra de receitas que tiveram em determinada fase do processo de autonomia dos Açores, que o endividamento é o instrumento ao serviço e de financiamento do desenvolvimento regional. O endividamento não é algo de pecaminoso.

Todas as administrações, em todas as autarquias, em todas as regiões, em todos os países e a todos os níveis têm endividamento por este mundo fora. Só não tem endividamento quem é caloteiro ou quem não tem capacidade para se endividar. É esta a questão que está hoje na ordem do dia nos Açores.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Gostava também de referir outro aspecto, Sras. e Srs. Deputados.

Quando se fala aqui de subsídios sem enquadramento ou sem regulamentação específica, o que são, aliás, duas coisas diferentes, enquadramento e regulamentação específica.

Eu quando entrei para o Governo não havia legislação de regulamentação específica de qualquer subsídio, exceptuando numa confinada da Secretaria Regional da área da Economia. Não havia mais legislação, nem na área social havia.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Havia na comunicação social.

O Orador: É verdade, havia no sector da comunicação social.

Portanto, isto quer dizer que o trabalho que nós temos desenvolvido é um trabalho sucessivo de regulamentação, e é reconhecido expressamente por outros relatórios do Tribunal de Contas esse esforço de regulamentação, que os senhores se não leram deviam ter lido, e o próprio Sr. Deputado sabe que esse relatório referente à Conta de 2003, nessa matéria, já está ultrapassado, porque em 2004 aprovaram mais regulamentação na área dos subsídios e em 2005 também e, portanto, sabem que este esforço tem sido desenvolvido pelo Governo Regional.

Há, no entanto, uma matéria que eu próprio tenho dito antes e depois de eleições.

A Administração Regional tem efectivamente carências e deficiências no plano inspectivo e no plano da comprovação da eficiência ou da eficácia dos recursos que disponibiliza nas suas políticas de subsidiação ou de incentivos. É verdade, temos essas insuficiências e não conseguimos ter o melhor desempenho possível na perseguição desses objectivos que presidiram à concessão de um apoio aqui ou ali. É uma matéria que estamos a tratar e que temos que melhorar na nossa Região, mas

que vai também fazer crescer, naturalmente, outros encargos, nomeadamente de funcionalismo público.

Mas é preciso que se torne claro que esta conversa do PSD de dizer de modo sistemático que se dá subsídios “sem rei nem roque”, que se dá subsídios a qualquer título, que não se tem enquadramento orçamental, isso corresponde, do ponto de vista de falta de regulamentação específica, a uma pequeníssima parte da subsidiação que é feita pela Administração Regional.

Portanto, não é politicamente honesto generalizar o que constitui uma excepção, seja o Tribunal de Contas, seja quem for que o disser, porque a verdade é que a falta de regulamentação específica de subsídios é já uma excepção na Administração Regional.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: Gostava de concluir dizendo o seguinte: está sempre ao dispor desta Assembleia toda a informação que pudermos ou soubermos dar.

Para se pedir, também é preciso saber pedir e o problema é que esta oposição muitas vezes não sabe pedir, não sabe intervir, nem sabe sobre o que falar.

Vozes da bancada do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O que nós estamos a assistir na Região Autónoma dos Açores é a uma oposição que se queixa de falta de informação, que se queixa de falta de debate e que nesta Assembleia nunca fez uma sessão de perguntas nem interpelações ao Governo, nem sequer uma moção de censura, se diz que este Governo só faz ilegalidades. Essa oposição é que não presta.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar, com a serenidade que o assunto merece, introduzir aqui algumas clarificações e sobretudo garanto que não vou dizer a nenhuma pessoa, ou a nenhum

partido que presta ou que não presta. Esta é uma linguagem própria daqueles que na falta de argumentos utilizam o ruído e o ataque pessoal como forma de fugirem aos problemas.

Devo dizer também que este debate trouxe algumas vantagens, sobretudo trouxe a vantagem de clarificar algumas questões, desde logo um assunto que tem ocupado a vida política regional nos últimos tempos, que tem a ver com essa discussão de se a dívida indirecta é ou não dívida pública, se os avales são dívida pública ou não.

Finalmente da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Governo, com a emoção do debate, ficou confirmado que de facto a dívida pública indirecta é dívida pública da Região, acabando até com o Sr. Presidente do Governo a fazer o elogio político e público do endividamento. Aqui ficou clarificado que a dívida feita por todas a sociedade anónimas é dívida indirecta pública regional, é dívida de todos nós.

Ficou aqui também clarificado que a demagogia continua a ser a arma de alguns políticos.

O Sr. Vice-Presidente do Governo, quase com lágrimas nos olhos, dizia que criou a SPRHI, SA por causa dos “desgraçados dos sinistrados”, quando todos sabemos que a reconstrução que está prometida concluir há vários anos, ainda não está concluída, e é esta mesma sociedade que está a fazer estradas noutras ilhas, que nem sequer sentiram o abalo que afectou as ilhas do Faial e Pico.

O que eu quero saber, neste caso concreto, é esta dívida de quem é? O que eu quero dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Membros do Governo é que concordamos com essas estradas que estão a ser feitas por essas ilhas, e muito bem. Agora não concordamos é com a mentira de se dizer que a SPRHI, SA foi feita apenas e só para a reconstrução. É mentira e o Partido Social Democrata tem o dever de clarificar isso!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Não podem dizer como o Sr. Vice-Presidente disse que foi feito apenas e só para a reconstrução, porque não foi. Essas estradas que estão a ser feitas por essas

ilhas, pagas pela SPRHI, SA é o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos que vai lançar a obra, e é que vai inaugurá-la. De quem é a dívida? O senhor lança a obra, inaugura-a e a dívida é dos outros. É ou não dívida regional? Obviamente que é dívida da Região, por muito que os senhores se atropelem a si próprios, dêem raciocínios e “cambalhotas” de argumentos, o que é certo é que é dívida da Região. Isto ficou clarificado com este debate.

Também ficou clarificado com este debate que, para o Presidente do Governo Regional, como já tínhamos a ideia, concordar ou não concordar com um órgão da responsabilidade, da dignidade e da elevação democrática que é o Tribunal de Contas é um assunto de somenos. Foi aqui dito claramente que não concorda com o Tribunal de Contas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é na Madeira!

O Orador: De resto, não é a primeira vez. O Sr. Presidente do Governo já disse publicamente: “legal ou ilegal, quero lá saber”. Esta é uma frase sua que nunca foi desmentida.

Esta clarificação agora aqui trazida não fez mais do que confirmar uma certa perspectiva de ver o relacionamento institucional com os órgãos fiscalizadores como o Tribunal de Contas.

Ficou aqui também clarificado que há ilegalidades na Conta da Região de 2003. Foram citadas aqui algumas delas.

Não pode o Sr. Presidente do Governo, para falar em honestidade política, dizer que havia apenas uma área regulamentada em termos de apoios e de atribuição de subsídios, porque havia o desporto e muitas mais.

Em nome da honestidade e da verdade política deve dizer-se tudo e o Sr. Presidente do Governo tenta adulterar a realidade com argumentos que podem parecer bons ao ouvido, mas que, na verdade e na razão, não são.

Também é verdade que há endividamento na Região, conforme foi demonstrado pelo Sr. Presidente do Governo e este endividamento nos últimos três anos disparou. O que preocupa o PSD é a verdade dos números e a verdade dos factos.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Para o PSD não nos parece correcto que se venha dizer que todos os açorianos concordam com os avales.

Para o PSD não nos parece correcto dizer-se que todos os açorianos discordam do Tribunal de Contas.

Para o PSD o que é importante, e é preciso que fique claro, é que todos os açorianos saibam a verdade dos números.

O PS tem essa responsabilidade, não a cumpre e o PSD tem a responsabilidade de alertar para isto, cumpre e vai cumprir sempre enquanto os açorianos assim quiserem e enquanto a verdade for a orientação da nossa acção, como tem sido até aqui.

Espero que estas clarificações que ocorreram durante todo este debate sirvam também como lição para aqueles que, de uma forma menos prevenida, defenderam o que defenderam até hoje, contra aquilo que foi feito pelo próprio Governo do Partido Socialista, nalguns casos e também contra aquilo que foi assumido pelo próprio Presidente do Governo no encerramento deste debate.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Espero não incomodar a interessante arenga, mas há, de facto, duas ou três coisas que eu queria também dizer e que têm a ver com colocar a questão no seu devido lugar.

Penso que estamos todos de acordo que, independentemente do que é dito, no que toca a ilegalidades, o Tribunal de Contas deve ser seguido respeitosamente.

No que toca a questões políticas também não custa reconhecer que, de facto, faz sentido que o Governo, como órgão executivo, com poder próprio, possa seguir aquelas que são as balizas que o Tribunal de Contas entende como melhores na sua opinião.

Da mesma forma que nós nesta Assembleia, como poder legislativo, também temos o dever de, e é esta a questão essencial, em termos de controle democrático da Conta que nos é apresentada, saber qual é que é esse montante.

Volto a repetir: Da minha parte estou perfeitamente de acordo com a necessidade dos avales, perfeitamente de acordo com a necessidade do seu destino.

Pouco me importa até se a SPRHI, SA foi criada só para a reconstrução ou também para fazer estradas, interessa é que sirva o povo. Agora, isso não significa que não se assuma de uma forma clara aquilo que a Região deve.

O Sr. Presidente do Governo disse, e bem, que os avales são como que uma fiança e deu o exemplo de quando uma família se endivida e há outra que fia. O que nós sabemos é que a Região é fiadora em todas elas e, portanto, faz sentido que os avales só por si não signifiquem dívida, embora possam, no futuro, vir a constituir uma obrigação, caso a respectiva empresa não pagasse, o que se acredita que não venha a acontecer, mas mesmo assim até teria os seus próprios bens.

Agora, no caso em que a Região tem participação pública como é o caso da EDA em que esta tem 49 e a Região 51 - e o Sr. Vice-Presidente pôs aqui a questão no sítio certo - pois em relação aos 49 a Região não é devedora, sendo nos 51, porque tem essa participação e, portanto, se calhar é esse exercício que para o futuro importa fazer.

Agora, no caso das duas famílias, como dizia o Sr. Presidente do Governo, nós Açores estamos na que vai ao banco ou na que é fiança? Julgo que esse pormenor não é pouco importante para aqui nem para as empresas, para que não se caminhe para tirar do debate político o real valor do nosso endividamento. Quer se queira ou não, é essa a realidade a que chegamos, não por os avales serem bons ou maus, mas, sim, por esse simples elemento que é, onde é que nós, para além de sermos fiadores, também estamos lá representados.

Gostaria de saber se o Sr. Vice-Presidente, no futuro, se se compromete ou se é possível fazer essa correcção ou caminhar nesse sentido de forma a que haja maior transparência, não porque o Tribunal de Contas faça um reparo à desorçamentação ou à empresarialização das nossas contas, mas porque julgo que é no interesse comum, uns com um debate mais aceso, porque lhes faz parte, outros com maior

silêncio, porque também é assim, mas julgo que todos, independentemente da situação, temos esse interesse e essa obrigação enquanto deputados.

Presidente: Não há mais inscrições. Vamos passar à votação.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para não haver nenhuma confusão.

Vamos votar a Proposta de Resolução que aprova a Conta da Região de 2003.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Eu perguntava aos líderes parlamentares se fazemos aqui um intervalo ou se passamos já para as questões da educação? Podíamos fazer agora uma pausa de 15 minutos e depois prosseguíamos com a nossa agenda de trabalhos.

(Pausa)

Parece que há anuência em que se faça uma breve pausa de 15 minutos. Assim sendo, vamos interromper os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Eu pedia a vossa atenção para o seguinte:

Os dois pontos seguintes são sobre a mesma matéria, versam sobre o Despacho Normativo nº 48/2005, de 11 de Agosto.

Temos uma Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD e temos uma Petição.

É curial, como o tema é o mesmo, que se considere a análise em simultâneo destes dois pontos, evitando-se assim repetições desnecessárias.

Portanto o debate incidirá sobre dois pontos:

- **Proposta de Resolução - “Recomenda ao revogação do Despacho Normativo nº 48/2005, de 11 de Agosto”**, apresentada pelo PSD.

- **Petição - Pela revogação do Despacho Normativo nº 48/2005, de 11 de Agosto**, apresentada pelo Sindicato dos Professores da Região Açores.

É com base neste pressuposto que vamos iniciar este debate. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes dois assuntos, no fundo, versam sobre a mesma questão e são matéria que tem a ver com uma alteração profunda que foi introduzida no nosso sistema educativo, quer na Região, quer no resto do País, e que veio alterar hábitos e formas de funcionamento que, nalguns aspectos, tinham algumas décadas.

Obviamente, quando se fazem alterações com a profundidade e com o impacto que elas têm no dia-a-dia dos profissionais da educação, neste caso concreto dos professores, é evidente que existem sempre reacções e problemas.

Quando este despacho foi feito, no seguimento de outro feito também pelo Ministério da Educação sobre matéria muito semelhante e na mesma área, todos nós sabíamos, creio que o Ministério da Educação, Secretaria Regional e no caso da Madeira também, que seria necessário fazer ajustamentos e que esta não era uma matéria que pudesse entrar em funcionamento de um dia para o outro.

Foi com este entendimento que o despacho foi feito, um despacho que no seu próprio preâmbulo anuncia a sua transitoriedade, ou seja, é um despacho para valer enquanto esta matéria não for devidamente regulamentada. Foi com esse objectivo e com esse entendimento que se iniciou este processo, processo esse que tem vindo a ser conduzido pelas escolas, pela Secretaria, pelos sindicatos e por todos os intervenientes e que tem dado origem a um conjunto de reuniões, a um conjunto de trabalhos e de acertos que têm vindo a ser paulatinamente feitos.

Eu tenho ao longo deste tempo visitado de forma sistemática as escolas, analisado com cada uma delas o que é que está a acontecer nas escolas, como é que está sendo aplicado e vamos continuar este processo ao longo de todo este ano lectivo.

Entretanto, este despacho, como já tive oportunidade de dizer na Comissão, é transitório e serviu para o lançamento deste ano lectivo e está neste momento a ser incorporado em três áreas regulamentares, que são as três matérias que ali são focadas.

Duas dessas áreas já são conhecidas, as respectivas propostas já estão há algum tempo disponíveis na Internet na área de discussão pública e os Srs. Deputados também já as conhecem.

Uma outra área é a que tem a ver com a alteração do estatuto da carreira docente, que é de negociação obrigatória, está a ser negociada com os sindicatos. Essa negociação ainda não está concluída e por isso é uma matéria que, obviamente, me devo aqui reservar.

Portanto, neste contexto, não faz qualquer sentido que se venha pedir a revogação do despacho, particularmente quando os Srs. Deputados conhecem, porque isto foi dito na Comissão, que no 1º trimestre deste ano haveria toda a intenção de trazer aqui um documento e nós cumprimos isso que foi anunciado. É um objectivo que é neste momento comum, quer à Secretaria, quer aos outros parceiros desta negociação e antes do fim desta Primavera haverá uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, presente a esta câmara, que versará sobre esta matéria.

Por isso, isto é totalmente extemporâneo e muito me admira a proposta de substituição que aqui foi feita.

Creio que é uma falta de coerência, porque quando se sabe que há uma proposta a caminho e que já foi anunciada, vir aqui apresentar uma proposta a dizer que se deve fazer aquilo que foi anunciado, muito francamente isso não é certamente aquilo que os professores, os sindicatos e todos os intervenientes neste processo estavam à espera da vossa parte.

Se os Srs. Deputados têm propostas concretas, apresentem-nas agora ou então quando chegar ao momento certo, que é a discussão do diploma.

É esse desafio que está feito a todos nós e esse é um desafio que da parte da Secretaria terá uma resposta concreta, embora não possa garantir, no próximo mês de Março.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência já teve oportunidade de falar e nos dar conta da substância que aqui está em questão e que é essa certamente que nos interessa.

Relativamente à proposta de substituição e à resolução do PSD eu não posso deixá-la passar em claro, porque acho que ela é, sob alguns pontos de vista, um verdadeiro monumento e dá uma ideia daquilo que é já o reflexo da nova liderança do PSD e eu explico: é que temos, conforme disse o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência, embora de forma mais delicada que aquela que eu vou repetir, o PSD depois de estar na Comissão, depois de ouvir o Sr. Secretário Regional contar as diligências que estavam em marcha no sentido da alteração substantiva do despacho, resolve vir recomendar ao Governo Regional que faça aquilo que disse na Comissão que ia fazer. É, havemos convir, verdadeiramente extraordinário.

Mas, existe um outro ponto que não podemos também deixar passar em claro.

Não deixa de ser extraordinário, numa altura em que pretensamente o Partido Social Democrata fala na dignificação do Parlamento, que os Srs. Deputados do PSD, parecendo que não sabem quais são as suas competências, nomeadamente a competência legislativa, venham recomendar ao Governo que faça um Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria. Isto faz lembrar, um pouco por analogia, a “ópera do malandro” de Chico Buarte. Isto é verdadeiramente a resolução do malandro.

Os Srs. Deputados vêm recomendar ao Governo que faça uma coisa que em primeira análise é competência dos deputados e desta casa?

Das duas uma: ou nós sabemos o que é que o Governo quer fazer, se confia nas *démarches* e na solução concreta que o Governo vai apresentar e não

recomendamos, faça aquilo que, em bom rigor e em última análise, compete fazer ou aprovar a este Parlamento.

Portanto, não há dúvida que, Srs. Deputados, para além disto não ser sério em termos de procedimento, face àquilo que foi anunciado na Comissão, não há dúvida que por este caminho o PSD está dando um grande contributo para a dignificação do Parlamento.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não querendo repetir o que já foi dito, penso que é importante situar este Despacho e a Petição, para analisarmos em conjunto, como resultado de um Despacho Normativo que provocou um profundo impacto nas escolas. Não se pode negar isso, porque se trata de um despacho cuja matéria implica uma reforma significativa do sistema educativo.

Este Despacho cruza matéria do sector da carreira docente, analisa, reforma ou põe em causa práticas instaladas nos diferentes estabelecimentos de ensino e também direitos e regalias dos docentes e até dos alunos.

Também temos que reconhecer, como já foi dito, que este Despacho já fez caminho e esse caminho, que está sendo analisado pela própria Secretaria, está a permitir analisar que mudanças são necessárias realizar no sistema educativo, no que toca à distribuição do tempo lectivo e não lectivo.

Portanto, o próprio Despacho está servindo como uma análise deste sistema e está trazendo novas informações e dados para esta discussão.

Não podemos negar que o objectivo deste Despacho é meritório no sentido em que procura melhorar a relação dos docentes com o espaço educativo e com os alunos.

Também não podemos negar que a este nível da distribuição do tempo lectivo e da relação de docentes e alunos com o espaço educativo nem tudo é um mar de rosas, nem tudo está perfeito e é necessário mudar.

Os próprios sindicatos, nas audições desenvolvidas pela Comissão de Assuntos Sociais, referiram que este Despacho toca numa verdadeira mudança de mentalidades. Não se trata apenas de mudar a organização, mas de mudar a própria representação da escola, quer no corpo docente, quer no corpo discente.

Considerando que o Despacho está fazendo caminho, despacho esse que, como foi dito, é transitório e no próximo ano lectivo não estará em vigor;

Considerando que há situações menos claras no sistema de ensino que, se calhar, estão a fazer proliferar, por exemplo, o sistema das explicações em sistema privado;

Porque os alunos não conseguem acompanhar o ritmo dos programas lectivos, as famílias sentem necessidade de recorrer a um sistema paralelo e, portanto, assim sendo, há que renovar, há que melhorar a qualidade do ensino;

Considerando por outro lado as diligências e as negociações que a Secretaria Regional está a entabular, quer com os representantes dos órgãos dos diferentes estabelecimentos de ensino, quer com os representantes dos Sindicatos dos Professores, como já foi dito, não é oportuno o pedido de revogação do Despacho, não é oportuno pôr em causa, neste momento, a situação de negociação que a própria Secretaria está a desenvolver.

Aproveito para reforçar, corroborando as palavras do meu colega Francisco Coelho, a má qualidade, desculpem o termo, da vossa Proposta de Resolução, nomeadamente em matéria de escrita, começando o texto como que um bocadinho arruaceiro quando diz: “contra factos não há argumentos”. Penso que não é um texto digno desta Assembleia.

Mas, gostaria de ressaltar dois parágrafos abaixo em que o PSD refere que o Governo deve dialogar, referindo também que todos queremos os professores mais tempo na escola para ajudarem os nossos filhos. Isto quer dizer que o objectivo do Despacho é comungado pela bancada do PSD quando diz que advoga a permanência dos professores na escola e o que está em negociação e em curso é como organizar esta permanência. É sobre isto que deve ser dado espaço para que, realmente, seja negociado.

Nós não podemos negar que estas negociações e o decreto que está na forja vão com certeza contribuir para uma melhoria da qualidade do ensino na nossa Região. A

esse nível a nossa Região tem dado cartas a nível nacional, porque muitas das reformas que já estão em curso, que já estão interiorizadas e incorporadas na realidade educativa da Região só agora, a nível nacional, é que começam a surgir e a provocar alguma instabilidade no sistema educativo, só que a Região está a ser exemplo para muitas das decisões nacionais.

Portanto, acho que tem que se dar outra vez o voto de confiança a este Governo e a esta Secretaria Regional para que, nesta matéria, também façam inovação pedagógica, inovação em matéria legislativa.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de manifestar aqui algum espanto por aquilo que acabo de ouvir nas intervenções precedentes, porque realmente se confirma uma capacidade de mascarar a realidade e a verdade de uma forma tal que acerca deste Despacho quase que ouvi aqui dizer que os sindicatos até achavam muito bem (coisa que eles nunca disseram nas audições que foram feitas e até disseram que o que estava torto dificilmente se endireitava e por isso subscreveram uma Petição), que este Despacho era excelente e que os professores e os sindicatos todos o adoravam.

Queria lembrar, porque ninguém ainda falou nisso, que temos também na nossa presença uma Petição assinada por mais de dois mil professores que se opõem ao conteúdo e à aplicação deste Despacho e quem tudo isto impôs, sem diálogo, sem concertação, vem agora falar e gritar “hosana” ao diálogo com os sindicatos e com os professores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Vamos fazer um pouco de história para percebermos do que é que estamos a falar.

Até ao final do ano lectivo passado os docentes nas escolas dos Açores, como de todo o País, tinham um horário semanal de 35 horas, das quais o máximo de 22 horas eram lectivas e as restantes 13 horas semanais eram destinadas ao trabalho

individual dos docentes tais como preparar aulas, preparar materiais, fazer planificações, fazer testes e corrigi-los. Tudo isto os meus colegas professores que aqui estão sabem muito bem o que é e sabem o tempo que demora a fazer.

Portanto, até ao final do ano lectivo passado, para todo este trabalho, os docentes tinham aproximadamente 2,5 horas por dia se quisessem cumprir escrupulosamente as tais 35 horas ou as 13 horas de trabalho individual que tinham, mas todos sabemos que a maioria dos docentes nunca contabilizou tal coisa.

Por iniciativa do Governo da República, aplaudida e apoiada pelo Sr. Secretário Regional da Educação, em Agosto, o Sr. Secretário, quando os professores estavam todos de férias, para convenientemente os professores não poderem fazer ouvir a sua voz, fez sair um Despacho que reduz o tempo de trabalho individual dos professores, obrigando-os a estar na escola de inicio 26 horas, mas, como a coisa não correu bem, reduziram depois para 24 horas.

Ora, esta medida, que já de si era uma medida perversa, porque não teve em conta uma série de realidades, foi ainda agravada, porque quando ela foi aplicada, quer na República, quer na Região, se foi dando a ideia de que isto se implementava, porque os professores eram uns malandros, trabalhavam pouco e era preciso pô-los na escola a trabalhar, faltam muito, é uma classe absentista e o resultado que todos nós temos nas nossas escolas é que os professores hoje têm menos de duas horas por dia para fazerem o seu trabalho individual, que antes não era contabilizado, tal como preparar aulas, fazer testes, planificar as aulas e materiais, corrigir testes e trabalhos de casa. Tudo isso os meus colegas docentes que aqui estão sabem bem do que é que estou a falar.

É verdade, dir-me-ão, que alguns colegas nossos não precisavam desse tempo todo, mas é verdade que esses colegas que não usariam esse tempo eram seguramente uma minoria, porque a maioria esmagadora dos docentes necessitava e necessita desse e de mais tempo para cumprir com as suas obrigações para com a escola e, sobretudo, para com os seus alunos, porque são eles que estão em causa.

Se quisermos ser sérios, verdadeiros e se quisermos olhar para a realidade de dentro das nossas escolas, esses docentes foram as principais vítimas desta medida cega e autoritária, porque são eles a reserva do nosso sistema e do trabalho digno e profícuo

que se fazia nas escolas e por isso se sentem penalizados, desmotivados, porque nunca, nunca contabilizaram o tempo que davam à escola e aos seus alunos e agora, com estas medidas, fazem-no e obrigam-nos a fazer.

Este Despacho foi irrealista, porque não teve em conta, lá como cá, as condições das escolas e todos nós que temos colegas docentes e todos os que temos familiares docentes sabem que eu não estou a faltar à verdade quando digo que as salas de professores estavam cheias, apinhadas de docentes sem nada que fazer, à espera de serem chamados para um furo para uma aula de substituição que ninguém sabe como é que funcionava e, naturalmente, encher as escolas de professores em nada para fazer é contribuir e agravar a sua desmotivação e o seu descontentamento.

Por alguma razão os Governos Regional e da República recuaram e por isso, das iniciais 26 horas que obrigavam os docentes a estar na escola, acabaram por reduzir para 24 horas semanais e anunciaram, a reboque da contestação que foi feita sobre este diploma, que atingiu as escolas e que motivou uma intervenção do Sr. Presidente do Governo, que iriam fazer uma intervenção legislativa sobre esta matéria e que este problema iria ser analisado e reanalisado.

Dizer-se hoje que no despacho já se falava na sua transitoriedade, não adianta nada para o que estamos aqui a falar, porque o problema não era a sua transitoriedade, mas a sua aplicação sem ter em conta a realidade das escolas e, por isso, o que o diploma devia prever e não previa era a sua aplicação progressiva, era a sua progressividade e isso os senhores não tiveram em conta.

Falar da transitoriedade sem sequer pensar que o problema não era esse, mas a progressividade, é que foi um erro fatal.

Com este despacho impôs-se um modelo subjacente ao qual não há nenhuma estratégia. Dizia-se, e o Sr. Secretário disse isso, que era necessário ter os professores na escola mais tempo, para estarem mais disponíveis para ajudar os alunos a combater as suas dificuldades, para inclusivamente, disse o senhor, aqueles alunos que não podiam pagar explicações, poderem recorrer a esses docentes e assim haver mais igualdade no sistema educativo.

Na prática, Sr. Secretário, o senhor sabe, se quiser reconhecer, que isso não se verificou em lugar nenhum.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Está muito enganado!

O Orador: O que se verifica, na prática, é uma confusão de tal maneira que, entre tapa furos, aulas de substituição, professores que vão dar aulas de matemática e são de física, uma responsável da sua Secretaria Regional disse, em reuniões com os sindicatos, que: “o que os senhores professores vão fazer nas aulas de substituição isso não interessa, falem de xadrez, falem de sida, falem do que quiserem, interessa é ter os meninos educados”.

Quando um alto responsável da sua Secretaria Regional diz isto aos sindicatos, estamos conversados acerca do que é a estratégia que está subjacente à aplicação de modelo.

Depois, Sr. Secretário, já passou o 1º período todo, já estamos no primeiro mês do 2º período de aulas e já foi feita alguma avaliação à aplicação deste modelo?

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Está sendo feito, Sr. Deputado!

O Orador: Este modelo trouxe resultados naquilo que era fundamental, ou seja, a presença física dos professores na escola implicou aumento no sucesso educativo no 1º período?

Há menos alunos nas explicações? Quantos alunos é que estão a frequentar as salas de estudo?

O Sr. Secretário sabe, como eu sei, que na maioria das escolas tudo está igual.

Neste sentido e neste contexto, e porque este cenário que acabei de aqui traçar é um cenário real e verdadeiro, o PSD apresentou em Outubro uma Proposta de Resolução que não fazia mais do que dar corpo ao descontentamento, à condenação pela arrogância e pela forma intempestiva, e sem ter em conta as condições específicas das escolas.

É evidente que tomámos esta iniciativa no princípio de Outubro, cerca de 15 dias depois de iniciarem as aulas e, naturalmente, decorrido este tempo, não podemos deixar de reconhecer que foi uma iniciativa que surgiu num determinado momento, no início do ano lectivo, surgiu face a uma realidade concreta e que era

indesmentível que havia o descontentamento crescente entre os docentes e nas escolas e, portanto, essa iniciativa foi oportuna e politicamente justificada.

A verdade é que a iniciativa que tomámos conjuntamente com o desenvolvimento de uma Petição feita pelo Sindicato dos Professores e que em pouco tempo cerca de 2000 professores subscreveram esta Petição a defender a revogação do Despacho Normativo, produziu os efeitos políticos que se pretendia que produzisse, isto é: em primeiro lugar o Governo reconheceu que não dialogou e a seguir manifestou disponibilidade para rever o Despacho, iniciar um processo de diálogo e de concertação junto dos sindicatos da classe docente e nessa base proceder a uma nova intervenção legislativa sobre o assunto que é objecto do Despacho.

Portanto, esta é a história desta iniciativa que tomamos tal qual ela aconteceu e nos moldes em que aconteceu.

Defender hoje a revogação do Despacho, é evidente que não tinha sentido objectivo, passado este tempo, por razões óbvias a sua revogação agora iria implicar nas escolas maiores transtornos do que a sua manutenção.

Reconhecendo a iniciativa do Governo, dando crédito à bondade do Governo de apresentar uma iniciativa legislativa, nós alterámos a nossa proposta, não da forma simplista como se quis aqui fazer crer, que era dizer, o Governo que faça. Não. O que nós queremos é que o Governo cumpra aquilo que disse, ou seja, que faça uma intervenção legislativa, mas que seja dialogada, que ouça todas as escolas.

Não basta pôr as coisas na Internet para quem a consulta dizer que concorda ou não concorda, mas ouça formalmente todos os órgãos de gestão da escola, que se faça a avaliação do sistema, que se verifique através dos pareceres e da informação das escolas se a experiência que foi feita e aquilo que está a ser implementado, está ou não a ter resultados.

Por isso a nossa alteração não é tão simples como quiseram fazer crer, ela utiliza e faz boa fé da bondade da proposta feita pelo Governo, mas entende que aquilo que faltou em Agosto não pode faltar agora.

Os professores, as escolas e os seus órgãos de gestão devem todos ser ouvidos formalmente e devem dar a sua opinião, porque eles é que estão no terreno, eles é que sabem as implicações que este Despacho fez nas escolas e quais são as coisas

boas que eventualmente aqui haja que é preciso manter e aquelas que é preciso alterar.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, a nossa proposta nada tem de incoerente.

De facto o PSD quer os professores nas escolas para que eles ajudem os seus alunos a ter mais sucesso, que bem precisamos nas escolas dos Açores, mas queremos ter os professores nas escolas dialogando com eles, criando condições objectivas para eles poderem trabalhar.

Presidente: O seu tempo já terminou, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Queremos os professores nas escolas, porque estamos completamente de acordo com o Sr. Presidente do Governo quando dizia que: “não faz sentido ocupar os professores em tarefas desnecessárias e improdutivas. Não faz sentido reter os professores nas escolas se elas não têm condições”. Porque estamos completamente de acordo com o Sr. Presidente do Governo é que tomámos esta iniciativa e a reformulámos, atendendo às circunstâncias deste momento.

Deputados Pedro Gomes e Maria José Duarte do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A proposta que é aqui apresentada, quer pelo PSD, quer a Petição, leva-nos a dois considerandos, desde logo, no seu aspecto formal.

De facto, à primeira vista, não teria mal nenhum, face àquela que foi já a declaração aqui feita no plenário de Novembro pelo Sr. Secretário Regional de que iria ter em conta todo esse processo aquando da elaboração do diploma que será trazido a esta casa, que se aprovasse esta Proposta de Resolução, uma vez que consagra mais ou menos isso.

O Sr. Deputado Francisco Coelho trouxe aqui um argumento legislativo interessante que é o facto de remeter a nossa competência a quem depois tem obrigação de voltar

cá a trazer. Esta também foi a conclusão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quando, pela voz da Sra. Deputada Piedade Lalanda, também diz que é essa confiança que fica no Governo para que este traga aqui o diploma e, portanto, em termos formais julgo que não seria a pior das coisas.

Relativamente à Petição fazer dela uma iniciativa legislativa criaria um vazio legislativo, até porque uma das premissas é a criação duma situação na Região Autónoma dos Açores sem paralelo em qualquer outra parte do território nacional, mas a isto chama-se autonomia e não tem nada de mal relativamente a esta matéria.

O meu sentido de voto dependerá da resposta à pergunta que faço ao PSD. Eu ainda não percebi bem e acho que nestas coisas devemos ser claros.

O PSD diz na sua proposta e cito: “todos queremos mais tempo os professores na escola para ajudar os nossos alunos” e os dois mil professores que assinam a Petição dizem é que não querem mais tempo, porque isso cerceia os direitos adquiridos. Afinal em que é que ficamos? Mais tempo ou não?

É importante dar essa resposta em concreto, porque há casos em que no início não correu bem, há casos em que é evidente mais uma exigência e as pessoas têm que adaptar a sua vida a isso e, portanto, não é fácil às vezes quando as coisas começam e há também casos de sucesso, que eu e todos nós conhecemos, em que muitos que iam a explicações e que têm posse para isso continuam e não deixaram de ir a explicações por causa disso. Outros há que não as frequentavam e passaram a ter essa frequência junto do professor, à boa maneira do mestre, daquele que para além das aulas também tem um pouco de disponibilidade para tirar dúvidas e isso é muito importante. Julgo que nesta matéria estamos todos de acordo.

Portanto, no conteúdo é importante ficar claro que assumimos isso, com o custo político que isso tem, mas há aqui duas mil pessoas que não concordam com isso.

Pela minha parte acho que é positivo. Obviamente que custará mais um pouco aos professores, mas é evidente que deve ser feito em diálogo com eles, sobretudo com aqueles que estão nas escolas a trabalhar, porque são esses que na sua vida sentem as consequências disso, com todo o respeito pelos demais representantes, mas sobretudo com os professores e atendendo ao processo que está a decorrer e as melhorias que venha a ter nesse sentido.

Ficava por aqui.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Despacho e estas arrelias não são novas nesta câmara e, aliás, esta conturbação e estas más disposições nas escolas foi trazida por mim a esta casa, aquando do plenário de Setembro,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Lamentavelmente foi a consequência, Sra. Deputada.

A Oradora: ... na intervenção de tribuna que fiz da abertura do ano lectivo, em que disse que haviam coisas que tinham sido aplicadas de novo e que estavam a gerar descontentamento e desconforto nas escolas, mas que eram um motivo de exequibilidade nas escolas que tinham condições e um motivo de pressão para criar condições nas escolas que não as tinham.

Aqui muito já se falou dos professores, já ouvimos sindicatos na comissão e temos uma Petição de professores, mas ninguém avaliou ainda a parte que pode ser bastante mais positiva, ou seja, o que é que os alunos ganharam, se os pais estão ou não satisfeitos do tempo que vêem os seus filhos sem furos nas escolas e ocupados.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Presidente do Governo já avaliou isso.

A Oradora: Pode-se ou não concordar com a maneira como ele está a ser feito, mas a verdade é que o impacto benéfico de todo este processo está lá, os alunos estão sem furos, na maior parte das escolas os alunos estão a cumprir de uma forma completamente diferente os seus currículos e as suas actividades de complemento curricular, o seu enriquecimento em oficinas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sra. Deputada, onde é que é isso?

A Oradora: Sr. Deputado, na minha escola há três oficinas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Com quantos alunos?

A Oradora: ... com bastantes alunos com folhas de assiduidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os alunos vão para lá fazer coisa nenhuma.

A Oradora: Eu sou professora...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E eu sou pai!

A Oradora: ... e custa-me muito a crer que eu tenha colegas que vão para uma aula fazer coisa nenhuma. É boicote.

Havia uma disciplina que se chamava Desenvolvimento Pessoal e Social e há a disciplina que se chama Formação Cívica e eu lamento, mas não acredito que haja um único professor nesta região que não saiba de um tema para fazer formação cívica. Se calhar há, lamentavelmente. Se calhar são esses que boicotam o trabalho assíduo e íntegro de todos os outros que nunca contabilizaram o tempo que deram às suas escolas, mas também há aqueles que contabilizam os minutos que falta para saírem da escola.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Dois mil subscreveram a Petição.

A Oradora: Se a questão é uma credibilização da classe, se a questão é arranjar um meio termo, então façamos de uma forma honesta e clara.

Eu não ouvi aqui ninguém dizer que não queria os professores mais tempo nas escolas.

O PSD quer os professores mais tempo nas escolas, os próprios sindicatos já reconhecem que os professores podem provavelmente passar mais tempo nas escolas,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Com condições para trabalhar. **A Oradora:** ... desde que tenham condições e seja negociado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Aí está. Só que elas não existem.

A Oradora: Sendo assim, o impacto de tudo isso foi muito positivo.

Quando o Deputado Costa Pereira diz que é preciso ouvir todas as escolas, é preciso ouvir todos os professores da Região, não foi isso que eu ouvi em Comissão por parte dos sindicatos. Eu própria questioneei ora um, ora outro, e o Deputado Costa Pereira estava presente, e perguntei a um presidente o que é que achava, quanto tempo era necessário e como é que isso devia ser feito e ele respondeu que isso devia baixar aos grupos, aos departamentos, a todas as escolas ao nível individual de cada professor e perguntei ao presidente do outro sindicato que me disse nitidamente que isso era uma matéria a negociar com a direcção do sindicato. Em que é que nós ficamos?

Já toda a gente percebeu que estamos aqui a falar um bocado para o vazio, porque não sabemos o que vem da parte do Governo. Nós já mostrámos confiança no que vem, bem como os senhores. Aguardamos serenamente, mas não se esqueçam de pensar nos benefícios que essa medida pode ter tido para os pais e para os alunos de muitas escolas desta Região.

Obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A intervenção feita pelo Sr. Deputado Costa Pereira é uma intervenção que esqueceu alguns pequenos pormenores e que, particularmente, não fez justiça a uma coisa que nesta Região se tem feito e da qual eu me orgulho muito, e creio que todos nós nos podemos orgulhar, que é nós termos uma gestão das escolas próxima, participada como não há em nenhuma outra região do País.

Já foram feitas cinco reuniões sobre esta matéria envolvendo todas as escolas, e era bom que o Sr. Deputado se lembrasse, porque também já participou nessas reuniões. Gostava de dizer ao Sr. Deputado que estou aqui no Faial e não vim da Terceira, mas da ilha do Pico onde estive reunido e visitando a três escolas.

Gostava também de lhe dizer que na semana anterior estive em S. Jorge, na outra semana atrás estive em S. Miguel e tenho ido sistematicamente a todas as escolas.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Ainda não foi a Santa Maria.

O Orador: O Sr. Presidente descanse que Santa Maria também chegará. A próxima é as Flores e seguir-se-á Santa Maria.

Portanto, temos dado a volta a toda a Região e tem-se feito horário a horário, tarefa a tarefa.

Gostava também de dizer que ontem eu tive o gosto de estar presencialmente num conjunto de salas em que os professores estavam dando explicações a alunos, e estou a falar duma coisa que eu vi, em que havia alunos que estavam a tirar dúvidas, em

que havia um conjunto de tarefas que estavam a ser feitas que não seria possível fazer de outra maneira e era isso que se pretendia. As coisas são assim, essa é a realidade e é isso que nós queremos. Aquilo que não queremos é um sistema educativo de desresponsabilização.

Outra questão que o Sr. Deputado também se esqueceu aqui de referir foi que os tempos dos professores não são todos iguais. Há professores que trabalham 18, 16, 14 e mesmo 12 horas lectivas por semana e é preciso não esquecer que além destas horas há normalmente duas para uma direcção de turma. É preciso não esquecer tudo isto, mas quando se esquece como o Sr. Deputado se esqueceu, faz-se um discurso que é mistificador e esse discurso mistificador é aquele que nenhum de nós e particularmente aqueles que têm um contacto recente com as escolas estão dispostos a aceitar.

De facto, esse tempo já passou. Era uma alteração necessária e é uma alteração que se está a fazer.

A discussão prossegue e há questões que surgirão a devido tempo e estou convencido que nós com este trabalho que se fez este ano e com aquele que terá que ser feito nos próximos anos, porque não se muda uma ou duas décadas de história numa penada, chegaremos a um sistema educativo que será muito mais satisfatório.

O sistema educativo português não pode ser diferente dos sistemas educativos dos países desenvolvidos do mundo. Não podemos ser aquele sítio em que parece que descobrimos a educação sem esforço ou sem dor.

Educar é um trabalho duro, é muito duro para os professores, é duro para as famílias e é duro para os alunos e quando se pensa que se pode passar ao lado de tudo isto e fazer da educação algo relativamente lúdico está-se muito enganado. É esse logro que durante algum tempo aqui se cultivou e é esse logro que é preciso acabar e o profissionalismo dos professores está acima de tudo isso e eles têm realmente obrigações e tarefas a cumprir, estão a cumpri-las, estão a fazê-las e muito bem.

Eu aproveito também para prestar homenagem àqueles que nas escolas por vezes, perante contestações e dificuldades muito grandes, as fazem funcionar.

É preciso não nos esquecermos que as escolas são geridas por docentes que são colegas e que têm grandes responsabilidades e que fazem um trabalho muito duro e muito difícil e é bom que, quando falamos disto, também nos lembremos desses.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Três questões para esclarecer.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Paulo Gusmão, não há contradição entre aquilo que nós defendemos e aquilo que os professores genericamente defendem, que pode não estar expresso *ipsis verbis* na Petição, mas o entendimento dos docentes – tenho aqui o parecer dos sindicatos e que a Sra. Deputada Catarina Furtado já fez referência – é de que o SPRA neste caso...

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Quer dialogar com os professores!

O Orador: Quer dialogar com os professores.

... não põe em causa uma presença mais efectiva dos professores nas escolas. Isto é um dado adquirido e ninguém põe isso em causa.

A questão que se está a colocar não é os professores estarem mais tempo na escola, isso todos defendemos; a questão que se coloca é pôr os professores mais tempo na escola do que fora e em que condições.

O que nós defendemos, e é isso que está expresso na nossa proposta de alteração, é que os professores estejam na escola mais tempo, mas que seja feito duma forma organizada de acordo com um modelo coerente, que os professores tenham condições efectivas para poderem lá desempenhar com dignidade o seu trabalho individual e aquele que a escola lhe pede e que haja naturalmente respeito pelo seu estatuto profissional e pela sua dignidade de técnico qualificado da nossa administração.

É evidente que nós, quando ocupamos alguns lugares, Sra. Deputada Catarina Furtado, às vezes esquecemo-nos de onde viemos e lamento dizer que não sei se encontrará pelos Açores uma percentagem que chegue a 10% de colegas seus que digam que estes impactos deste Despacho foram benéficos.

Se a Sra. Deputada e minha ilustre colega acha bem que as aulas de substituição ou os tapa furos, que não é bem a mesma coisa, sejam ocupadas por colegas seus e meus a jogar à batalha naval, a jogar ao xadrez e que um alto responsável da Secretaria Regional da Educação e Ciência,...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): O senhor diga quem é esse alto responsável, diga nomes, porque eu não sei quem é.

O Orador: ... a sua Directora Regional tenha dito, e isto foi citado na audição, que os senhores professores façam o que quiserem com os meninos, interessa é tê-los ocupados.

Sr. Secretário, se isto é um modelo coerente de uma aula de substituição, acerca disto estamos absolutamente conversados. **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Por que é que o Sr. Deputado não diz o que foi dito pelos conselhos executivos?

O Orador: Para além disso, devo dizer que sei por que é que os meus colegas, que estão há mais tempo na profissão têm horários reduzidos que podem ser 18, 16, 14 ou 12 horas, é porque está na lei. Isso não é um benefício que foi descoberto e que lhes foi dado porque alguém se lembrou, isso existe, está na lei e é um direito adquirido, porque foi reconhecido, na altura em que foi atribuído, que a profissão de docente tem desgaste e é por isso que esses professores que são mais velhos, que têm mais anos de serviço são poupados ao contacto directo com os alunos e por isso têm menos aulas.

O Sr. Secretário e a minha ilustre colega acham bem que um colega seu com 14 horas, leve até às 22 a dar aulas de substituição que é igual a estar no contacto directo com os alunos? O Sr. Secretário acha que isto é legal?

Mais ainda: o Sr. Secretário até põe problemas ao pagamento das horas extraordinárias, mas não vou entrar por esse caminho.

Quanto à questão do Sr. Secretário se orgulhar de falar e que corresponde apenas a uma parte da verdade e que tem a ver com a sua gestão participada, o senhor sabe que eu também já participei nessa sua gestão participada e sei que é verdade, sei que o Sr. Secretário tem uma preocupação objectiva, verdadeira e que tem resolvido muitos problemas concretos das escolas nas reuniões que tem, quer centralizadas

com os órgãos de gestão, quer descentralizadas quando vai às escolas, reúne com elas e vê a sua realidade e ajuda às vezes, pela sua experiência nesta área, a resolver problemas que às vezes os seus técnicos não são capazes de, na secretaria, verificá-los. Isso é verdade.

Agora, quando se falar de gestão participada e no contexto que nós aqui colocamos, não é só nesse, porque, como o Sr. Secretário sabe, os órgãos de gestão da escola não se resumem aos conselhos executivos, importa também ouvir para este fim os conselhos pedagógicos, importa ouvir a assembleia de escola onde estão lá os pais, onde está a comunidade e esses também devem ser chamados a dar parecer sobre isto.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Os conselhos executivos que os chamem!

O Orador: O Sr. Secretário sabe como eu sei que na maior parte das vezes o senhor confronta os conselhos executivos com legislação que ainda nem sequer foi publicada, que está assim meia cozinhada, e que usou naquela altura e nunca mais usou.

Os conselhos executivos muitas vezes dão pareceres da sua alta recriação, da sua opinião pessoal ...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): E têm toda a legitimidade para isso.

O Orador: ... mas não estão representando os outros órgãos da escola que não tiveram oportunidade de serem ouvidos.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Cada escola só tem um interlocutor, não tem dois.

O Orador: É uma prática frequente na sua gestão participada...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): É uma prática necessária.

O Orador: ... e é isso que nós achamos que neste caso concreto não deve continuar, porque há aqui graves implicações pedagógicas consequentes desta medida que devem ser avaliadas pelo conselho pedagógico, devem ser avaliadas pelas assembleias de escola e o senhor quando fala da sua gestão participada fala apenas

dos conselhos executivos e sabe, como eu sei, que a maior parte das vezes os conselhos executivos não ouviram, porque não tiveram oportunidade para ouvir, os outros órgãos.

Quando apresentamos esta proposta é para evitar que isso aconteça novamente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Há aqui duas questões que me parecem essenciais e eu quero responder à sua questão que me perguntou se eu concordava.

Para já um ponto assente que já se ultrapassou e que era, de facto, um motivo inicial da vossa proposta de revogação do Despacho, era passar ou não mais tempo na escola. Versava sobre essa questão que já está ultrapassada e todos estamos de acordo.

Como é que vai ser feita? Isto é uma questão que nós vamos discutir na altura certa quando nos chegar legislação.

Em relação às aulas de substituição, eu reconheço como sua colega, há que discernir se é uma aula de substituição de um colega de grupo, que vai fazer uma substituição integral de conteúdos ou então se é uma aula também ela de substituição ou tenha outro nome, onde até pode ser válido o xadrez e a batalha naval, enquanto jogos de estratégia que até podem desenvolver o raciocínio, estão absolutamente conscientes do que se está a fazer em cada um, porque contra o xadrez, contra a batalha naval e contra o desenvolvimento do raciocínio eu pessoalmente não tenha nada contra. Evidentemente que não concordo se o professor estiver a jogar à batalha naval e sumariar com números primos ou números imaginários na matemática ou até invertebrados ou vertebrados no caso de biologia.

Portanto, há que distinguir muito bem os espaços de ocupação, mas uma coisa é verdade, eles estão ocupados e não estão no recreio ou fora da escola dentro dos cafés ou dos bares que também é socialização, também é válido, mas que depois as escolas são normalmente chamadas à responsabilidade disso.

Quando o senhor diz que os conselhos executivos dão pareceres da sua auto-criação, sem consultar os outros órgãos da escola, aí, julgo eu, devia ser analisado numa

perspectiva da própria escola. Isso é metodologia interna e o senhor, como meu colega sabe e eu também sei – e julgo que o próprio 12/2005 vem pôr um pouco cobro a isso – que muitas vezes os nossos colegas eleitos para os órgãos não são os que têm as competências mais devidas. Daí que, se calhar, todas as escolas têm que pensar quem é que põem à frente dos seus órgãos de gestão para que haja concertação com a tutela e haja honestidade e frontalidade nos assuntos a assumir.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi dito aqui uma coisa pelo Sr. Deputado Costa Pereira que eu, enquanto relatora à época desta comissão, não admito que diga que eu mascaro a realidade, nem que diga que os sindicatos disseram bem. É evidente que não disseram bem.

Eu até já fui acusada de pôr os relatos das audições demasiado na primeira pessoa e, portanto, quase que se pode ouvir aquilo que os sindicatos disseram nas audições, lendo esses relatos. Parece-me que a posição dos sindicatos está bem claro no relatório e longe de mim mascarar aquilo que os sindicatos disseram e que não foi em termos de concordância.

O senhor sabe perfeitamente que a comissão ouviu os sindicatos e teve até dificuldade, e é bom que se diga aqui, em discernir quem era o primeiro peticionário da Petição e quem era o representante do sindicato e por isso os discursos até estão um pouco confusos e baralhados.

Outro aspecto que o Sr. Deputado referiu, e que é preciso clarificar, foi quando distinguiu o tempo lectivo do tempo individual e fez aí uma pequena confusão, porque não é tempo lectivo, tempo individual, mas tempo lectivo, tempo não lectivo e o tempo não lectivo, como o próprio estatuto da carreira docente refere no artigo 82º, é trabalho individual e prestação de trabalho na escola.

Portanto, há uma tentação em dizer só trabalho individual e pensar que, para além das 22 horas, todo o resto do tempo pertence apenas ao professor. Não pertence, porque ele próprio pode-o desenvolver no espaço da escola.

Finalmente quando cita o sindicato que terá dito que um alto responsável da Direcção Regional da Educação terá dito que os professores faziam isto ou aquilo nas aulas de substituição, eu penso, nesta matéria, que as audições servem para nós ouvirmos as fontes e o que tem que reproduzir é o que essas fontes disseram e não o recurso a outras. Se quiser confirmar fale com o Director Regional da Educação e veja se esse foi realmente o discurso feito.

As audições servem para nós ouvirmos directamente as pessoas envolvidas na matéria e neste caso ouvimos a Secretaria Regional e ouvimos os sindicatos.

Não sabemos onde os sindicatos vão buscar alguma informação, mas sabemos também que às vezes a informação é deturpada com a emoção e foi uma altura de grande emoção quando se desenvolveram estes trabalhos.

Uma última questão.

O PSD corrigiu a sua Proposta de Resolução introduzindo aqui um pedido ao Governo que faça um decreto legislativo, mas teve a oportunidade, uma vez que a sua proposta é de Outubro e a comissão reuniu em Dezembro, de ter corrigida a mão nessa altura, porque a nossa posição, enquanto Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi exactamente essa que os senhores agora colocam aqui sob a forma de Proposta de Resolução que foi, vamos aguardar a saída do decreto legislativo e que devidamente negociado, em diálogo com os parceiros, venha dar resposta à matéria deste Despacho.

Portanto, os senhores tinham altura certa para terem votado connosco essa posição. Votaram contra e agora vêm propor ao Governo aquilo que nós próprios propusemos na comissão.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Então por que é que não propõem agora? Melhor argumento do que esse para votar a favor da Petição não há!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente, Sra. Deputada Piedade Lalande, que o seu relatório tem qualidade e não era isso que estava em causa. Eu quando falei na questão de mascarar não me estava

a referir expressa e unicamente a si, mas ao conjunto das intervenções que aqui foram feitas e que todas elas omitiram a questão da Petição.

Nós não estamos a falar sozinhos, estamos a falar com o crédito, se quiser, dos dois mil professores que assinaram a Petição, de todos os outros que não assinaram e que concordam com ela, do Sr. Presidente do Governo que, no fundo, também disse a mesma coisa, etc.

Portanto, Sra. Deputada, esta questão não tem nada a ver com a qualidade do relatório e com a veracidade dele. É de louvar o seu trabalho que, aliás, é reconhecido.

Quanto à questão dos órgãos de gestão, Sra. Deputada Catarina Furtado, eu devo fazer uma precisão para que não haja equívocos.

Eu, pessoalmente, tenho o maior respeito pelo trabalho dos órgãos de gestão das escolas, pelo muito que dão e procuram dar às escolas que os elegeram. Esta é uma questão.

Outra questão é que eu sei, porque já estive nessas reuniões, a frequência com que os órgãos de gestão são confrontados nas vésperas das reuniões, e no dia da reunião com o Sr. Secretário, com nova legislação, com darem parecer sobre coisas que têm que dar na altura. Nenhum órgão de gestão de nenhuma escola pode mobilizar essa escola para se sentir mandatado para falar em nome dela. É esta prática que o Sr. Secretário chama de gestão partilhada e que é verdadeira numa determinada dimensão, mas que não é noutra e é nessa medida que, quando o Sr. Secretário diz que fica satisfeito e que ouve as escolas, eu digo que é verdade que as ouve nesta dimensão e o que nós queremos, e por isso a nossa Proposta de Resolução é explícita, é que ouça todos os órgãos de gestão das escolas, mas para que isso possa acontecer é preciso que elas tenham tempo para ser ouvidas, é preciso que se desencadeiem os mecanismos, que não são rápidos como a Sra. Deputada sabe, de se convocar conselhos pedagógicos, que os grupos possam ser ouvidos para dar parecer no conselho pedagógico, que a própria assembleia de escola seja ouvida e isso não se faz de um dia para o outro, nem de uma semana para a outra.

É nesta perspectiva e só nesta que eu entendo e fiz as referências que fiz. Não subscrevo essas outras afirmações que fez sobre a questão dos órgãos de gestão das

escolas, se eles têm qualidade ou não nos pareceres que fazem ou se ouviram ou não as escolas.

Portanto, tenho toda a confiança e o maior respeito pelos órgãos de gestão.

Este sistema da maneira que está é que não pode continuar e nós não subscrevemos esta forma de consultar e ouvir as escolas. Os conselhos executivos que se pronunciam neste contexto não estão a falar em nome das escolas.

Há uma outra questão, que é de pormenor, mas já agora devo fazer referência a ela.

As fontes são fontes. Se são primárias ou se são secundárias não sou eu que as vou avaliar. A verdade é que a senhora ouviu como eu ouvi aquilo que eu aqui transmiti e, portanto, presumo que as pessoas que disseram aquilo que disseram estavam a falar verdade e tanto assim é que eu não ouvi aquilo só ali, embora tenha ouvido como a senhora e todos ouviram. Isto é verdade, porque é a prática das escolas, é isso que se vê. Na maior parte das escolas é isto que se faz. Cada escola desenrasca-se e nesse aspecto não tenho dúvidas.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Para terminar queria dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e os membros da Comissão dos Assuntos Sociais do Partido Socialista têm toda a liberdade, e nós temos inteiro respeito por isso, de organizar-se, de estipular a sua estratégia e funcionar de acordo com ela. Nós temos a nossa e respeitamos a vossa como os senhores devem respeitar a nossa.

Portanto, nós é que definimos, e temos direito a isso, quando é o momento que entendemos que é melhor para apresentar as nossas propostas. Apresentamos na comissão quando assim o entendemos, apresentamos em plenário quando entendemos que o devemos fazer. Isso é um direito que nos assiste. Pelo menos conceda-me isso.

É verdade aquilo que o PSD diz em relação à Comissão dos Assuntos Sociais, é verdade aquilo que digo em relação ao PS, como é verdade aquilo que os senhores dizem em relação ao PSD.

Nós temos tido absoluta lealdade e nunca trouxemos para aqui nada escondido dos senhores. Temos tido sempre a preocupação de conversar até chegar a consensos antes de apresentar propostas.

Portanto, nesse aspecto e nessa boa fé e espírito de cooperação, nós vamos continuar a trabalhar, agora deve dar-nos o respeito de continuarmos a trabalhar de acordo com a estratégia que, politicamente falando, entendemos que é melhor.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarino Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para precisar que eu tenho um profundo respeito pelos órgãos de gestão de todas as escolas, até porque eu, na minha carreira profissional, como professora, nunca passei por nenhum órgão de gestão e só posso respeitá-los, porque nunca lhes invejei o lugar.

O que eu acho é que eles não se podem sentir coagidos nem coibidos face à tutela. O senhor não me venha dizer que as escolas não têm capacidade negocial com o Sr. Secretário.

O senhor diz que uma semana não chega, então duas semanas, um mês, um trimestre chegarão para reunir os órgãos de gestão?

Deputado Costa Pereira (PSD): A senhora sabe quanto tempo é que tem para convocar uma assembleia de escola?

A Oradora: Precisam só de 48 horas para fazer uma reunião ou, pelo menos, uma semana para agendá-la.

Eu acho que não se pode dar o espaço de ficar o vazio. Uma semana será necessário. Só queria reiterar toda a consideração pelos órgãos de gestão.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Duas breves notas:

A primeira, relativamente aos factos e à oportunidade da apresentação da Proposta de Resolução do PSD.

Em determinado momento, no arranque do ano lectivo de 2005/2006 constatou-se e registou-se perturbação nas escolas com um Despacho Normativo que mal negociado, mal avaliado por parte do Sr. Secretário da Educação, foi gerador de perturbação nas escolas.

A iniciativa do PSD foi no sentido de dar um contributo para que, com a revogação do Despacho Normativo, esta perturbação terminasse e se desse uma oportunidade ao Governo para dialogar e concertar com os professores, os sindicatos e com as escolas, uma solução que pudesse ser praticável.

A transitoriedade, afirmada em preâmbulo, do Despacho Normativo não é a varinha mágica para resolver as deficiências do próprio Despacho Normativo.

Porque gerador de problemas, os professores, os sindicatos e as escolas queixaram-se e o Sr. Presidente do Governo acabou por, em determinada altura, desautorizar o Sr. Secretário Regional dizendo: “Este Despacho Normativo não é para ser levado à letra, é, sim, para ser adequado às concretas condições de cada escola de poderem manter os professores o tempo de horas necessárias na respectiva escola”.

Por isso, a Proposta de Resolução que o PSD apresentou era politicamente oportuna e pertinente, tal como anunciamos no preâmbulo.

Creio que é isso que faz fé quanto à posição do PSD.

O Sr. Secretário disse *alhos*, o Sr. Presidente do Governo disse *bogalhos* e ficámos a meio caminho, ou seja, não se revogou o Despacho Normativo, mas ele, afinal, não foi levado à letra.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Deputado, nunca estamos a meio caminho. Estamos sempre a caminho de...

O Orador: Nesta matéria o que era normal e razoável era perceber que afinal o inteligente processo de introdução desta novidade na gestão do tempo da docência na escola seria feito, não por causa da transitoriedade, mas, sim, da sua progressividade, coisa que o Sr. Secretário e o Governo não perceberam até ao momento.

Esta oportunidade foi depois conjugada e acompanhada por uma Petição, assinada por dois mil professores.

Pela parte do PSD, conforta-nos a razão, o sentido de oportunidade e o acompanhamento de, pelo menos, dois mil professores que também apresentaram a esta Assembleia, numa Petição, a mesma solução, a revogação deste Despacho Normativo.

O Sr. Secretário apressadamente, e em tempo de férias escolares, no mês de Agosto, introduziu esta temática nas escolas. Passaram já mais de 5 meses. Hoje o Sr. Presidente do Governo ou o Sr. Secretário Regional resolveram apresentar a tal famigerada e esperada Proposta de Decreto Legislativo, que regulamenta, de forma inteligente, progressiva e coerente, a gestão do tempo dos docentes na escola. Há uma omissão e uma inércia do Governo, porque estamos em Janeiro e nada apareceu até hoje, o Grupo Parlamentar do PSD denuncia isto e propõe aqui “uma injunção política” para que, num calendário determinado, o Governo apresente a sua iniciativa legislativa, porque não faz sentido o Sr. Secretário e o Governo no seu todo voltarem a esperar pelo mês de Agosto para apresentarem aqui uma iniciativa legislativa. Nessa altura não há plenário, as escolas estão de férias e volta a não ter eficácia para o início do ano lectivo 2006/2007.

Deputada Catarino Furtado (PS): Não estão de férias!

O Orador: Estas são as questões. O PSD orgulha-se de estar ancorado na razão, e acompanhado por quem é decisivo no sistema educativo regional, que são os gestores das escolas, os professores e os pais, porque todos nós queremos o melhor ensino nas nossas escolas e o acompanhamento dos professores aos nossos alunos.

Todo o argumentário até hoje apresentado pelo Governo ou pelo Partido Socialista, para além de confuso e algo demagógico, tem, no entanto, o mérito de concordar com a necessidade da revogação do Despacho Normativo e a apresentação, por parte do Governo, de um Decreto Legislativo Regional, no qual, aliás, tenho muita esperança, para que se corrija o rumo.

Se estamos de acordo nessa parte, do que estão à espera para votarem todos favoravelmente esta Proposta de Resolução?

Sr. Presidente do Governo, faça hoje, como já fez em tempos idos, designadamente ao Sr. Secretário da Presidência, então Presidente do Grupo Parlamentar, a

recomendação ao Grupo Parlamentar do PS para fazer o que deve ser feito e não insistir teimosamente na sua aversão a todas as propostas do PSD.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Eu não disse nada.

O Orador: Eu avivo-lhe a memória. Foi na altura de um determinado orçamento em que o senhor teimosamente não queria aceitar uma proposta do PSD e foi preciso o Sr. Presidente do Governo o mandar recuar.

Sr. Presidente do Governo, esse bom senso podia ser recomendado agora ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e saíamos daqui satisfeitos com a sensação de que o Governo iria cumprir o seu dever no prazo adequado, revogando o Despacho Normativo e refazendo o enquadramento legal nesta matéria na Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Com essa música o Sr. Deputado devia ir trabalhar para o Conservatório.

O Orador: Por outro lado, sob o ponto de vista regimental, o texto de substituição que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta é, de forma inequívoca, legal e regimental, previsto no nº 2 do artigo 145º do Regimento. Leia o Regimento e assim já poderá debater com ciência e com eficiência esta matéria regimental.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por dizer que percebo perfeitamente por que é que o Deputado José Manuel Bolieiro está triste. Ele está triste porque ainda não percebeu, na sua boa fé e na sua boa intenção, porque é que o PS não quer votar a favor do que eles vão dizer ao Governo para fazer aquilo que o Governo já disse

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Não senhor!

O Orador: ... e com isto o PSD pede ao Governo que faça aquilo que o Governo disse que já fez.

Achando a maioria isso absolutamente desnecessário, fica o PSD, é verdade, desempregado na sua nova função de *papagaio parlamentar*, que é querer obrigar a maioria a fazer aquilo que a maioria foi a primeira a dizer que ia fazer.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mas não fez.

O Orador: Este processo, é preciso dizê-lo, é um processo importante ao nível da sua substância que implica mudanças, implica, naturalmente, também resistências, adaptações e implica, sobretudo, um novo paradigma e um novo patamar ao nível do nosso sistema educativo e do funcionamento das nossas escolas.

É natural que na Região Autónoma dos Açores, tal como aconteceu no Continente, não tenha nascido perfeito, mas isso foi bem reconhecido pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência e pelo Sr. Presidente do Governo Regional e foi isso que começou a ser tratado e temos a informação, já há bastante tempo, daquilo que o Governo nesta matéria vai fazer e sendo assim é óbvia a inutilidade desta Proposta de Resolução.

Ela revela uma coisa que não é nova e que é tática fraca do PSD na oposição, que é a tática de tentar cavalgar aquilo que são as iniciativas das associações profissionais e da sociedade civil, mas, como se vê, o PSD fica desactualizado, perde o pé e depois acaba, numa nova fase de ânimo parlamentar, por recomendar ao Governo Regional que faça leis que, pelos vistos, o PSD ou não tem competência ou não tem tempo para as fazer. É isso que se passa.

Nós não fazemos isso, nós confiamos no Governo e, portanto, vamos, pela lógica parlamentar, rejeitar esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para encerrar o debate pela parte do Grupo Parlamentar do PSD, devo dizer que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista acabou por manifestar-se o papagaio cansado, não quer falar, não quer trabalhar, não quer recomendar ao Governo. A esse propósito de recomendações ao Governo, lembro-lhe que em Abril deste ano foi o próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista que apresentou aqui neste plenário recomendações ao Governo, no sentido do Governo fazer aquilo que é sua obrigação.

Portanto, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, essa generalidade demagógica tem a mesma aplicação ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, o que nós pretendemos é fazer uma correcção e sensibilizar o Governo para essa matéria, propondo que apresente no plenário, como prometeu, uma Proposta de Decreto Legislativo, que até hoje não fez, apesar de já terem passado cinco meses desde o início do debate.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Está a ser negociado.

O Orador: A proposta será oportuna no primeiro quadrimestre deste ano.

É tempo do Governo cumprir a sua obrigação.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É para dizer o óbvio, mas pelos vistos está difícil, e que é o seguinte:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta nesta casa as Propostas de Resolução que bem entender. É claro que já apresentou Propostas de Resolução e voltará a apresentar sempre que assim entender.

Agora, o que está aqui em causa não é uma Proposta de Resolução qualquer. Eu sei que é a isso que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro quer fugir, mas o que está aqui em discussão é uma Proposta de Resolução de um grupo parlamentar que pede ingentemente ao Governo para legislar. Isto é ridículo, é minorizar o trabalho desta casa e se é isto, Sr. Deputado, que fique absolutamente claro, a nova concepção de dignificar o Parlamento por parte do PSD, estamos nesta matéria definitivamente bem conversados.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Não se preocupe com o PSD, preocupe-se com o seu Grupo Parlamentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra para clarificar uma coisa que me parecia que estava clarificada e, pelos vistos, não está.

O Grupo Parlamentar do PSD assume como fiável a bondade da iniciativa do Governo no sentido de apresentar uma Proposta de Decreto Legislativo sobre esta matéria, que antes de anunciar em comissão, anunciou à opinião pública. Isso é assumido como dado adquirido pelo Governo e temos a confiança na bondade dessa afirmação.

A nossa Proposta de Resolução pega nesse dado e envolve outras condicionantes que são as condicionantes que não se verificaram até agora. O que nós sugerimos que o Governo faça é que cumpra aquilo que prometeu, mas que ouça todos os órgãos de gestão das escolas, ou seja, que a proposta que seja apresentada na Assembleia resulte de um diálogo efectivo, participado, consequente, concertado com os sindicatos e com todos os órgãos de gestão das escolas.

É essa nuance que os senhores não querem assumir. Estão no seu direito.

Deputado Francisco Coelho (PS): O processo legislativo vai resolver isso.

O Orador: O processo legislativo vai resolver isso, mas o processo da proposta do executivo é mais importante que seja feito aí.

Presidente: Srs. Deputados, creio que posso dar por encerrado este debate. Considero debatida a Proposta e a Petição e vou pôr à votação a Proposta de Resolução, alterada, do PSD. Sob o ponto de vista regimental não havia dúvida nenhuma sobre a sua aceitação uma vez que foi o próprio proponente que a alterou e nos termos do nº 2, do artigo 145º, eu aceitei esta proposta.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução do PSD, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos agora a uma outra **Proposta de Resolução - “Aperfeiçoamento de formação agrícola para agricultores e técnicos”**, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura para fazer a sua apresentação.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O conhecimento assume-se como um instrumento de progresso social e económico, fundamental às populações do mundo actual. A formação e a qualificação profissional constituem, hoje em dia, bases sólidas de segurança económica, sendo mesmo o recurso mais importante na concorrência mundial.

A Agricultura não é excepção e depende, em muito, da capacitação profissional dos Agricultores e dos seus Técnicos, como alicerce irrenunciável para se atingir competitividade, sustentabilidade e qualidade.

O Agro-conhecimento surge como uma ferramenta imprescindível capaz de motivar a inovação e a mobilidade dos Agricultores para dimensões e realidades que adequem as tradicionais quer sejam de ordem produtiva como comercial. O sucesso económico das Agriculturas e conseqüentemente a melhoria do rendimento dos Agricultores é da responsabilidade, em larga medida, do conhecimento que é transmitido a este sector, resultado de uma fileira que envolve a investigação, a experimentação, a vulgarização e a informação.

Mas, efectivamente, o Agro-conhecimento encontra na formação o seu principal veículo de êxito, pelo que a formação profissional agrícola necessita, igualmente, de uma visão dianteira às circunstâncias, pois permite o melhoramento de capacidades que sustentam a permanência das Agriculturas no caminho da evolução agrícola.

O Agro-conhecimento é um processo longo que deve iniciar-se cedo, estabelecendo um “ponto de partida” em cada Agricultor para desaguar numa actualização de conhecimentos ao longo da vida, como exige o sector Agrícola. É algo perpétuo e transversal na Agricultura.

Aliás, a Formação é sempre incompleta, inacabada como fim, mas sempre responsável como meio de alavancar o desenvolvimento da Agricultura. Esta percepção no patamar político torna-se imprescindível para o desenvolvimento deste sector.

Perceber-se politicamente passa por reconhecer-se que a formação profissional agrícola não pode servir unicamente para reagir a necessidades actuais ligadas aos métodos produtivos, mas conjuntamente deve servir para nortear estratégias.

Estratégias que possibilitem mudanças de consciencialização e de flexibilização produtiva, que de outro modo poderiam provocar repulsa, e como tal, o conhecimento facilita a adopção de métodos produtivos ditos fundamentais para o necessário ajustamento do Agricultor e das Agriculturas a novas tendências.

A adaptabilidade do Agricultor é, sem dúvida, um dos maiores suportes do progresso e a formação o seu principal motor. Repare-se nos avanços da ciência, que se materializam em práticas produtivas inovadoras. Estas novas realidades trazem consigo a exigência de novos saberes para quem produz.

Face a isto, é indispensável que a Formação Agrícola dirigida aos Agricultores nos Açores passe a incidir sobre temáticas como a agro-biologia, a biotecnologia, o agro-ambiente, as novas tecnologias e a utilização de energias alternativas, instituindo potencialidades e oportunidades para a Agricultura desta Região.

Os produtos da ciência só podem ser compreendidos e utilizados se descerem aos primeiros protagonistas da fileira agrícola, ou seja aos Agricultores.

O uso descontrolado de alguns produtos da ciência apresenta malefícios, principalmente para a saúde pública e o meio natural.

Mas, esta nova visão que apelidamos de “conhecimento dinâmico”, estamos certos aplicado na Agricultura Açoriana, traduz-se numa vantagem acrescida, desde logo, cria atractibilidade no sector, e portanto aumenta o rejuvenescimento do tecido produtivo, comporta a diversificação das fontes de rendimento e melhora as capacidades de desempenho do Agricultor.

Também e numa lógica de mercado e dado que a inconstância dos mercados exige uma velocidade de acompanhamento em formação muito além da actual até nos Produtores, a formação consegue se quisermos superar as distâncias e promover o marketing individual e perspicaz, enfim contribui, neste campo, para vencer os novos desafios encarando-os como um manancial de possibilidades e não como ameaças.

A “formação dinâmica” na Agricultura é, deste modo, um elemento que aumenta a eficiência e a eficácia dos Agricultores e possibilita uma melhor organização do sector.

Perante isto, qualquer quadro de acções de formação agrícola deve assentar em dois pressupostos, um que resulte do levantamento das necessidades circunstanciais e outro que permita aos Agricultores mais versáteis o crescimento da sua actividade económica.

Para potencializar esta versatilidade é preciso que a de Formação Agrícola se reporte a outras áreas, como o associativismo, o cooperativismo agrícola, à agro-economia, ao agro-turismo, aos agro-fitosanitários, à agro-silvicultura e à língua inglesa que actualmente se apresenta como um meio de relacionamento básico mundial, nesta era marcada pela globalização da Agricultura.

A comunicação entre Agricultores nos vários espaços europeus, fazendo proveito das novas ferramentas tecnológicas, permite a visualização e a percepção de procedimentos agrícolas, alguns podem inclusive ser importados ou harmonizados á nossa realidade, além de consentir eventuais negócios.

Todavia, a eficácia da transmissão do conhecimento só fica completa se identicamente os Técnicos estiverem convenientemente preparados para apoiar os Agricultores. Falamos em vulgarização rural, uma vertente de formação profissional de proximidade que o Governo tem descuidado, ou seja, não tem existido apesar de já ter sido publicitada várias vezes.

Ora, entendemos que esta Proposta de Resolução sobre o aperfeiçoamento na Formação Agrícola dos Açores beneficiará, substancialmente, a melhoria económica das explorações agrícolas, possibilitará a existência de diversidade produtiva e assegurará o dinamismo do Agricultor, qualificando-o para a gestão, produção e comercialização dos bens alimentares produzidos.

Julgamos, no entanto, que para se cumprir estes cabalmente estas metas e atendendo que se aproxima um novo Quadro Comunitário de Apoio a Formação Profissional Agrícola nos Açores deve merecer uma atenta reflexão, no respeitante a objectivos, conteúdos e métodos de a aplicar.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Esta proposta não aponta, em particular, a quantidade da Formação Profissional Agrícola ministrada nos Açores, esta proposta alude ao seu aperfeiçoamento de maneira que o Agricultor possa adquirir sabedoria para lidar com as mudanças que invadem a sua Agricultura e, simultaneamente, fornece-lhe autonomia que proporcione a existência de criatividade e ajustamento agrícola, aspectos que são determinantes para as Agriculturas deste Arquipélago.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Estamos a implementar uma enzima no dinamismo dos Agricultores.

Estamos a mobilizar a inteligência e a imaginação do tecido produtivo.

Ademais, a iniciativa e o ajustamento são actos muito individuais do Agricultor que derivam do conhecimento e do enquadramento político-institucional.

Na verdade, só pode existir progresso na Agricultura se os próprios Agricultores forem “parceiros activos”, pelo que a capacitação dos Agricultores confere manancial para o desenrolar do empreendedorismo agrícola.

É neste âmbito, sobre formação Profissional agrícola que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta uma Proposta de Resolução no sentido da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomendar ao Governo Regional dos Açores a adopção de uma iniciativa e posteriores procedimentos conducentes à implementação de acções de formação para Agricultores, que visem ministrar conhecimentos nas áreas da agro-biologia, da biotecnologia, do agro-ambiente, da agro-silvicultura, da agro-economia do agro-turismo, das novas tecnologias, da utilização de energias alternativas, da língua inglesa, do associativismo e cooperativismo agrícola. Do mesmo modo, devem ser igualmente ministrados cursos para Técnicos na área da vulgarização agrícola.

Disse.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sempre com prazer que ouço nesta câmara referirem-se à agricultura e aos agricultores e desejarem para os nossos agricultores coisas deste e do outro mundo.

Como eu ando mais com os pés neste mundo, apenas e relativamente à proposta apresentada pelo Sr. Deputado tenho a referir o seguinte:

A formação profissional é entendida em toda a parte do mundo, e por nós também, como um conjunto de acções ou iniciativas que pretendem acrescentar àquilo que já se sabe o saber necessário para fazer melhor e para ter melhores desempenhos nas ocupações profissionais que se modernizam dia-a-dia e que se confrontam com novas necessidades e desafios. É esta a definição de formação profissional.

Na formação profissional há assim duas realidades: por um lado o indivíduo, objecto de formação e o objectivo de melhorar o seu desempenho profissional. Trata-se, portanto, de qualificar o indivíduo para fazer melhor o que já faz e para preparar esse mesmo indivíduo para a modernidade das duas ocupações profissionais e, no caso da agricultura, para preparar esse indivíduo ao investimento que é feito, nomeadamente na modernização das suas explorações e à aproximação de novas realidades e de novas necessidades.

Trata-se de um processo que é gradual, centralizado no indivíduo objecto da formação, nas suas capacidades específicas, nas suas disponibilidades actuais e nas suas necessidades imediatas e concretas; trata-se de oferecer à pessoa o que ela precisa para inovar; trata-se de dar à pessoa as condições para ela ser mais eficaz, mais eficiente nas suas ocupações profissionais.

Em relação a formação profissional agrária, os Açores têm indicadores muitíssimo positivos.

De 99 a 2004, e isto são dados do Instituto Nacional de Estatística, a formação profissional agrária nos Açores, abrangeu 7,2% do total de activos agrícolas; na Europa dos quinze apenas 5%; em Portugal Continental 1%.

Em 2004 e 2005 realizaram-se na Região 82 acções de formação no sector agrícola, envolvendo cerca de 1200 formandos com mais 11.000 horas de carga horária de

formação e cerca de 700 mil euros de investimento. Estamos a falar de acções de formação desenvolvidas apenas com recursos próprios regionais.

O Governo Regional preparou o ano de 2006 em 2005 e irá executar este ano um plano de formação com mais de 4.200 horas de carga horária, destinado a 650 agricultores de todas as ilhas da Região, em acções de formação sobre noções gerais de agricultura, biologia agrícola, noções gerais de produção animal, tipificação das explorações, equipamentos e mecanização agrícola, fertilidade dos solos e fertilizantes, práticas de correcta utilização dos fertilizantes, produção e conservação de forragens, bonivicultura, produção de leite e de carne, alimentação e manejo bovino, ordenha e higiene na produção de leite, noções sobre construções rurais, contabilidade e gestão de empresa agrícola, noções de economia agrária, agricultura e ambiente, boas práticas agrícolas e conservação da natureza, floricultura, produção apícola, iniciação à informática e informática na óptica do utilizador/agricultor.

Relativamente aos técnicos nós temos desenvolvido várias acções e só para referir os últimos quatro anos, foram realizadas acções de formação que abrangeram mais de 223 técnicos, com uma carga horária superior a 900 horas, acções essas que incidiram sobre assuntos concretos e necessários à nossa agricultura, nomeadamente sobre inseminação artificial, reprodução animal, ordenha mecânica e máquina de ordenha, formação de técnicos para contraste leiteiro, instrumento poderosíssimo e fundamental para os nossos agricultores, melhoramento animal em bovinos de leite, melhoramento animal em bovinos de carne, técnicas de laboratório em sanidade animal, técnicas de laboratório de campo, técnicas de campo em sanidade animal, técnicos de apicultura, criação de rainhas em apicultura, técnicos de formação e vulgarizadores, reciclagem de formadores, protecção da produção agrícola, protecção integrada, higiene e segurança no trabalho, contabilidade e gestão de empresas agrícolas, agricultura biológica.

Todo este conjunto de cursos é sugerido pelos próprios serviços e técnicos e as próprias organizações de produtores, como sendo os necessários, os actuais, e aqueles que são susceptíveis de contribuir para melhor desempenho dos profissionais agrícolas.

Por outro lado também, e a um nível já diferente, a Região formou nos últimos anos cerca de 80 jovens técnicos a quem foram leccionadas, num curso técnico de gestão pecuária, as disciplinas que legalmente lhes têm que ser leccionadas para se fazer equiparação destas pessoas ao 12º ano.

A formação profissional agrária que nós desenvolvemos e que vamos desenvolver durante o ano de 2006, num plano que talvez até não tenha precedentes, dado o volume imenso de carga horárias que vamos ter e vários cursos que foram sugeridos e até solicitados por organizações de produtores, é a formação profissional que é necessária, que é desejada, que é participada pelas organizações e pelos produtores.

Nós não vamos dar aos nossos produtores aquilo para que eles não têm condições de aceitar, que não aceitam, que não desejam e que não lhes traz nenhuma valia concreta para qualificar os seus desempenhos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já se percebeu, o que aqui está em causa não é a importância e a relevância da formação profissional agrícola, que tem merecido por parte dos governos do Partido Socialista um forte incremento e que merece para o próximo ano de 2006, como acabou de ser descrito pelo Sr. Secretário da Agricultura, novamente um plano bastante ambicioso.

O que nos parece estar em causa é, de facto, o quadro de opções que deve ser feito nesta altura em que existe algum constrangimento do ponto de vista dos financiamentos europeus. Essas opções de política de formação profissional, no nosso entendimento, devem privilegiar as áreas que aqui já foram descritas, porque são as áreas que mais genericamente abrangem maior número de produtores e mais expectantes na sua qualidade dos seus desempenhos, no rendimento das suas explorações, até nos aspectos ambientais que a sua actividade provoca e, portanto, maior relevância.

Sendo assim, parece-nos que, num quadro destes, não se adequa esta Proposta de Resolução que tem em vista um entendimento mais elitista da formação num contexto de constrangimento que é criado por via da falta de co-financiamento.

É por ser este também o nosso entendimento e por pensarmos que esta é uma política correcta, face às circunstâncias actuais, que não votaremos a favor desta Proposta de Resolução, subscrevendo desta forma o plano e a política de formação agrícola que o Governo Regional traçou para 2006.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;

O Sr. Deputado Luís Paulo Alves tocou num assunto que, de facto, se é este o argumento para rejeitar a proposta, acho que evidencia uma má estratégia e uma má visão em relação ao sector.

Quando nós estamos aqui a propor um conjunto de cursos com uma outra visão, com outra abrangência em que denominamos de conhecimento dinâmico, encaixa perfeitamente em todos aqueles que por vontade frequentam os cursos e esses que o fazem são aqueles que depois dão o exemplo aos outros agricultores e são capazes de puxar esse mesmo desenvolvimento.

Se nós não conseguirmos dar este empurrão, se nós não conseguirmos dar condições para que esse grupo de agricultores, que está disposto a frequentar os cursos e que depois com a sua experiência é capaz de puxar os outros, nós estamos, de facto, a travar um desenvolvimento pelo meio da formação.

Evidentemente que o que eu digo é que não se trata de uma questão de quantidade, trata-se de uma questão de aperfeiçoamento daquilo que existe, no sentido de estabelecermos uma estratégia e norteá-la.

A formação profissional é algo que nos Açores tem que ser vista de um outro modo, primeiro começando pela extensão rural, que não tem havido, ou seja, é evidente que o Governo tem anunciado várias vezes a presença da extensão rural na agricultura e isto não tem acontecido.

Não vale a pena estarmos a formar agricultores se depois não há um acompanhamento no terreno, ou seja, uma formação profissional de maior proximidade no sentido de alertar para determinadas circunstâncias.

Por exemplo, eu digo-vos que no vosso plano de formação não está contemplada a biotecnologia. Devo dizer-vos que neste momento Portugal já está autorizado a plantar os organismos geneticamente modificados e só em Portugal Continental, no ano transacto, foram semeados 760 hectares de área e estou a referir-me em relação ao milho e, portanto, nós aproximamo-nos da época de sementeiras e os agricultores ainda não têm noções sobre o que é que é a biotecnologia, sobre quais é que são os malefícios dos organismos geneticamente modificados quando não manipulados convenientemente e, portanto, é este tipo de situação que vi que não está a acontecer. Relativamente ao caso da língua inglesa, esse grupo de agricultores que tem dinamismo, que é capaz de aumentar as suas explorações em dimensão económica, parcelar e administrativa, está disposto a aprender.

Portanto, nós não podemos ter a formação profissional só como algo que reage às necessidades actuais, mas também temos que ver que a formação profissional é uma grande estratégia do desenvolvimento e que tem que ser utilizada na agricultura, potencializando o exemplo de uns agricultores em relação aos outros e dou-vos um exemplo concreto: em 2004, estava eu em outras funções, nós fizemos uma experiência em relação aos cursos de emparelhamento e aos cursos de manejaadores, algo inovador na Região e a inovação é fundamental para que haja imaginação e diversificação de rendimentos nos vários sítios que assisto.

Portanto, estes dois cursos foram participados quebrando todas as expectativas por cerca de 250 agricultores que pediram mais e nós propusemos à tutela que estes cursos fossem incorporados no Plano de 2005 e não foram.

Fomos nós que demos os primeiros passos em relação aos cursos de informática e os agricultores queriam, além de acender e fechar o computador, outros níveis e isso não está a acontecer.

É este tipo de inovação, é este tipo de estratégia, é essa forma de puxar e contribuir para o desenvolvimento da agricultura, utilizando a formação, perante aqueles agricultores mais versáteis, aqueles agricultores que têm vontade de crescer, que não

está a ser efectuado e esta proposta é neste sentido. Evidentemente que não se refere à quantidade dos cursos, porque quantidade há, de facto, em abundância e isso não crítico.

Aliás, eu não compreendo é como se vai manter esta quantidade se o orçamento para 2006 é reduzido a metade e daí uma grande dúvida, mas esta avaliação só irei fazê-la no final de 2006.

Portanto, há que perceber que esta Proposta de Resolução é no sentido do aperfeiçoamento daquilo que é necessário para nortear estratégias e não só para reagir, encontrando como alvo aqueles agricultores que têm vontade de frequentar os cursos, porque evidentemente que no caso dos cursos para empresários jovens agricultores, no âmbito dos projectos de investimento, esses são obrigados a frequentá-los e estão lá muito contra a sua vontade, porque esses cursos são cursos de noções gerais e não específicos para determinada área e determinada temática da agricultura.

É isto que é necessário fazer e vamos aproveitar todos aqueles que têm vontade, porque depois esta situação reflecte-se muito nos eventos públicos que se faz, como é o caso das feiras agrícolas.

Evidentemente que uma feira agrícola não serve só para mostrar ao público em geral os bens alimentares que a agricultura produz, mas também para os agricultores verem outros agricultores que estão a utilizar técnicas inovadoras e estão a produzir com qualidade, quer seja qualidade animal, quer seja qualidade em produto.

Portanto, é assim que nós vemos esta Proposta de Resolução e não encontro argumentos da vossa parte que chumbem esta Proposta de Resolução. Chumbam porque querem, como chumbaram anteriores propostas, e estão num dia de chumbar propostas. Então faça-se a vossa vontade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(*) Deputado Henrique Ventura (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Embora este assunto não esteja em discussão neste momento, não podia deixar de publicamente felicitar o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas pela

serenidade e firmeza demonstradas na mediação das negociações que decorre sobre o preço do leite.

Quero congratular-me também com a atitude responsável demonstrada pelo Governo Regional que mais uma vez se encontra ao lado dos produtores de leite ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, o que é que isto tem a ver com a Proposta de Resolução? Ninguém falou de leite!

O Orador: ... na busca de melhores soluções para o excesso da produção, muito embora, como todos nós sabemos, a responsabilidade não seja do próprio Governo mas de cada detentor dos direitos de produção.

Em relação ao aperfeiçoamento da formação profissional para agricultores e técnicos, eu lembrava o Sr. Deputado António Ventura, que terá dito na comissão de Economia que existiam na Região muitos e bons cursos e que em relação aos cursos de informática este deviam avançar para um nível superior e não só o básico.

Em conclusão o senhor defende que o Governo Regional deve implementar cursos de formação não só para uma gama média de agricultores, mas também para uma elite.

Realmente foi o senhor que, primeiro que todos nós, falou numa elite de lavradores.

Eu recordo, Sr. Deputado, os constrangimentos e as dificuldades financeiras que a nossa Região tem, atendendo a que estamos num interregno de financiamento da comunidade e, portanto, entre optar por uma formação profissional para a generalidade dos produtores, onde alguns deles ainda continuam a ter dificuldades na classificação do leite, nomeadamente na existência de células somáticas, na existência de micro-organismos a mais no leite, penso que o Governo Regional, a nosso ver e bem, optou, em detrimento da formação dessa elite, pela generalidade dos nossos lavradores.

Se estamos a falar duma elite de lavradores, lembrava-lhe que, naturalmente, eles podem fazer o seu aperfeiçoamento profissional a expensas próprias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi novamente a palavra apenas para esclarecer definitivamente algumas questões que me parecem estar na base da dúvida eventualmente existente na Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A formação profissional, como já disse, e tenho que dizer várias vezes para perceberem, visa acrescentar o saber necessário para melhorar os desempenhos e ocupações profissionais.

Quando aqui se propõe acções dentro dos programas de formação profissional, sobre biotecnologia, associativismo, cooperativismo e aulas de inglês, devemos estar equivocados nalguma coisa ou então os senhores não conhecem o conteúdo temático dos vários cursos de formação que têm sido desenvolvidos na Região, onde quase todos eles têm módulos sobre associativismo, cooperativismo e até sobre a biotecnologia.

O que eventualmente está em causa é uma confusão sobre o que é formação profissional, que não é nem pretende ser, nem substitui o ensino oficial. A formação profissional não é ensino oficial.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. é Srs. Membros do Governo:

O que está aqui em causa, do nosso ponto de vista, é uma questão de opções. Para nós é muito mais impactante e serve muito melhor os interesses dos agricultores neste momento acções de formação sobre fertilizantes de solos ou fertilidade, do que o inglês. Serve muito melhor aos agricultores as acções de formação sobre forragem, é muito mais impactante sobre o ambiente e seus rendimentos, do que utilização de energias alternativas, ou curso de formação sobre sanidade animal, porque é disso que eles tiram o seu rendimento, do que os cursos de biotecnologia.

Portanto, quando não é necessário escolher, pode-se ser mais ambicioso, pode-se andar mais longe, mas quando há restrições quem gere tem que fazer opções e fazer opções perante situações tão diversas quantas aqui citei, as acções correctas são aquelas que foram tomadas e é por isso que não subscrevemos o que aqui foi apresentado.

É evidente que as temáticas que foram apresentadas são de interesse para a agricultura em geral e, portanto, esse mérito é vosso e está incluso na vossa Proposta de Resolução, mas não é praticável nas condições actuais, não é praticável no plano de formação para 2006.

Este plano foi apresentado no dia 26 de Novembro e o Orçamento para o ano que vem foi aprovado aqui no plenário do dia 15 e na altura em que é feita a proposta já se conheciam os constrangimentos e se nos estão a pedir para fazer determinadas acções em detrimento de outras, temos que tirar algumas das que estão programadas e vamos retirar precisamente aquelas que têm maior impacto no rendimento dos produtores e na qualidade do seu desempenho. Isso nós não fazemos e por isso votamos contra a vossa proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O nosso povo costuma dizer que “quem não sabe é como quem não vê” e, portanto, eu diria que quem não consegue ver o conteúdo e o alcance desta proposta também sabe pouco.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O que eu quero dizer com isto é o seguinte:

Sr. Deputado Henrique Ventura, aquilo que eu disse na Comissão, e já disse também aqui desta bancada, foi exactamente o mesmo. Não sei se o senhor percebeu, mas uma das estratégias de desenvolvimento passa por utilizar o dinamismo dos agricultores e, portanto, há que focalizar alguns cursos no sentido de aproveitar a inteligência e a imaginação desses mesmos agricultores, e reunindo esses dois aspectos, consegue-se ter diversificação produtiva na agricultura, porque há agricultores interessados, há agricultores que gostam da agricultura e não procuram outra oportunidade de rendimento.

Esta é uma estratégia e é este o conteúdo e o alcance desta Proposta de Resolução.

Como o senhor sabe, nós na agricultura açoriana caminhamos para a bipolarização desta mesma agricultura em que teremos uma agricultura de monofuncionalidade, ou

seja, de rendimento directo, e uma agricultura onde a pluriactividade é necessária como plurirendimento, isto é: a etrogeneidade da nossa agricultura é um trunfo.

Se nós aplicarmos este plano da formação, aproveitando esse mesmo dinamismo, estamos a promover a pluriactividade na agricultura e a manter os agricultores nesta actividade e não são forçosamente obrigados a sair.

O senhor sabe que ao longo dos anos o número de produtores tem diminuído em detrimento da quantidade por produtor e esse aspecto leva a que os próprios produtores tenham empreendedorismo, ou seja, sejam mais do que simples produtores e sejam também comerciantes. Aliás, um dos grandes desafios da actualidade é aproximar os produtores da cadeia de comercialização, porque os retornos que ficam da comercialização nos elos intermédios se forem depositados na produção é um ganho acrescido.

Nós sabemos que os preços diminuem a nível mundial. A globalização é cada vez mais agressiva e selvagem. Somos invadidos por produtos.

Nós temos a nossa especificidade como trunfo para concorrer e é este o conteúdo.

O Sr. Deputado disse que havia restrições orçamentais. Eu nunca falei em quantidade, mas neste momento falo em relação à qualidade e o inglês para os agricultores mais versáteis e a biotecnologia são exemplos de qualidade.

O Sr. Deputado sabe quais são os malefícios para o meio ambiente e para a saúde pública do uso descontrolado desta ferramenta genética da biologia que é a biotecnologia?

Ora bem, se isto não descer ao nível básico, ao nível dos produtores, evidentemente que isso vai ser algo descontrolado e depois entra-se num processo de “bola de neve” sem retorno, com bastantes prejuízos. Este curso não está contemplado no vosso plano de formação.

Não basta dar noções gerais nos cursos de empresários agrícolas.

Depois temos a deficiência que é, para além desses cursos profissionais, não haver neste momento, que eu saiba, cursos técnico-profissionais de agricultura.

Acabaram os cursos e para este ano de 2006 não está previsto nenhum nas escolas profissionais existentes e, portanto, a carência mantém-se.

Aliado a tudo isto existe a carência dos técnicos. Não basta dar cursos a técnicos, é preciso é dar um curso a um técnico que saiba aproximar-se do agricultor, transmitir de forma simples e directa aquilo que é necessário transmitir, de modo a que o agricultor aceite este tipo de informação e de conhecimento e não ache como uma repulsa, porque há uma grande aversão dos agricultores em relação ao conhecimento codificado que recebem.

Portanto, isto tem que ser descodificado, tem de ser feito, actuando de uma maneira simples, perceptível e rápida.

Muito obrigado.

Presidente: Creio que estamos em condições de votar esta Proposta de Resolução sobre formação agrícola, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Passamos agora ao **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução**, que me parece ser mais uma deliberação da Assembleia, que “**resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da apresentação de um relatório donde constem as medidas já implementadas e das que visam prosseguir tendo em vista o aproveitamento dos recursos eólicos dos Açores com vista à produção de energia**”, apresentada pela Representação Parlamentar do CDS/PP.

Como já disse, isto configura mais uma deliberação e sendo assim penso que este pedido de urgência se torna dispiciendo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho, talvez, para interpelar a mesa sobre esta matéria.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Embora não seja o proponente desta Proposta de Resolução, nós vimo-la na conferência de líderes e, se bem me lembro, o conteúdo da Resolução implica que a

comissão respectiva, neste caso a Comissão de Economia estude a questão relacionada com a energia eólica.

Pelo que percebi o entendimento do Sr. Presidente é de que se deve tratar de uma deliberação, mas eu pergunto: como é que se vai denominar o resultado que sair do trabalho da comissão, atendendo ao objecto que é externo a esta Assembleia?

Presidente: Isto não baixou à comissão.

Sr. Deputado, nós íamos entrar agora era no pedido de urgência e há um entendimento, com alguma base regimental, que quando se atribui a uma comissão um trabalho não tem necessariamente que ter a forma de resolução. Isto não foi referido na conferência. Apenas estou a dizer isto agora ao plenário.

Sendo uma deliberação da Assembleia passava-se de imediato ao debate esquecia-se o pedido de urgência.

Penso que a fórmula que já foi usada várias vezes foi a de deliberação.

Eu não estou a criar nenhum problema. Se entenderem que deve ser uma resolução, não há nenhum problema.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu penso que é esse o entendimento da conferência de líderes e não estou a ver bem a razão da alteração.

Presidente: Com certeza. Eu estava a tentar fazer outra interpretação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em penso que a urgência talvez fosse dispensável, mas retirando o pedido de urgência penso que o resultado final ia ser o mesmo. Pese embora a minha juventude nestas funções e que eu reconheço, no Regimento não encontrei nada que me dissesse o contrário de fazer aqui uma Proposta de Resolução e como não houve nenhuma objecção na conferência de líderes eu deduzi que, nos termos regimentais, isto podia perfeitamente ser apresentado como uma Proposta de Resolução.

Posteriormente fui informado pelo Deputado Bolieiro de que haveria aqui algum entendimento que eu, sinceramente, não tinha conhecimento e como não tinha, e na conferência de líderes não houve nenhum problema, obviamente, ficou Proposta de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente. Não há nenhuma dificuldade por isso.

Vamos tratar o documento como Proposta de Resolução e vamos debater o pedido de urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como disse há bocado a urgência talvez fosse dispensável, agora o pedido de dispensa de exame em comissão justifica-se, porque a comissão não ia estudar se havia de recomendar que se fizesse um estudo e, portanto, só nessa perspectiva é que se justifica a dispensa de exame em comissão.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (Indep): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não sendo proponente, embora a sigla me seja familiar, gostaria de dar o meu contributo nesta matéria.

Não pode haver deliberações no período que estamos a tratar, diz o artigo 93º, e essa forma não podia ser usada aqui, excepto para o caso de votos que é o que refere a a) do artigo 71º.

O que acontece neste caso e já aconteceu, por exemplo, com uma Proposta de Resolução, da qual fui proponente, sobre a doença Machado Joseph, é sempre votado o pedido de urgência, porque senão teria que ir à comissão para decidir se a proposta voltaria aqui ou não. É este o entendimento jurídico disto.

Portanto, a comissão teria de analisar primeiro e depois o plenário é que deliberava delegar na comissão essa competência.

Julgo que isto é claro no Regimento e tem sido essa a prática.

Presidente: Isto pode ser tratado numa conferência de líderes e não vamos agora criar problemas, mas a minha preocupação é que há uma resolução que diz: a Comissão de Economia faz este trabalho, mas se o pedido de urgência não for aprovado, vai baixar à Comissão de Economia para dar parecer sobre ela própria fazer um trabalho e ela diz que não quer fazer o trabalho. É sobre isto que há aqui qualquer coisa de complexo que me fez levantar este problema. Era isto que eu queria deixar expresso.

Não havendo mais ninguém para intervir sobre esta matéria, vamos votar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à **Proposta de Resolução - “resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da apresentação de um relatório donde constem as medidas já implementadas e das que visam prosseguir tendo em vista o aproveitamento dos recursos eólicos dos Açores com vista à produção de energia”**.

Está aberto o debate sobre esta Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A energia dos ventos é uma abundante fonte de energia renovável, limpa e disponível em todos os lugares.

A utilização desta fonte energética para geração de electricidade, em escala comercial, teve início há pouco mais de 30 anos e através de conhecimentos da energia aeronáutica os equipamentos para a sua produção evoluíram rapidamente em termos de ideias e conceitos preliminares para produtos de alta tecnologia.

O aumento do conhecimento e o avanço do crescimento tecnológico permitem hoje produzir equipamentos para transformação da força do vento em energia, cada vez mais baratos, com maior capacidade de produção e isentos ou redutores dos inconvenientes que moderaram o recurso a esta fonte de energia, para a produção com dimensão industrial, nas últimas décadas. É assim que hoje muitos países projectam um aumento percentual elevadíssimo da quota da energia eólica na produção global, visando mesmo satisfazer as necessidades totais de agregados populacionais mais reduzidos.

Na Dinamarca, a contribuição da energia eólica é de 12% da energia eléctrica total produzida.

No norte da Alemanha a contribuição eólica já ultrapassou os 16% e a União Europeia tem como meta gerar, a partir do vento, 10% de toda a electricidade, até 2030.

Bem recentemente o Primeiro-ministro José Sócrates anunciou a intenção do Governo Português de investir fortemente nesta área em energia eólica, projectando para 2010 o aumento para o triplo da capacidade instalada actualmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, ao que se sabe, a primeira experiência de aproveitamento da energia eólica terá ocorrido no ano de 1988, na Ilha de Santa Maria, a que se seguiram experiências noutras ilhas. Ao que parece, presentemente, alguns parques eólicos já terão uma contribuição para a produção industrial.

Os Açores são uma região com características peculiares e a força dos ventos, particularmente em algumas ilhas, acarreta alguns tipos de dificuldades, mas também pode constituir uma potencialidade.

Conhecer bem, tomar em conta e transformar em factores positivos as circunstâncias que nos rodeiam, deve ser uma vocação e é uma das capacidades do sistema de governo próprio.

A Ilha das Flores é conhecida por ser uma daquelas que é fortemente afectada pelos ventos, o que lhe traz dificuldades, nomeadamente nas ligações aéreas, mas a força do vento já começou a ser ali convertida em factor positivo, com a instalação de geradores eólicos que contribuem para a produção industrial. Tratando-se de uma ilha onde existe um grande aproveitamento de energia hídrica, estaremos em presença de uma parcela do nosso território onde, ao que se julga saber, os responsáveis pelo sector de energia chegaram a projectar tornar como inteiramente abastecida por energias renováveis e não poluentes, o que constituiria um belo exemplo da capacidade regional, digno de ser exibido a nível europeu.

Nos dias de hoje não só se impõe procurar fontes de energia renováveis, como existe a necessidade de escapar à subida constante e incontrolada dos preços do petróleo, como é indispensável reduzir a dependência externa, principalmente por parte dos países não produtores, ao que acresce a crescente preocupação com a defesa do

ambiente e a redução dos motivos que levam à assustadora poluição do nosso planeta, com todo um rol de consequências funestas e algumas irreparáveis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Programa do IX Governo Regional aponta como objectivo o recurso crescente a energias renováveis e a diminuição dos consumos de energias poluentes e considera que importa reforçar o aproveitamento dos nossos recursos energéticos endógenos e renováveis visando prosseguir com a política de construção e ampliação de parques eólicos.

O que o CDS/PP agora propõe, porque também consideramos o aproveitamento crescente da energia eólica como um objectivo justo e importante, é que uma Comissão desta Assembleia faça um levantamento de todos os objectivos que nesta área estão traçados para a presente legislatura, da forma como estão a ser prosseguidos, ouvindo os departamentos, serviços ou empresas de molde a permitir tirar as necessárias conclusões.

É por isso, Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, que acreditamos que a nossa proposta pode merecer a aprovação de todos.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão** (*Indep.*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É para manifestar apoio a esta proposta que traça a importância de um sector fundamental que é o aproveitamento de energia nos Açores e que possibilita fazer um estudo aprofundado desta matéria, envolvendo todos aqueles que com ela lidam, sendo que é uma área de futuro e que muito pode continuar a contribuir para o desenvolvimento dos Açores, sendo que a energia é um dos sectores fundamentais na nossa economia.

Há pouco citei um artigo que é de outro período que não este e, se me é permitido, quero pedir uma ligeira desculpa por isso. Quando se dizem coisas que não são correctas, acho que também devemos dizê-lo.

Quero lembrar que há, já de algum tempo, uma deliberação da conferência de líderes no sentido de que quando são resoluções internas elas são feitas nos termos dessa

deliberação e não do Regimento, à semelhança da deliberação que é feita quando se encerra o plenário em que não há um pedido de urgência.

Portanto, quero manifestar aqui todo o meu apoio à proposta agora apresentada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunga, aliás, conforme se viu pela intervenção do Sr. Deputado Artur Lima e pela citação que é feita do Programa do IX Governo Regional, do objectivo de alargar progressivamente o uso de energias renováveis entre nós, sendo também útil lembrar que já somos a região do país, em termos relativos, que mais tem contribuído para a produção global das energias alternativas ou renováveis.

Nessa medida vamos votar favoravelmente a Proposta de Resolução, apresentada pelo CDS/PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, Grupo Parlamentar do PSD, avaliámos com interesse esta iniciativa do CDS/PP e fundamentámos esse nosso interesse e apoio ao facto do mundo, de certo modo, ter estado distraído durante o fim da década de 80 e da década de 90. Isto porquê? Porque o preço do petróleo, na altura, era muito baixo e quaisquer investimentos em energias renováveis, em termos de viabilidade económica, era sempre muito complicado de se atingir.

Com a escalada dos preços do petróleo nós entendemos, e os Açores têm dado um contributo nesse sentido, que o caminho é claramente de opção vigorosa, no sentido de nos aproximarmos dos países mais desenvolvidos no uso e na utilização das energias renováveis.

A nossa dependência energética do exterior ainda é muito grande.

A geotermia tem, naturalmente, dado um contributo muito interessante para diminuir essa nossa dependência, mas a acrescentar a isso há ainda um factor que não deve ser descurado, nomeadamente as limitações às emissões de CO2 que estão neste

momento já em vigor por via da aceitação e da assinatura do Acordo de Quioto por parte de Portugal.

Neste momento já existem duas empresas nos Açores que já têm essas limitações de emissão de CO₂, têm obrigações na redução dessas emissões.

Nós sabemos que a energia eólica não faz diminuir o esforço de investimento nas energias convencionais dependentes, utilizando como matéria-prima o petróleo, porque em situações em que não haveria vento teria sempre que haver equipamentos alternativos que garantissem o abastecimento dos sistemas electro-produtores.

Sem dúvida que as energias renováveis, não evitando os investimentos de energias convencionais, fazem com que a utilização da matéria-prima, ou seja, o funcionamento desses grupos geradores por produtos derivados do petróleo possa, por essa via ser reduzida, reduzindo as emissões de CO₂.

Por isso mesmo e por tudo o que também já foi dito aqui nesta Assembleia pelos colegas das outras bancadas, julgo que é importante nós podermos, através desse trabalho que a Comissão de Economia vai certamente com gosto realizar - já vejo a cara de contente do Sr. Presidente da Comissão - ajudar a capacitar-nos todos no sentido de também ser através desta Assembleia que possamos incentivar cada vez mais a utilização de energias renováveis.

Obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Faltam ainda 6 minutos para a nossa hora regimental. Vamos continuar com o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão para o **Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Regulamento das insígnias honoríficas açorianas”**.

Eu posso informar a câmara que já foi aprovado o decreto legislativo sobre as insígnias açorianas e trata-se agora tão só de aprovar o respectivo regulamento para se poder concretizar o decreto legislativo regional.

Está à discussão o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao **Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Regulamento das insígnias honoríficas açorianas”**.

Está aberto o debate sobre este diploma.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar na generalidade este Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a especialidade não há propostas de alteração.

Também quero informar que o diploma foi subscrito por todas as bancadas.

Não havendo intervenções na especialidade, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, na especialidade por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional, na especialidade, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma que regulamenta o decreto legislativo relativo às insígnias honoríficas açorianas, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global o Projecto de Decreto Legislativo Regional - regulamento das insígnias açorianas, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ainda faltam 4 minutos.

Vamos passar a mais um pedido de urgência e dispensa de Exame em comissão para o **Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Orientações de Médio Prazo para 2005/2008”**.

Trata-se em última análise numa rectificação. Como se recordam houve um erro na publicação das Orientações de Médio Prazo. Tratava-se de um erro de um mapa e houve alguma celeuma sobre esta matéria e é isso que vamos agora corrigir.

Está à discussão o pedido de urgência.

(Pausa)

Não intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao **Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Orientações de Médio Prazo para 2005/2008”**.

Está aberto o debate sobre este diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O presente Projecto de Decreto Legislativo Regional surge na sequência da intervenção do Grupo Parlamentar do PSD que detectou que as Orientações de Médio Prazo publicadas não eram as mesmas que tinham sido aprovadas nesta casa e não é uma diferença qualquer. Não era uma mera diferença de um número, um mero erro informático como se tentou fazer crer, mas uma diferença de grande dimensão, de 390 milhões de euros ao nível do investimento, o que corresponde a 85 milhões de euros ao nível do Plano.

Esta é uma grande diferença que põe em causa a credibilidade de documentos com a importância das Orientações de Médio Prazo, põe em causa a credibilidade de quem

aprovou o diploma e perante os cidadãos que se regem pelos diplomas que são publicados no Diário da República e no Jornal Oficial.

O que é certo é que aquilo que foi aqui aprovado não foi o mesmo que foi publicado. Nunca se vai saber, se calhar, o que é que esteve na base de tão grande diferença. O que é certo e o que se sabe é que aquilo que foi aprovado nesta casa, foi desrespeitado na medida em que se pôs em causa essa decisão da Assembleia e esse desrespeito surgiu da parte do Governo Regional. Faço lembrar que o próprio site do DREPA, departamento tutelado pela vice-presidência e que tem a responsabilidade de acompanhar a execução do Plano, manteve aquilo que não foi aprovado nesta casa, o que tem a sua gravidade e merece uma censura parlamentar.

O Grupo Parlamentar do PSD, que detectou esta matéria, volta aqui a fazer referência à importância de que não se voltem a cometer estes lapsos que põem em causa, como dizia, a credibilidade dos documentos.

Gostaria também aqui de fazer um alerta do desagrado do Grupo Parlamentar do PSD perante declarações do Sr. Presidente da Assembleia que, quando confrontado com a situação pôs em causa que o PSD estava a inventar alguma coisa e que estava tudo bem, mas o que é certo é que aquilo que o Grupo Parlamentar do PSD detectou resulta fundamentalmente de duas coisas: resulta do trabalho dos Srs. Deputados e dos Srs. Adjuntos, trabalho sério que detectaram um problema que se não fosse detectado pelo PSD continuaria pelo tempo fora, suspeitando-se daquilo que foi aprovado na Assembleia e, para além do trabalho sério que foi feito, resulta do sentido de responsabilidade do Grupo Parlamentar do PSD, o que, pelos vistos, não aconteceu por parte do Grupo Parlamentar do PS ou do próprio Governo Regional, de que a verdade prevaleça sempre e no caso concreto aquilo que foi aprovado pela Assembleia seja o publicado.

É com todos estes pressupostos que o Grupo Parlamentar do PSD irá votar a favor do presente Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sra. E Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Quem ouviu esta intervenção e não conhece o assunto pensa que estamos perante um grave problema e uma grave questão.

Deputada Maria José Duarte (PSD): E não estamos?

Deputado Clélio Meneses (PSD): 390 milhões de euros!

O Orador: Conforme foram as conclusões das Jornadas Parlamentares eu começo por dizer: se as conclusões da Jornadas Parlamentares do PSD são as que vêm na comunicação social, estamos muito bem.

Vamos colocar as coisas no seu devido sítio.

O que nós estamos a falar é dum quadro anexo, meramente informativo que, é bom esclarecer, foi correctamente apresentado pelo Governo nesta Assembleia, ...

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

O Orador: ... foi correctamente apresentado e votado nesta Assembleia e depois no âmbito da Comissão, quando passou para comunicação, houve um mero erro e a questão era tão importante e tão fundamental que ninguém pura e simplesmente reparou.

Aliás, na página anterior os valores estavam exactamente certos.

Agora, o que é importante clarificar é que o Governo apresentou os documentos correctos e os documentos discutidos e votados nesta Assembleia foram correctos e quando foram publicados houve um erro de publicação num quadro referente a anos seguintes, dum mapa meramente indicativo.

O que estamos aqui a discutir é apenas um erro de publicação, provavelmente dos serviços da Assembleia, mas não há nenhum problema, porque errar é humano, sem qualquer impacto do ponto de vista orçamental, sem qualquer impacto do ponto de vista de quadros e de execução de qualquer orçamento e, portanto, daí até dizerem que há uma diferença ou desvio de 475 milhões de euros...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ninguém disse isso. Eu disse 390. Não ouviu o que eu disse.

O Orador: Está aqui. São as declarações das conclusões das vossas jornadas parlamentares. Não diga que é mentira, porque está aqui.

Isto não interessa e acho que esta casa tem coisas bem mais importantes e fundamentais do que andar aqui com *fait divers* e com coisas que, desculpem que o diga, não passam de uma brincadeira.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos entender-nos sobre uma matéria, para ver esta casa nesta boa paz institucional, e que é a seguinte:

Srs. Deputados, a mania da perseguição é doença e é grave.

Portanto, assentando esta realidade vamos ver o que foi que se passou aqui e que me parece que é simples: não tem mistério nem conspiração nenhuma.

Esta Assembleia, através dos seus respectivos órgãos, publicou um mapa com números errados, através da respectiva Comissão Permanente, em razão da matéria, que é a Comissão de Economia, dentro da Comissão da Economia, se quisermos ir apurar as responsabilidades em termos institucionais, ao seu presidente e à sua mesa que, como é costume, acho que também tem um senhor deputado do PSD e muito bem.

É evidente que também nestas coisas, como em todas, a responsabilidade dos erros é sempre de quem trabalha, porque, como sabemos, quem não trabalha também não erra e, portanto, foi isto que se passou, isto para não entrarmos na discussão já um pouco ridícula

Se, porventura, numa questão de bom relacionamento institucional e de trabalho, a Comissão entendeu por bem, porque podia não ter entendido e fazia o seu trabalhinho como bem entendesse, pedir a colaboração técnica a um departamento do Governo Regional - isso obviamente não dispensava a Comissão de analisar esses números - e a partir do momento em que pede colaboração, não se verificando, também corre risco.

Agora, fazer de uma coisa simples, de uma coisa que pode ocorrer, de uma coisa que ocorreu e que toda a gente admite, uma teoria da conspiração, não só é um pouco grave como é também ridículo.

Sras. e Srs. Deputados, vamos pôr a coisas no valor que elas têm.

Há um erro? Há. Vamos corrigi-lo.

Presidente: Srs. Deputados, eu queria só dizer o seguinte: nós já ultrapassámos o nosso tempo regimental e se é para iniciarmos um debate sobre esta matéria, fica para amanhã.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar ser breve.

Sr. Deputado Francisco Coelho, obviamente não é uma questão descabida e de conspiração.

O que é certo é que há um documento que é fundamental e que o senhor depreendeu agora que é um anexo, ao qual não é atribuído grande importância, é a opinião de quem a emite.

É um documento fundamental para qualquer actividade, para qualquer empresa, para qualquer sector perspectivar o que é que podem ser os Açores nos próximos 4 anos. É isso que são as Orientações de Médio Prazo.

A partir do momento em que se pega no Diário da República, que é onde deveria constar o diploma tal qual tinha sido aprovado, e se vê que há uma diferença de 390 milhões de euros, há sectores empresariais que desenvolveram estudos com base nestes números, perspectivaram uma determinada actividade que afinal de contas não tem nada a ver com aqueles valores.

Não há obrigação nenhuma, mas o que é certo é que houve desleixo e vou dizer como já disse na Comissão. Se o Sr. Deputado José do Rego quis assumir o problema todo para si, o problema é dele. O problema também foi que o enviou para o DREPA, entidade responsável pelo acompanhamento do Plano, que, por acaso, nem sequer se apercebeu que havia uma divergência de 390 milhões de euros. No mínimo é desleixo, é estranho e os agentes económicos ficaram, pelo menos durante

um determinado período, de Maio até Novembro, data em que o problema foi detectado na base de um valor inferior, em termos de investimento na Região, a 390 milhões de euros, ou seja, 80 milhões de contos, o que é muito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero reafirmar aqui mais uma vez, para quem não está dentro do assunto não tirar conclusões erradas, que não foi retirado das Orientação a Médio Prazo 375 milhões de euros.

Nas dezenas e dezenas de quadros daquele documento está tudo certo e foi apenas num quadro é que houve esse engano de transcrição. Esse quadro não está coerente com todos os outros quadros.

Os senhores não podem tirar conclusões de que isso foi retirado das Orientações a Médio Prazo, porque foi apenas num quadro entre dezenas e dezenas de quadros que lá estão.

Portanto, os agentes económicos e toda a gente que tivesse visto, via que apenas esse quadro é que estava errado e que todos os outros estavam certos. É pura e simplesmente isso.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): É um quadro resumo. É o quadro que mais interessa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não queria prolongar o debate, mas perante tanto sentido de irresponsabilidade e levandade não podemos ficar calados.

Em qualquer parte do mundo, em qualquer região do mundo há um documento estratégico que planeia a médio prazo o desenvolvimento de uma determinada região, comunidade ou país e só nos Açores é que parece que isso não tem importância. Infelizmente isto é dito por quem tem a responsabilidade de acompanhar o Plano dos Açores. Isto é uma coisa inconcebível.

Penso que não cabe na cabeça de ninguém um erro desses e o erro é relativo ao principal quadro, ao quadro resumo.

Que os Srs. Deputados desconheçam, que não saibam do que é que falam, que não saibam o que é que dizem e mandam uma bocas, eu até percebo, agora o Sr. Vice-Presidente do Governo, que tem a responsabilidade do Plano, vir com essa leviandade dizer que não tem problema nenhum, que o documento definidor da estratégia dos Açores para os próximos quatro anos tem um erro de 390 milhões de euros e está tudo bem, isto é motivo de grande preocupação, sobretudo quando são os empresários, são os agentes sócio-económicos dos Açores que vão àquele mapa para definirem a orientação, a estratégia dos seus investimentos. Essas pessoas viveram enganadas todo este tempo e o senhor diz que está tudo bem.

O PSD detectou o problema e com sentido de responsabilidade trouxe-o à Assembleia.

Que os senhores não tenham a noção da gravidade e se riam disto eu até percebo, porque quando eu vim para aqui nunca imaginei que alguém se risse duma coisa tanto séria, até começo a perceber por aquilo que se tem passado nos últimos tempos nos Açores e nesta Assembleia, agora nós temos o sentido de responsabilidade e vamos continuar a ter sempre, trazendo a esta casa todos os assuntos que têm a ver com o futuro dos açorianos e a planificação do futuro dos Açores nos próximos quatro anos é, na nossa opinião, um assunto importante.

Isto não é a gestão de um qualquer clube de futebol ou a gestão de uma câmara municipal. Isto é a gestão dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Permitam-me, como Presidente da Assembleia, pedir alguma moderação neste debate, porque já se fala em desleixo, já se fala em irresponsabilidade, fala-se em leviandade. Por este caminho vamos falar em muitas mais coisas e isto envolve a própria Assembleia e nós temos que nos respeitar a nós próprios e eu sou o primeiro a procurar isso.

Relativamente àquilo que disse, eu tenho falado de boa fé e na minha opinião trata-se de um erro dum mapa e, portanto, é isso que estamos a tratar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como membro da Comissão de Economia parece-me perfeitamente patético que a respeito de uma gralha se levante uma situação desta índole.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E isto pode dizer-se?!

O Orador: Eu passo a explicar.

As conclusões das Jornadas Parlamentares do PSD, isso, sim, parecem-me graves.

Levantaram uma séria suspeição que se passava na Região uma intentona financeira por parte do Governo ou que andávamos perante algumas forças ocultas que pretendiam subverter a democracia parlamentar, traduzindo em mapas coisas diferentes daquelas que tinham sido aprovadas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Até prova em contrário.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Que raio de conversa é essa? Até prova em contrário é tudo culpado?

O Orador: Como membro da Comissão de Economia eu rejeito totalmente este tipo de insinuações e apelo a maior contenção em declarações deste tipo que envolvam os órgãos desta casa.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais ninguém inscrito, vamos votar, na generalidade, este Projecto de Decreto Legislativo Regional que altera o mapa a que se refere o artigo 1º, (Quadro global do financiamento da Administração Pública Regional), anexo ao diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Na especialidade há apenas dois artigos que vou pôr à votação em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam com estes dois artigos, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na especialidade, os artigos referidos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pedia aos senhores líderes parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência para se acercarem aqui da mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que é um **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão para a Proposta de Resolução - “Altera o artigo 5º. da Resolução nº 4/2004/A, de 8 de Dezembro”**.

Está à discussão o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à discussão e votação da **Proposta de Resolução - “Altera o artigo 5º. da Resolução nº 4/2004/A, de 8 de Dezembro”**.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Finalmente vamos votar uma **Proposta de Deliberação declarando findo o período legislativo de Janeiro**, apresentada pela mesa.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite, Srs. Deputados.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 15 minutos)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

José Gabriel Freitas Eduardo

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Osório Meneses da Silva

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos Reis

Mark Silveira Marques

Deputado Independente

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Nuno André da Costa Soares Tomé

DOCUMENTO ENTRADO

Projecto de Decreto Legislativo Regional

A salvaguarda de diversos *habitats* naturais marinhos com valor para conservação, a necessidade de ordenar e controlar a crescente exploração das zonas marinhas do arquipélago dos Açores de forma a prevenir a degradação dos recursos que aí se concentram, compatibilizando a conservação do património natural com actividades humanas que beneficiem o desenvolvimento local, constituem objectivos de interesse público que justificam o incremento de medidas de protecção;

Atendendo a que a preservação dos diversos níveis e componentes naturais da biodiversidade, como vector de uma política de desenvolvimento sustentável, tem adquirido ao longo dos últimos anos, uma importância primordial às escalas regional, nacional e internacional em áreas consideradas de menos prioridade, que, se encontravam subtraídas ao conhecimento científico;

Considerando que a criação de áreas protegidas regionais abrangendo áreas marinhas, como instrumento que garanta a preservação dos recursos naturais, tem sido progressivamente desenvolvida na Região Autónoma dos Açores, numa perspectiva de gestão integrada de áreas particularmente sensíveis e dos seus ecossistemas;

Considerando que as fontes hidrotermais suportam comunidades únicas, com elevadas taxas de produtividade e biomassa, a partir de uma cadeia alimentar baseada em produtores primários (bactérias quimio-autotróficas) que transformam o carbono inorgânico em orgânico, utilizando energia de origem geotérmica, presente nos fluidos hidrotermais, num processo alternativo à energia solar e à fotossíntese;

Atendendo a que estes campos hidrotermais apresentam uma composição e densidade de espécies endémicas, que incluem bactérias quimio-autotróficas, mexilhões, poliquetas e camarões da família *Bresilidae* e a que se associam diversos

outros invertebrados e vertebrados tais como lapas, caranguejos, cefalópodes e peixes de profundidade;

Considerando que as elevações submarinas isoladas ou em cadeia, normalmente designadas por bancos submarinos, montes submarinos, pináculos ou agulhas, constituem habitats únicos no ecossistema oceânico em geral, suportando comunidades marinhas demersais e pelágicas com uma biodiversidade e produtividade ímpares, ainda mal conhecidas, mas progressivamente sob a atenção de cientistas, organizações internacionais e responsáveis políticos.

Considerando que os Açores albergam um grande número de elevações submarinas no contexto do Atlântico Norte, a que corresponde uma grande diversidade de formas, tamanhos, graus de isolamento e profundidade dos cumes, constituindo-se como habitats ímpares no contexto Europeu tanto pela sua quantidade como pela suas características e localização;

Atendendo a que estas elevações submarinas, têm uma grande importância económica para a região devido às reduzidas plataformas insulares existentes no arquipélago, e albergam também comunidades importantes de espécies de grande valor natural mas de grande vulnerabilidade como os corais de profundidade e outras espécies endémicas, e constituem ainda, locais preferenciais de alimentação, de refúgio, de residência, e também de apoio à dispersão de inúmeras espécies marinhas de invertebrados e vertebrados, entre as quais espécies protegidas como as tartarugas marinhas e os cetáceos;

Considerando que nos Açores, a Cordilheira Médio-Atlântica e as elevações submarinas adjacentes, constituem uma intrincada rede de interligações, onde actuam inúmeros mecanismos ecológicos complexos ainda mal conhecidos, mas essenciais à dispersão e manutenção de inúmeras populações de espécies marinhas, e assim determinantes para a manutenção da biodiversidade marinha do arquipélago e mesmo do Atlântico Norte;

Considerando a necessidade de ordenar e controlar a crescente utilização dos campos hidrotermais, bancos, montes submarinos, e ecossistemas de profundidade em geral, do arquipélago dos Açores, de forma a prevenir a sua degradação geral e, especificamente, dos recursos e valores naturais que aí se concentram, importando,

desde já acautelar a protecção das comunidades e dos habitats marinhos, assegurando a manutenção dos níveis de biodiversidade;

Considerando que o Decreto-Lei 19/93, de 23 de Janeiro, que criou o novo quadro de classificação das áreas protegidas nacionais — com as particulares tipologias e características resultantes da sua adaptação à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/93/A, de 23 de Dezembro;

Considerando ainda que o Decreto-Lei 227/98, de 17 de Julho, veio aditar ao referido Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, a possibilidade de nas áreas protegidas que abranjam meio marinho poderem ser demarcadas áreas denominadas “reservas marinhas” ou “parques marinhos”, conforme os objectivos a prosseguir, as quais se propõem assegurar a compatibilização do primado da conservação do património natural submarino com o de um uso diversificado e da utilização racional e sustentada dos recursos com a gestão dos vários interesses sócio-económicos;

Atendendo à necessidade de garantir a conservação da natureza e a promoção do aproveitamento racional dos recursos naturais e paisagísticos, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações, como disposto nas alíneas c) e d) do n.º 2 do art. 66 da Constituição da República, os diferentes valores presentes na província biogeográfica dos Açores da Dorsal Médio-Atlântica, complementares entre si ao nível de funcionamento ecológico e de representatividade, devem ser geridos de forma integrada;

Assim, a Assembleia Regional dos Açores decreta, ao abrigo do disposto no artigo 5.º e 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/93/A, de 23 de Dezembro, e nos termos do artigo 227.º da Constituição da República e de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região, o seguinte:

Artigo 1.º

Classificação

1. É classificada a Reserva Natural Regional da Dorsal Médio-Atlântica dos Açores, adiante designada Reserva Natural Regional.
2. A Reserva Natural Regional inclui uma área de reserva marinha, com uma superfície de 160.475 km², que engloba a coluna de água e os fundos subjacentes, bem como os recursos aí existentes.

Artigo 2º

Limites

1. Os limites da Reserva Natural Regional são os fixados no texto e na carta simplificada, que constituem, respectivamente os anexos I e II ao presente diploma e do qual fazem parte integrante.
2. As dúvidas eventualmente suscitadas são resolvidas pela consulta da carta náutica oficial, na escala de 1:1000000, arquivada para o efeito na direcção regional com competência em matéria de ambiente.

Artigo 3º

Objectivos específicos

Sem prejuízo do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro, são objectivos específicos do Reserva Natural Regional:

- a) Promover a conservação e valorização dos recursos naturais, desenvolvendo acções tendentes à salvaguarda das espécies marinhas endémicas ou com distribuição muito restrita nos Açores e os respectivos habitats;
- b) Promover a gestão e salvaguarda dos recursos marinhos, recorrendo a medidas adequadas que possibilitem manter os sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida que garantam a sua utilização sustentável, que preservem a biodiversidade e recuperem os recursos depauperados ou sobreexplorados;

- c) Contribuir para a ordenação e disciplina das actividades científica, turística, comercial e de exploração pesqueira, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, permitindo o desenvolvimento sustentável;
- d) Promover a implementação de uma rede consistente de áreas marinhas protegidas a nível dos Açores.
- e) Aprofundar os conhecimentos científicos sobre as comunidades insulares e marinhas.

Artigo 4º

Gestão

A Reserva Natural Regional é gerida pela direcção regional com competência em matéria de ambiente.

Artigo 5º

Órgãos

São órgãos da Reserva Natural Regional:

- a) A comissão directiva;
- b) O conselho consultivo.

Artigo 6º

Composição e funcionamento da comissão directiva

1. A comissão directiva, composta por um presidente e dois vogais, é o órgão executivo da Reserva Natural Regional.
2. A comissão directiva é nomeada pelo membro do Governo Regional com competência em matéria de ambiente, sem prejuízo dos números seguintes.
3. O presidente da comissão directiva é indicado pelo membro do Governo Regional com competência em matéria de ambiente.

4. Um dos vogais é indicado pela direcção regional com competência em matéria de pescas e o outro pelo Comando da Zona Marítima dos Açores, o qual dispõe, para o efeito, de um prazo de 60 dias após ser notificado para o fazer.
5. Na falta de indicação do vogal pelo Comando da Zona Marítima dos Açores no prazo estipulado no número anterior, o mesmo é indicado pelo membro do Governo Regional com competência em matéria de ciência e tecnologia.
6. O mandato dos titulares da comissão directiva é de três anos.
7. A comissão directiva reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu presidente, por sua iniciativa ou por solicitação de um dos vogais.
8. O presidente tem voto de qualidade.

Artigo 7º

Competência da comissão directiva

1. Compete à comissão directiva, em geral, a administração dos interesses específicos da Reserva Natural Regional, executando as medidas contidas nos instrumentos de gestão e assegurando o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor.
2. Compete, em especial, à comissão directiva:
 - a) Preparar e executar planos e programas anuais e plurianuais de gestão e investimento, submetendo-os previamente à apreciação do conselho consultivo;
 - b) Elaborar os relatórios anuais e plurianuais de actividades, bem como o relatório anual de contas de gerência, submetendo-os previamente à apreciação do conselho consultivo;
 - c) Decidir da elaboração periódica de relatórios científicos sobre o estado da Reserva Natural Regional;
 - d) Autorizar actos ou actividades condicionados na Reserva Natural Regional, tendo em atenção o Plano de Ordenamento e o seu Regulamento;
 - e) Tomar medidas administrativas de reposição previstas no Decreto-Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro e Decreto Legislativo Regional nº 21/93/A de 23 de Dezembro;

f) Ordenar a cessação de qualquer tipo de acções realizadas em violação ao disposto no presente diploma e legislação complementar.

3. Compete, em especial, ao presidente da comissão directiva:

a) Representar a Reserva Natural Regional;

b) Dirigir os serviços e o pessoal com os quais a Reserva Natural Regional seja dotada;

c) Submeter anualmente à Direcção Regional com competência em matéria de ambiente um relatório sobre o estado da Reserva Natural Regional;

d) Fiscalizar a conformidade do exercício de actividades na Reserva Natural Regional com as normas do Decreto-Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro, do Decreto Legislativo Regional nº 21/93/A de 23 de Dezembro, do presente diploma e do plano de ordenamento da Reserva Natural Regional;

e) Cobrar as receitas e autorizar as despesas para que seja competente.

4. Das deliberações da comissão directiva cabe recurso tutelar para o membro do Governo Regional com competência em matéria de ambiente.

Artigo 8º

Composição e funcionamento do conselho consultivo

1. O conselho consultivo é um órgão de natureza consultiva, constituído pelo presidente da Comissão Directiva e por um representante de cada uma das seguintes entidades:

a) Direcção Regional com competência em matéria de ciência e tecnologia;

b) Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia;

c) Direcção Regional com competência em matéria de turismo;

d) Direcção Regional com competência em matéria de pescas;

e) Inspecção Regional das Pescas;

f) Comando da Zona Marítima dos Açores;

g) Universidade dos Açores;

- h) Organizações não governamentais de ambiente, de âmbito regional, nacional ou internacional, com intervenção na área do Reserva Natural Regional, consideradas em conjunto e em sistema rotativo com mandato de um ano;
 - i) Associações ou outras organizações regionais de pescadores devidamente reconhecidas, consideradas em conjunto e em sistema rotativo com mandato de um ano;
 - j) Associações ou outras organizações regionais de armadores devidamente reconhecidas, consideradas em conjunto e em sistema rotativo com mandato de um ano;
 - l) Associações ou outras organizações regionais de actividades subaquáticas, com intervenção na área da Reserva Natural Regional, consideradas em conjunto e em sistema rotativo com mandato de um ano;
2. O conselho consultivo poderá ouvir outras entidades representativas, com intervenção na área da Reserva Natural Regional, as quais participarão nas reuniões com estatuto de observador, nos termos do regulamento interno.
3. O conselho consultivo reúne ordinariamente semestralmente e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa, ou por solicitação de, pelo menos, um terço dos seus membros.

Artigo 9º

Competência do conselho consultivo

Compete ao conselho consultivo, em geral, a apreciação das actividades desenvolvidas na Reserva Natural Regional e, em especial:

- a) Eleger o respectivo presidente e aprovar o regulamento interno de funcionamento;
- b) Apreciar as propostas de planos e os programas anuais e plurianuais de gestão e investimento;
- c) Apreciar os relatórios anuais e plurianuais de actividades, bem como o relatório anual de contas de gerência;
- d) Apreciar os relatórios sobre o estado da Reserva Natural Regional.

Artigo 10º

Interdições

1. São interditas na área da Reserva Natural Regional:

- a) A alteração à morfologia dos fundos submarinos;
- b) A captura, apanha ou detenção de exemplares de quaisquer espécies animais sujeitos a medidas de protecção, em qualquer fase do seu ciclo biológico, bem como a perturbação ou a destruição dos seus habitats;
- c) A introdução de espécies zoológicas infestantes ou não características das formações e associações naturais existentes na Reserva Natural Regional;
- d) A lavagem de tanques de embarcações, a deposição ou lançamento de dragados, inertes, lixos, detritos, entulhos ou outros resíduos sólidos;
- e) A recolha de qualquer elemento de valor arqueológico ou geológico;
- f) Utilização de artes de pesca reconhecidamente prejudiciais aos habitats marinhos, como sejam as redes de arrasto, ou cujo risco de perda e durabilidade funcional nos fundos seja muito elevado, podendo constituir um factor de mortalidade permanente de vários organismos, como sejam as redes de emalhar de profundidade.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os actos e actividades necessários à preservação, valorização e ordenamento da área protegida, bem como os efectuados com fins exclusivos de investigação científica, arqueológica ou de monitorização ambiental, os quais ficam sujeitos a autorização prévia da direcção regional com competência em matéria de ambiente.

Artigo 11º

Autorizações

Sem prejuízo dos restantes condicionalismos legais, ficam sujeitos a autorização prévia da direcção regional com competência em matéria de ambiente, os seguintes actos e actividades:

- a) A realização de eventos desportivos, nomeadamente de pesca desportiva ou de desportos náuticos motorizados;
- b) Afundamentos de embarcações no interior da área da Reserva Natural Regional;
- c) Passagem de embarcações que transportem cargas potencialmente danosas para as comunidades e habitats marinhos existentes, ou cujo risco de prejuízo ambiental e económico seja considerado elevado;
- d) Todas as embarcações que pretendam desenvolver actividades de pesca comercial na área ou outras quaisquer actividades extractivas em consonância com os objectivos de gestão do esforço de pesca da direcção regional com competência em matéria de pescas.

Artigo 12º

Contra-ordenações

1. Para além das previstas no artigo 22 do Decreto-Lei 19/93, de 23 de Janeiro, constitui contra-ordenação a prática, sem autorização, de qualquer dos actos ou actividades previstos nos artigos 10º ou 11º do presente diploma.
2. A punição, o sancionamento acessório, o processamento das contra-ordenações previstas no número anterior e a reposição da situação anterior à infracção são feitos de acordo com os nºs 2 e 3 do artigo 22º e os artigos 23º e seguintes do Decreto-Lei 19/93, de 23 de Janeiro, com as adaptações constantes dos artigos 9º e 10º do Decreto Legislativo Regional nº 21/93/A, de 23 de Dezembro.

Artigo 13º

Fiscalização

As funções de fiscalização, para efeitos do disposto no presente diploma e legislação complementar aplicável na Reserva Natural Regional, competem à direcção regional com competência em matéria de ambiente, em colaboração com o Comando da Zona Marítima dos Açores, à Inspecção Regional das Pescas, à autoridade marítima e

demais entidades competentes, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 14º

Plano de ordenamento

A Reserva Natural Regional é dotada de um plano de ordenamento e respectivo regulamento, nos termos legais, a elaborar no prazo máximo de 1 ano a contar da data de publicação do presente diploma.

Artigo 15º

Autorizações e pareceres

1. O prazo para a emissão das autorizações e pareceres pela comissão directiva da Reserva Natural Regional é de 45 dias.
2. As autorizações e pareceres emitidos pela comissão directiva da Reserva Natural Regional ao abrigo do presente diploma caducam decorrido um ano sobre a data da sua emissão, salvo se nesse prazo as entidades competentes tiverem procedido ao respectivo licenciamento.
3. A emissão de nova licença pela entidade competente carece de autorização ou parecer prévio emitido pela comissão directiva da Reserva Natural Regional.
4. São nulos e de nenhum efeito os actos administrativos que contrariarem o disposto no presente diploma.

Artigo 16º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Janeiro, 2006

Os Deputados Regionais,

(Os referidos anexos encontram-se arquivados no respectivo processo)

—

Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.ºs 14, 15, 16, 17, 18 e 19, bem como os suplementos aos Diários da ALRAA n.ºs 8, 9, 12 e 13.

—

O Redactor, *José Rodrigues da Costa*